

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

"UMA ANÁLISE DAS FUNDAÇÕES DE APOIO COMO
MECANISMOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS"

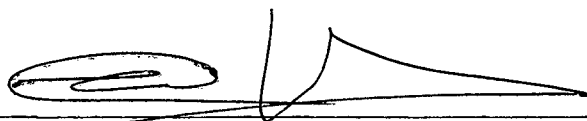
MARIA ELIZABETH BATISTA PIMENTA

FLORIANÓPOLIS, MAIO DE 1938

UMA ANÁLISE DAS FUNDAÇÕES DE APOIO COMO
MECANISMOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

MARIA ELIZABETH BATISTA PIMENTA

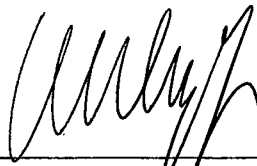
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Administração (Área de Concentração: Administração Universitária), e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração.



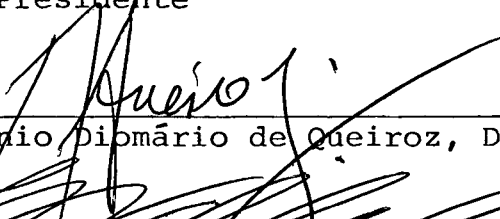
Prof. Clóvis Luiz Machado da Silva
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos

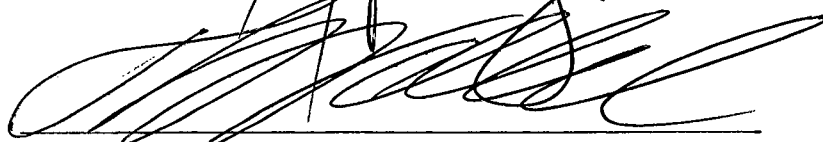
Professores:



Prof. Victor Meyer Júnior, Doutor
Presidente



Prof. Antônio Diomário de Queiroz, Doutor



Prof. Teodoro Rogério Vahl, Doutor

Ao meu filho Matheus, pela alegria,
ternura e confiante companhia.

Aos meus pais, irmãos e sobrinhos,
pelo amor, compreensão e estímulo sem
pre dedicados.

Ao José Osvaldo, amigo e companheiro,
pelo carinho e momentos felizes
que foram e são.

AGRADECIMENTOS

Muitos são aqueles a quem os agradecimentos são estendidos. De forma especial, ressaltam-se:

Universidade Federal de Santa Catarina, onde pôde-se consolidar um ideal há muito acalentado.

Curso de Pós-Graduação em Administração, na pessoa do seu Coordenador, Prof. Dr. Clóvis Luiz Machado da Silva, e de todos os seus professores e funcionários.

Professor Doutor Victor Meyer Júnior, cuja orientação segura e amigável, assegurou a realização deste trabalho.

Professores Dr. Antônio Diomário de Queiróz e Dr. Teodoro Rogério Vahl, pelo acompanhamento do estudo.

Fundações de Apoio às Universidades, pela cooperação e apoio prestados, sem os quais este trabalho não se efetivaria.

Prof. Edmilson Azevedo Lima, Chefe do Departamento de Administração do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, pelo incentivo e confiança constantes.

Prof. Adalberto Nienkötter, pela prestimosa colaboração dispensada.

Amigos Nério Amboni e Vera Lúcia Bezerra de Menezes Carneiro da Cunha, pelas generosas sugestões.

Bibliotecária Gisela Eggert, pela revisão bibliográfica.

Sr. João Francisco Vaz Sepetiba, responsável pela revisão de Português.

Prof. Pedro Barbetta do Departamento de Ciências Es
tatísticas e da Computação do Centro Tecnológico da UFSC, pela
orientação no tratamento estatístico dos dados.

Sr. Airton Silva, pelo trabalho de datilografia.

Colegas do Curso, cujo convívio tornou mais agradável
e estimulante a realização deste mestrado.

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contriu
buíram para a elaboração deste trabalho.

S U M Á R I O

LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE GRÁFICOS.....	xi
LISTA DE TABELAS	xii
RESUMO	xvi
ABSTRACT	xviii
CAPÍTULO I	
1. INTRODUÇÃO	01
1.1. Definição do Problema	04
1.2. Objetivos do Estudo	05
1.3. Importância do Estudo	05
1.4. Organização do Estudo	07
CAPÍTULO II	
2. REFERENCIAL TEÓRICO	09
2.1. A Autonomia e a Universidade Brasileira	10
. Limite e Taxonomia de Autonomia Universitária	15
. A Legislação Brasileira e a Autonomia Universitária.	18
2.2. Financiamento do Ensino Superior Brasileiro	24
2.3. Fundações de Apoio como Mecanismos Captadores e Gerenciadores de Recursos nas Universidades	40

4.3.1.4. Objetivos norteadores das Fundações de Apoio	96
4.3.2. Funcionamento das Fundações de Apoio	100
4.3.2.1. Estilo de Gerenciamento das Fundações de Apoio	101
4.3.2.2. Tipos de Recursos das Universidades Federais utilizados pelas Fundações de Apoio	103
4.3.2.3. Operacionalização dos Recursos das Universidades Federais pelas Fundações de Apoio, no período 1983/85....	111
4.3.2.4. Integração Fundações de Apoio versus Universidades Federais	116
4.3.3. Captação de Recursos	121
4.3.3.1. Identificação das Fontes de Recursos utilizadas pelas Fundações de Apoio, no período 1983/85	122
4.3.3.2. Mecanismos utilizados pelas Fundações de Apoio para viabilizar as Fontes de Recursos, no período 1983/85..	124
4.3.3.3. Identificação dos valores aportados nos principais mecanismos utilizados pelas Fundações de Apoio para captarem recursos financeiros, no período 1983/85	127
4.3.3.4. Ações empreendidas pelas Fundações de Apoio para a captação de recursos.	131

4.3.3.5. Órgãos Financiadores acionados pelas Fundações de Apoio, no período 1983/ 85	133
4.3.3.6. Projetos elaborados e aprovados, no período 1983/85	135
4.4. Representatividade do volume de recursos captados pe las Fundações de Apoio face ao orçamento das Univer sidades Federais	139
4.5. Aplicação dos recursos captados pelas Fundações de Apoio, nas Universidades Federais, segundo as fun ções, no período 1983/85	144
CAPÍTULO V	
5. CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E IMPLICAÇÕES	155
5.1. Conclusões	155
5.2. Recomendações para futuras pesquisas	172
5.3. Implicações para o funcionamento das Fundações de Apoio	173
ANEXOS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221

LISTA DE QUADROS

QUADRO I.	Distribuição dos Recursos para Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - 1987	31
QUADRO II.	Distribuição dos Recursos do MEC - 1987 ...	33
QUADRO III.	Participação Relativa dos Recursos Orçamentários - 1972/1985 - Recursos Tesouro Ordinário	36
QUADRO IV.	Localização das Universidades Federais e Fundações de Apoio, segundo as Regiões Naturais Brasileiras	74
QUADRO V.	Itens Característicos das Fundações de Apoio.	76

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I	- Gráfico de Barras dos Tipos de Recursos das Universidades Federais utilizados pelas 15 Fundações de Apoio, no período 1983/1985	105
GRÁFICO II	- Gráfico de Barras do Uso dos Recursos das Universidades Federais pelas Fundações de Apoio, no período 1983/85	113
GRÁFICO III	- Gráfico de Barras das Formas de Integração entre Universidades Federais e Fundações de Apoio	118
GRÁFICO IV	- Gráfico de Barras das Fontes de Recursos utilizadas pelas Fundações de Apoio	122
GRÁFICO V	- Gráfico de Barras dos Mecanismos utilizados pelas Fundações de Apoio para viabilizar suas Fontes de Recursos	126

LISTA DE TABELAS

TABELA 01	- Comparação entre verbas de pessoal e OCC - 1980/1986 - Recursos Tesouro Ordinário	37
TABELA 02	- Identificação do período de criação das Fun <u>dações</u> de Apoio	72
TABELA 03	- Distribuição das Fundações de Apoio, segun <u>do</u> as regiões naturais brasileiras	73
TABELA 04	- Tipificação da personalidade jurídica da Universidade Federal que a Fundação de Apoio está vinculada	78
TABELA 05	- Distribuição dos Dirigentes das Fundações de Apoio, segundo o sexo	79
TABELA 06	- Terminologia dos cargos de Dirigente máximo nas Fundações de Apoio	80
TABELA 07	- Distribuição dos Dirigentes das Fundações ' de Apoio, segundo o tempo de serviço nos seus atuais cargos	82
TABELA 08	- Distribuição dos Dirigentes das Fundações de Apoio, segundo experiência anterior em cargo de direção	83
TABELA 09	- Distribuição dos Dirigentes das Fundações de Apoio, segundo a formação profissional ..	85

TABELA 10	- Distribuição dos Dirigentes das Fundações de Apoio, segundo a qualificação	86
TABELA 11	- Priorização dos motivos que levaram a criação das Fundações de Apoio, segundo seus Dirigentes	89
TABELA 12	- Identificação dos Órgãos Instituidores das Fundações de Apoio	92
TABELA 13	- Média de participação dos Órgãos Instituidores na formação patrimonial das Fundações de Apoio	94
TABELA 14	- Priorização dos Objetivos das Fundações de Apoio, no período 1983/1985	97
TABELA 15	- Identificação dos formuladores dos Objetivos das Fundações de Apoio, no período 1983 a 1985	99
TABELA 16	- Identificação do Estilo de Gerenciamento adotado nas Fundações de Apoio, no período 1983/85	101
TABELA 17	- Tipos de recursos da Universidade Federal utilizados pelas 15 Fundações de Apoio, no período 1983/85	104
TABELA 18	- Caracterização do uso dos recursos das Universidades Federais pelas Fundações de Apoio, no período 1983/85	112

TABELA 19 - Identificação das Formas de Integração entre Universidades Federais e Fundações de Apoio, no período 1983/85	116
TABELA 20 - Identificação dos mecanismos utilizados pelas Fundações de Apoio para viabilizar as fontes de recursos, no período 1983/1985....	124
TABELA 21 - Alocação dos recursos financeiros, segundo os principais mecanismos acionados pelas Fundações de Apoio, no período 1983/85	128
TABELA 22 - Identificação das ações empreendidas pelas Fundações de Apoio para a captação de recursos, no período 1983/1985.....	132
TABELA 23 - Identificação dos principais Órgãos financiadores acionados pelas Fundações de Apoio, e montantes captados, no período 1983/85....	134
TABELA 24 - Quantificação dos Projetos Elaborados e Aprovados das Fundações de Apoio, no período 1983/85.....	136
TABELA 25 - Relação entre recursos alocados nas UFs e valores captados pelas FAs, no Período 1983/1985.....	140
TABELA 26 - Relação entre os recursos aplicados pelas Universidades Federais e Fundações de Apoio na Função Ensino, no período - 1983/1985....	145

TABELA 27 - Relação entre recursos aplicados pelas Uni versidades Federais e Fundações de Apoio na Função Pesquisa, no período 1983/1985	148
TABELA 28 - Relação entre os recursos aplicados pelas Universidades Federais e Fundações de Apoio na Função Extensão, no período 1983/1985...	150
TABELA 29 - Relação entre os recursos aplicados pelas Universidades Federais e Fundações de Apoio na Função Administração, no período 1983/ 1985	152

R E S U M O

A presente pesquisa, de natureza descritiva-exploratória, analisou as Fundações de Apoio como mecanismos alternativos de captação de recursos às Universidades Federais brasileiras, no período de 1983/85.

Estas Fundações surgiram em decorrência das ações centralizadoras do Governo Federal que inibiram o exercício da autonomia universitária. Tal motivo atrelado ao da crise do financiamento do ensino superior foram identificados como os principais causadores da criação e funcionamento das Fundações de Apoio.

A análise do desempenho das Fundações de Apoio como uma das fontes alternativas de financiamento às Universidades Federais constituiu-se no objetivo central desta pesquisa, enquanto, num enfoque especial, buscou-se: 1º) identificar as várias fontes de recursos externos às Universidades e que financiam as Fundações; 2º) analisar a interface existente entre recursos captados pelas Fundações de Apoio e recursos captados pelas Universidades; e 3º) analisar os procedimentos gerenciais desenvolvidos pelas Fundações de Apoio como gestoras de recursos.

A população estudada foi composta por 20 (vinte) Fundações de Apoio vinculadas a Universidades Federais, sendo os dados coletados junto a 15 (quinze) destes organismos, o que representou 75% (setenta e cinco por cento) da população alvo.

Os principais aspectos abordados neste estudo reportaram-se à caracterização das Fundações de Apoio e seus dirigentes, aos objetivos, funcionamento e captação de recursos destas Fundações, assim como a representatividade do volume de recursos por elas captados face ao orçamento das Universidades Federais e a aplicação destes recursos, segundo as funções universitárias.

O trabalho evidenciou a importância que as Fundações assumiram junto as Universidades Federais ao lhes assegurar espaço para o exercício da autonomia, como também ao viabilizar, através da captação e gerenciamento de recursos, o desenvolvimento das funções de pesquisa e extensão.

Ao final foram apresentadas recomendações para futuras pesquisas na área e sugestões a serem implementadas, objetivando a melhoria do desempenho das Fundações de Apoio. Ao se estabelecer implicações para o funcionamento destes organismos, reconheceu-se como necessária a continuidade de ação das Fundações nas Universidades Federais face ao atual panorama educacional brasileira.

Como as causas que originaram seu surgimento ainda encontram-se presentes, esta pesquisa concluiu como não recomendável a extinção das Fundações de Apoio, o que recentemente foi proposto pelo Decreto nº 95.904. Este, persistindo como publicado, fatalmente provocará repercussões no desenvolvimento da ciência e tecnologia e, conseqüentemente, na independência brasileira na área.

A B S T R A C T

The present research, of descriptive - exploratory nature, analyzed Foundations for the support of Research and Service activities as alternative mechanisms of raising resources at Brazilian Federal Universities during the period of 1983-1985.

These Foundations were created because the centralized actions of the federal government were inhibiting the exercise of university autonomy. This reason, as well as a financial crisis in higher education, were identified as the principal causes for the creation and functioning of the Foundations.

The analysis of the performance of the Foundations as one of the alternative sources of funding to the Federal Universities was the main objective of this research, while, in a special focus, it was tried: 1) the identification of the various sources of external resources to the Universities, which provide funds to the Foundations; 2) the analysis of the interface existent between resources raised by the Foundations and the ones raised by the Universities; and 3) the analysis of the management procedures developed by the Foundations as resource producer.

The population studied consisted of 20 (twenty) Foundations linked to the Federal Universities with data being collected from 15 (fifteen) of them, which represents 75% (seventy-five percent) of the target population.

The main aspects approached in this study refer to the characterization of these Foundations and their managers, objectives, functioning and raising of resources of these Foundations, as well as the representativity of the volume of resources raised by them in view of the budget of the Federal Universities and the application of such resources according to the university functions.

This work provides evidence of the importance the Foundations assume along with the universities, when they provide space for the exercise of autonomy, as well as making possible, through fund raising and management of resources, the development of the functions of research and services.

In conclusion, recommendations are presented for future research in the and suggestions to be implemented with the objective of improving the performance of the Foundations. When establishing the implications for the functioning of these bodies, it was felt the need of the continuity of actions of the Foundations in the Federal Universities in view of the present situation of education in Brazil.

As the causes which originated such a situation are still present, this research concluded that the extinction of the Foundations, proposed by Act nº 95.904, should not be recommended. Should this act persist as it was published, it will surely cause negative effects in the development of science and technology and consequently in Brazil's independence in the area.

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO

A Reforma Universitária brasileira de 1968 trouxe em seu bojo medidas que objetivavam restaurar nas Universidades Federais a autonomia que a elas se fazia necessária.

Na prática, porém, tal legislação não teve o efeito esperado e revelou-se frustrada a intenção da Reforma em recuperar a plena autonomia universitária, pois a postura reformista que propunha a renovação da Universidade brasileira não canalizou nas ações subseqüentes, energia suficiente para dela afastar o caráter burocrático do qual sempre se revestiu, e os sérios entraves decorrentes de normas rígidas e complexas que não se conciliam com uma atuação dinâmica e flexível.

Embora o Grupo de Trabalho, criado pelo Decreto nº 62.937/68 do MEC, para viabilizar a Reforma Universitária, demonstrasse preocupação com os aspectos da eficiência, produtividade, modernização e racionalização das Universidades brasileiras, não conseguiu impedir que estas continuassem "se debatendo com os mesmos problemas, entraves e limitações e até a mesma inflexibilidade e falta de autonomia detectada antes da reforma" (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 1980:198).

Concomitantemente ao desvirtuamento das medidas propostas pela Reforma, tem-se assistido ao acirramento da crise do financiamento do ensino superior com o declínio crescente de verbas canalizadas para este setor. Principalmente, a partir da década de 70, constata-se uma política reducionista de recursos fi

nanceiros do poder público para com os gastos da educação e mais particularmente com o ensino superior, conforme pode ser visualizado no QUADRO III, deste trabalho. A "desassistência" financeira assumida pelo Poder Público em relação ao ensino superior, aliada à ausência de uma efetiva política educacional, impôs sérios entraves às Universidades brasileiras.

A este quadro crítico vêm agregar-se problemas de natureza gerencial e de ordem administrativa decorrentes, dentre outros fatores, da estrutura burocrática adotada pelas Universidades, que limita a criatividade e espírito inovador nas organizações, e que vai provocar uma defasagem acentuada e crescente entre o que a sociedade espera de cada instituição e o que cada uma produz. Acresce-se a isto, a reconhecida centralização progressiva imposta pelos órgãos da Administração Direta Federal, gerando uma verdadeira imagem de instituições ineficazes e ineficientes às Universidades Federais.

Para fazer face a estes problemas, surgem durante a década de 1970, especialmente junto às Universidades, as Fundações de Apoio identificadas tanto como mecanismos escapistas à legislação vigente à Reforma, como organismos mais eficientes e eficazes na captação de fontes alternativas de financiamento às Universidades Federais. Estes órgãos ao apresentarem características de uma estrutura dinâmica e flexível, buscam responder as necessidades de recursos financeiros destas Universidades no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão.

As Fundações de Apoio são entidades de direito privado com autonomia administrativa e financeira criadas, em sua

maioria, por iniciativa das Universidades estando a elas vinculadas. Estas Fundações são encontradas tanto em Universidades Autárquicas como em Fundacionais e atuam, dentre outras funções, como instrumentos multifuncionais de captação de recursos de forma a permitir a realização dos objetivos destas Universidades. Na prática elas apresentam perfil diversificado e objetivos múltiplos, decorrentes principalmente das especificidades resultantes das suas formas de criação e gerenciamento.

No universo das Fundações de Apoio são inúmeras as modalidades diagnosticadas quanto à sua forma de instituição. Ora aparecem com a participação isolada, quando não significativa, da própria Universidade, outras vezes não se registra o envolvimento da Universidade na formação daquele organismo.

A forma adotada na criação de Fundações de Apoio tem ligação direta com os objetivos desses órgãos e estes, por sua vez, determinam o estilo de direção a ser assumido pelas Fundações. Resulta aí a diversificação de tipos de Fundações de Apoio e os distintos estilos de atendimento às necessidades das universidades a que estão ligadas.

Entretanto, a atuação das Fundações de Apoio na realidade universitária tem provocado posicionamentos controvertidos, detectando-se desde aqueles entusiasmados e defensores da sua permanência no cenário educacional até os mais extremados que advogam sua extinção imediata.

Subjacente a tais posicionamentos manifestam-se as pressuposições quanto à significância do volume de recursos financeiros captados por estes órgãos, a aplicação destes, segundo

as funções da Universidade, e o papel desempenhado pelas Fundações no apoio ao desenvolvimento da pesquisa e extensão universitárias.

Tomando como ponto de reflexão estas duas vertentes, e como fonte de estímulo a necessidade de se examinar o papel destas Fundações como agentes viabilizadores indiretos das funções ensino, pesquisa e extensão, através da captação de recursos financeiros, é que foi empreendida esta pesquisa.

1.1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Verifica-se na comunidade universitária acentuada expectativa quanto à performance das Fundações de Apoio. Motivado por tal estado de espírito, este trabalho procurou analisar as Fundações de Apoio como agentes captadores de recursos às Universidades Federais brasileiras, buscando responder o seguinte problema de pesquisa:

- Têm as Fundações de Apoio desempenhado a função de mecanismo captador de recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão das Universidades Federais brasileiras?

1.2. OBJETIVOS DO ESTUDO

O presente estudo objetivou analisar as Fundações de Apoio como uma das fontes alternativas de recursos para as Universidades Federais brasileiras, examinando seu desempenho como mecanismos de captação de recursos financeiros às Universidades. Para desenvolver esta análise, num enfoque especial, buscou-se:

- a) Identificar as várias fontes de recursos externos à Universidade e que financiam as Fundações de Apoio;
- b) Analisar a interface existente entre recursos captados pelas Fundações de Apoio e recursos captados pela Universidade;
- c) Analisar os procedimentos gerenciais desenvolvidos pelas Fundações de Apoio como gestoras de recursos.

1.3. IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Várias são as Universidades Federais brasileiras que possuem vinculadas às suas estruturas, Fundações de Apoio que foram criadas para facilitar ou agilizar ações e atividades de desvolvidas por aquelas instituições.

Todavia a real função destes organismos paralelos à estrutura institucional universitária tem carecido de estudos mais aprofundados que possam formalmente clarificar o verdadeiro

papel das Fundações de Apoio.

Na atualidade, pouco são os estudos de caráter científico contemplando as Fundações como objeto de análise. O que se encontra produzido sobre estes organismos caracteriza-se como documentos ou pareceres que buscam dirimir dúvidas de caráter legal ou de conteúdo operacional, no que concerne ao funcionamento das Fundações.

Desta maneira, o direcionamento deste estudo, justificou-se em razão da importância que, em algumas Universidades, estes organismos vêm assumindo para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, dada a flexibilidade e dinamicidade gerencial de que são dotados. A tal motivo, agrega-se o fato de haver no seio da comunidade universitária, e mesmo entre as agências financiadoras de pesquisa, algumas concepções diferenciadas, e até mesmo difusas, sobre o papel das Fundações e suas formas de relacionamento, o que exige uma mais acurada análise da real situação.

A necessidade deste estudo também fica evidenciada quando se pressupõe a significância do volume de recursos financeiros captados por estes órgãos.

Outro aspecto que ainda vem reforçar a relevância deste estudo, é a necessidade de se examinar a atuação das Fundações de Apoio como agentes viabilizadores das funções de pesquisa e extensão das Universidades Federais brasileiras, quando se reconhece ser o ensino a área por excelência em que estas instituições de ensino superior canalizam, prioritariamente, as suas ações.

1.4. ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

Este trabalho que procurou analisar o desempenho das Fundações de Apoio como mecanismo alternativo de financiamento às Universidades Federais às quais estão vinculadas, está estruturado em capítulos. Tem como canais orientadores as questões de pesquisas estabelecidas às quais tenta responder ao seu término.

O primeiro capítulo trata dos aspectos introdutórios, definindo o problema central e os objetivos norteadores do estudo. Em seguida é também registrada a relevância do trabalho e finaliza com a esquematização de sua organização.

No capítulo seguinte são explorados os fundamentos teóricos, alicerces básicos em que a pesquisa se apoiou para compor os itens de investigação posteriormente aplicados. Este capítulo aborda a questão da autonomia universitária e a problemática do financiamento do ensino superior, inclusive aí destacando-se a diversificação de fontes de receitas às Universidades. Tais aspectos estão, indubitavelmente, intrínsecos e associados ao objeto central deste estudo, as Fundações de Apoio. Este item também se refere ao surgimento e evolução destas Fundações, e às vertentes ou posicionamentos existentes face à sua atuação.

O terceiro capítulo apresenta a metodologia utilizada na composição da pesquisa. Neste item são destacados os aspectos da tipologia e delimitação do estudo, sendo imediatamente acompanhados das perguntas de pesquisa e das justificativas da sua

investigação. Ainda no capítulo III, encontram-se as definições de termos utilizados e são identificadas a população alvo do estudo e a coleta de dados. Também estão descritos os instrumentos e os procedimentos adotados na análise.

O quarto capítulo destina-se à apresentação dos resultados obtidos e dos dados levantados, sendo utilizados para tal, tanto a forma redacional ou descritiva como a formulação de gráficos e tabelas.

O quinto capítulo está reservado às conclusões resultantes da análise dos dados presentes no capítulo anterior, e, também às recomendações para futuras pesquisas na área. Ao final, são apresentadas sugestões para ação que visam otimizar o desempenho das Fundações de Apoio.

CAPÍTULO II

2. REFERENCIAL TEÓRICO

As ações centralizadoras do Governo Federal têm impedido as Universidades Federais de atuarem com as características de órgãos da Administração Indireta. Principalmente com o Decreto-Lei nº 200/67, e a subsequente instituição dos sistemas gerais de serviços auxiliares, estes órgãos de ensino superior pouco diferem daqueles da Administração Direta, face às submissões e dependências a que estão sujeitos.

Em consequência, as autonomias - didática, científica, administrativa, financeira e disciplina - imputadas legalmente às Universidades, não são plenamente observadas, devido às ingerências realizadas pelos órgãos governamentais aos quais tais Universidades estão vinculadas. Seguer a Reforma Universitária de 1968, que se propunha a resgatar a autonomia universitária, conseguiu reverter tal situação.

Atrelada às querelas da autonomia e como decorrência natural de sua inobservância, constata-se no âmbito das Universidades Federais a existência de questões relativas e amplamente discutidas sobre o financiamento do ensino superior. Neste nível de preocupação é inequívoco o reconhecimento de que tais instituições atravessam grave crise financeira diante de recursos insuficientes para atenderem às suas funções básicas.

Para se contrapor a este quadro, as Universidades Federais vêm criando mecanismos paralelos, alguns destes denominados Fundações, com o propósito de, através destes órgãos atenderem

com maior eficiência às solicitações demandadas pela comunidade.

Neste capítulo, buscou-se entender e explicar o surgimento, evolução e atuação destas Fundações de Apoio, a partir das causas ou matrizes geradoras de sua criação, identificadas neste estudo como:

- a) inobservância histórica da autonomia universitária;
- b) insuficiência do financiamento ao ensino superior;
- c) ausência de uma política de alocação de recursos financeiros às Universidades Federais.

2.1. A AUTONOMIA E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A autonomia é apontada por vários estudiosos como um dos requisitos imprescindíveis ao desempenho da missão da Universidade como centro de formação profissional e de atividades culturais.

De acordo com MARTINS FILHO (1964), somente com total autonomia, a Universidade observará as várias faces de sua missão, enquanto tiver respeitada sua liberdade de ensino e de investigação científica.

Por sua vez, MENEZES NETO (1963:98) declara que "independentemente do regime jurídico que lhe queiram atribuir, a universidade há que ter autonomia de fato, para poder agir com vontade própria capaz de aplicar métodos flexíveis aos seus serviços".

Segundo RIBEIRO (1982), parece ser a autonomia um princípio sempre reivindicado pelas Universidades (que se assim o fazem é porque não o têm ainda consolidado), uma constante aspiração sempre dificultada pela dicotomia existente entre o desejo de liberdade e a dependência financeira do poder estatal. Ainda afirma este autor (p.158) que "a autonomia universitária deve ser entendida como seu direito ao auto-governo democraticamente exercido pelos corpos acadêmicos, sem imposição externa dos poderes governamentais, nem interferências de quaisquer instituições estrangeiras, quer na implantação e funcionamento de seus órgãos deliberativos, quer na determinação de sua política de ensino, de pesquisa e de extensão...".

Para PIMENTA (1985:45) "entre os valores fundamentais da universidade está sua autonomia e ela traz consigo a liberdade de pesquisa, a ausência de qualquer tutela...". E ainda enfatiza que "autonomia é essencial, pois decorre da própria natureza da universidade como órgão criador e transmissor do saber".

Ainda MARTINS FILHO (1964:29) explicita que a "universidade deve ser autônoma, no sentido de que seus programas e sua dinâmica geral se norteiem exclusivamente por suas necessidades e por sua própria iniciativa, sem que isso signifique desvinculamento do Estado, nem tampouco a renúncia deste em cooperar com a instituição". E por fim conclui que "somente no gozo de uma autonomia assim concebida poderá a universidade seguir suas diretrizes superiores e realizar sua missão profissional, cultural, científica e social".

Ao se estabelecer como objetivo principal da Universi

dade a formação integral do homem, revela-se subjacente e perpassando as ações necessárias ao cumprimento daquele objetivo, o princípio da autonomia, uma vez que aquela instituição para atingir tal desiderato requer plena liberdade de ação e expressão. Sem exercer este princípio, a Universidade não consegue cumprir com suas finalidades precípuas.

Ocorrendo injunção ou restrições externas resulta diminuição da capacidade de investigação e ensino, ou seja, interesses extrínsecos se sobrepondo àqueles essenciais da instituição universitária.

Em consonância com esta interpretação, GUIMARÃES (1982:94) entende que "a palavra autonomia, aplicada a qualquer ente ou sistema, indica governarem estes com base em suas próprias leis, implicando, por via de consequência, uma independência de controles externos, de constrangimentos superordenados, de coações exóticas. Conceitual e operacionalmente, autonomia identifica-se com a liberdade de cada ente ou sistema buscar e ser sua própria verdade". Sem desconsiderar porém a sociedade interativa que a Universidade compõe, assinala: "o conceito de autonomia não absolutiza a propriedade de independência, porque, ao privilegiar a especificidade da parte, não a remove da generalidade do conjunto". E mais adiante prossegue o autor: "Autonomia universitária não se definirá, então, como a absolutização do poder universitário de se fazer o que se deseja fazer na universidade".

Compreende-se pois autonomia como a capacidade própria da Universidade em elaborar e aprovar seus regulamentos e estatutos; de determinar o escopo da orientação didática mais

oportuna aos seus objetivos; em estabelecer princípios norteadores e gerir livremente os recursos que lhe competem de acordo com suas finalidades, de tal forma que fique assegurada e reconhecida sua independência como organismo integral.

A ser considerada sob este prisma, é possível estabelecer, de acordo com MAIA (1979:86), que a "autonomia das Universidades Brasileiras é apenas nominal". Para esta autora "é certo que existe relativa liberdade quanto a procedimentos didáticos. O mesmo não ocorre, porém, com a administração, estrutura e funçionamento dos cursos, frisando mais além, que as interferências às quais a Universidade está sujeita, aliada à sua formação burocrática, provocam repercussões negativas na qualidade do ensino e produtividade da pesquisa.

Para BRAGA (1979), as Universidades Federais sob a tutela burocrática centralizada, têm sua autonomia refugada, não encontrando meios para superarem a situação: refugiam-se em si mesmas, desgastando-se e perdendo-se nos meandros da ordem burocrática.

De acordo com RAMOS (1982:190), "é indiscutivelmente relevante e prioritária a eliminação dos controles formais e das limitações burocráticas externas que hoje praticamente inviabilizam a eficiência da gestão universitária. E ninguém desconhece que a centralização exacerbada exerce um papel altamente inibidor da criatividade institucional".

A reforma universitária que objetivava a renovação da Universidade brasileira, não teve energia suficiente para dela

afastar o caráter burocrático de que sempre se revestiu.* Ao contrário, não só persistem o centralismo e a feição burocrática característica do ensino universitário até então, como se revelam mais acentuados a dominação e o autoritarismo do Estado e seu prevailecimento sobre a autonomia universitária.

Segundo VIEIRA (1982:77-80), o Relatório do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária, já defendia sua concepção autoritária e afirmava que a Universidade não constituía universo em si mesma com capacidade de se auto-reformar. Desta forma, submetia-se à ação disciplinadora e estimuladora do Estado, a quem competiria o controle expressado naquele Relatório como "fator de equilíbrio e direção sobre atividades universitárias".

Ainda para esta autora, o Relatório adotava a idéia de autonomia restrita quando entendia a Universidade como uma instituição dependente do "estado que assegura sua existência legal e a provê de recursos necessários à execução de suas tarefas". Também entende VIEIRA (p.78) que a autonomia ampla preconizada pela Reforma mostrava-se na realidade bastante restrita ao considerar que "autonomia regulada por lei, é restrita".

Finalmente esta autora conclui que "o pensamento do Grupo de Trabalho refletia uma concepção restrita de autonomia que revelava uma intenção de controle sobre o ensino superior por parte do Estado".

* Neste estudo "burocracia" é entendida segundo a conotação processualística também assumida pelo termo.

E coloca de forma incisiva que "a análise da história da educação superior no país leva a crer que as instituições de ensino superior nunca tiveram autonomia suficiente para decidir sobre seus próprios caminhos". Vinculadas, em sua grande maioria, desde o início de sua criação ao Poder Central, as instituições de ensino superior no Brasil, cresceram à luz da tutela estatal, sendo, portanto, extremamente difícil "concretizar anseios de autonomia que contrariassem os interesses do Estado".

- LIMITE E TAXONOMIA DE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Se a autonomia universitária é prerrogativa política outorgada por lei, até onde ela pode ser limitada? Na opinião de WANDERLEY (1986), a autonomia enfrenta basicamente dois estilos de limite: de ordem sociológica e de teor político.

Aquele autor acredita que, para as Universidades funcionarem, elas devem possuir adequada infra-estrutura e recursos suficientes para o andamento das pesquisas e remuneração do pesoal. Como dependem do Estado e da sociedade civil, responsáveis e promotores de sua organização e financiamento, vêm-se atrelas a controles externos que inibem quando não desvirtuam seus objetivos.

Segundo WANDERLEY, os limites políticos cometidos às Universidades, decorrem de ingerência ideológica e política que predominam no País, independentemente do regime adotado. Às ins

tituições universitárias são reservadas liberdades de estudar, analisar, investigar, debater, criticar fundamentos, sistemas, formulações e planejamento econômico e político, dispondo-se a prestar subsídios e colaboração aos seus executores.

A rigor, torna-se quase impossível estabelecer-se uma delimitação estática aos limites de autonomia universitária em face das peculiaridades internas de cada instituição (os organismos universitários também sofrem influência do seu meio-ambiente, que, de certa forma, reflete-se na sua administração) e da taxonomia existente, face às imbricações que se sucedem, aos elos estabelecidos, tornando-os causa e efeito uns dos outros.

A tipologia de autonomia universitária mais difundida e registrada de acordo com as opiniões de OLIVEIRA (1977), AMERICANO (1982) e QUEIROZ (1985) é a seguinte:

- A - AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA: estabelecida por lei, outorga às Universidades o direito de estabelecer normas relativas ao ensino, à pesquisa e à extensão, reconhecidas como as funções essenciais da instituição, através de seus regimentos e estatutos. Esta autonomia se reveste de grande importância, mormente em suas atividades para atingir seus objetivos. A capacidade da instituição em escolher e admitir seus alunos compõe este tipo de autonomia, bem como o estabelecimento de currículos.
- B - AUTONOMIA DISCIPLINAR: o regime disciplinar, que convém ao funcionamento das Universidades, deve ser incluído nos seus respectivos estatutos ou regimentos, a fim de assegurar a

conformidade da conduta dos seus agentes (funcionários, professores e alunos) com os interesses do serviço ao qual pertencem.

C - AUTONOMIA ADMINISTRATIVA: compete à Universidade dispor sobre sua estrutura administrativa, submetendo-a em instância superior ao parecer do MEC.

Dentro desta autonomia, as Universidades poderiam:

- . fixar a carreira do magistério e o respectivo regime de trabalho;
- . dispor sobre a remuneração dos cargos de direção superior, intermediária e assessoramento;
- . suprir, adequadamente, seus quadros de pessoal técnico-administrativo, de forma compatível com o seu desenvolvimento didático-científico;
- . promover o processo de seleção do pessoal administrativo; enfim, organizar-se apropriadamente objetivando a adequação de suas peculiaridades.

D - AUTONOMIA FINANCEIRA: capacidade da Universidade em gerir os recursos que financiam a programação de suas atividades. É ao mesmo tempo a viabilidade financeira da instituição e o poder de gerir seus recursos.

Sem desprezar a fiscalização pelos órgãos da administração a que estivesse vinculada, poderia a Universidade:

- . elaborar e alterar seu próprio orçamento;
- . receber os recursos alocados no orçamento da União, sob forma de dotação global, porquanto as destinações já vêm

- fixadas em lei orçamentária;
- . dispor de mecanismos outros, ágeis e flexíveis, para captação de recursos alternativos de financiamento.

Além desta taxonomia, reconhecida como a mais usual, WANDERLEY (1986) distingue um outro tipo igualmente importante. Trata-se da AUTONOMIA POLÍTICA, que para aquele autor caracteriza-se pela liberdade da instituição "examinar e debater modelos, políticas e projetos sócio-econômico-políticos", bem como pela "liberdade dos membros da comunidade se politizarem e participarem de partidos e movimentos políticos".

- A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

Muitos autores, dentre eles FERNANDES (1982), admitem existir uma predisposição para se converter a autonomia universitária em mera ficção legal, pois vários são os documentos que a prescrevem como um princípio inquestionável e sempre inserido em legislação e pronunciamentos oficiais sem, contudo, ser observado na prática.

Dentre os inúmeros instrumentos legais que tratam da sistematização do ensino universitário, a autonomia com mais propriedade, é referida nos seguintes: Decreto nº 19.851/31, Lei nº 4.024/61, Decretos-Leis nº 53/66 e 252/67, e Lei nº 5.540/68.

O Decreto nº 19.851/31 trata do Estatuto das Universidades brasileiras, onde estabelece as linhas gerais da organiza

ção universitária. É o seu art. 9º que garante, com mais especificidade, autonomia a todos os domínios da Universidade. Este decreto teve força normal de lei, porque foi baixado em regime político de exceção então vigente no País. Como diploma legal traçou as linhas gerais da organização universitária, dando-lhe flexibilidade e maleabilidade estruturais, só possíveis em regime de liberdade de ação. O referido decreto ainda em vigor, visto que teve seus dispositivos assumidos e algumas vezes ampliad^os em leis posteriores que trataram de matéria universitária, estabelecia que as Universidades haveriam de ter autonomia necessária ao seu correto funcionamento, cabendo ao Estado interferir apenas na gênese da organização universitária. Na prática, porém, não foi isto o que se assistiu.

Na Lei nº 4.024/61, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, a autonomia é especificada em autonomias didático-administrativa, financeira e disciplinar (art. 80 e parágrafos). Também ressalta a competência do Conselho Federal de Educação - CFE, em suspender a autonomia de qualquer Universidade. Os artigos da LDB que se referem à autonomia universitária são os de nº 80, 81 e 84. Esta Lei é reconhecida como a que consagrou o princípio da autonomia universitária. Em conteúdo, o documento legal não impunha limitações à forma de organização e funcionamento das Universidades que não souberam exercitar a liberdade há muito perseguida, pois na prática faltou-lhes iniciativa e criatividade suficientes para operarem a renovação que o ensino superior exigia. Porém, para MATOS (1982:100), esta é uma interpretação simplista que não observa o

"veto presidencial aos 3 parágrafos do art. 80 que especificavam a aplicação da autonomia, e que propositalmente, a formulação foi deixada vaga ou geral". O autor também atenta que "segundo os fatos, com o enfraquecimento da formulação legal, e antes mesmo que as Universidades tivessem elaborado e adaptado seus estatutos à nova Lei, já se verificava intervenções governamentais".

Os Decretos-Leis nº 53/66 e 252/67 dizem respeito à fixação de princípios e normas de organização para um segmento da rede de instituições de ensino superior, ou seja, as Universidades Federais, sendo obrigatórios para estas e recomendáveis para as demais. O Decreto-Lei nº 53/66 pretendeu estabelecer algumas diretrizes norteadoras para uma racionalização estrutural das Universidades brasileiras. Caracterizou-se como inovador e flexível e logo cedo já pregava a necessidade de uma legislação mais pormenorizada em relação aos instrumentos a serem agilizados pelas Universidades para atingirem a consecução dos fins da reestruturação. Esta pormenorização deu-se com o Decreto-Lei nº 252/67, que "inaugurou o ciclo da legislação programática ou dirigista em matéria de organização do ensino superior". (Documento extraído no Encontro de Dirigentes de Autarquias de Ensino Superior, Porto Alegre, 1978).

Um destes documentos legais foi a Lei nº 5.540/68, que diz respeito à reforma universitária e no art. 3º reporta-se às autonomias didático-científica, disciplinar, financeira e administrativa. Esta Lei, tratou da legislação básica da reestruturação universitária. Na concepção de MATOS (p.107) "a Reforma reconhecia que a falta de autonomia administrativa era uma das

causas do emperramento da máquina e a grande saída estratégica era a de racionalização de estruturas e de funcionamento dos sistemas internos". Quanto à orientação geral da Reforma Universitária, o mesmo autor acredita que foi voltada para tentar resolver a crise universitária, através de uma tecnologia de planejamento e administração moderna originária da experiência norte-americana. A problemática sócio-política não é sequer abordada. Quanto à questão da problemática da autonomia universitária, defende que é de origem política, no sentido de que é uma "questão de jogo de poder, marcado por dependências e barganhas" (p.101).

Reforçando este ponto de vista, GUIMARÃES (1982:94) admite: "A questão da autonomia universitária, na medida em que envolve o conceito e o exercício do poder de decisão, é, portanto, essencialmente política e como tal remete à questão de democratização da Universidade que a antecede na teoria e na prática".

Mais uma vez MATOS (p.101) pondera que "a procura da legislação como grande chave da autonomia, desviou as atenções da verdadeira cadeia de fatos e pessoas interferentes no processo decisório dos temas de interesse da autonomia. Fez esquecer um trabalho interno a ser feito na Universidade e adiou condições para uma postura mais forte e independente perante os órgãos da cúpula federal". Este autor defende a posição de que (p.114) "o problema da autonomia da Universidade, sobretudo a Federal, não é de natureza jurídica mas político-administrativa. No jogo do relacionamento Governo Federal-Universidades Federais, autonomia é para aquele, função de uma política de supervisão-

controle; para estas, uma conquista".

Na contenda de forças, verifica-se na prática que a política defendida pelo Governo Federal leva vantagem, desvirtuando com isso a prerrogativa da autonomia. As diversas interferências do Poder Executivo sobre a autonomia das Universidades brasileiras são identificadas por OLIVEIRA (1977) nas várias modalidades de autonomia.

Na AUTONOMIA ADMINISTRATIVA, as intervenções verificadas na realidade universitária caracterizam-se pela escolha final de seus dirigentes, na admissão, recrutamento, seleção e promoção de pessoal e no estabelecimento da correspondente política de remuneração, na aquisição de material em geral e de equipamentos, na priorização das construções, etc... .

No âmbito da AUTONOMIA FINANCEIRA, o planejamento e as finanças universitárias estão sujeitas às normas e limitações da Secretaria de Planejamento da Presidência da República - SEPLAN/PR cuja interferência evidencia-se, principalmente, na elaboração do orçamento e na prestação de contas, submetendo-se as Universidades às mesmas exigências impostas aos órgãos da administração pública. Neste tipo de autonomia, outra interferência pode ser constatada quando da fixação do valor para cobrança de anuidades, por exemplo.

A AUTONOMIA DIDÁTICO-CIENTÍFICA está submetida permanentemente ao dirigismo do CFE, que vem assumindo de forma crescente e cartorial, o controle processual do funcionamento das Universidades. As intervenções são caracterizadas quando da fixa

ção dos currículos mínimos, quanto às exigências para titulação de professores, etc...

Foi principalmente a partir das duas primeiras interferências que diversas Universidades Federais passaram a instituir Fundações destinadas a contornar muitas dificuldades decorrentes de suas rigidez operacional.

Estas interferências passaram a ser mais observadas principalmente com o advento da legislação subsequente à Reforma de 68. Na realidade, a Reforma que visava à modernização do ensino superior não conseguiu desvencilhar-se dos liames que lhe atavam ao espírito oligárquico e meritocrático do serviço público. Em conseqüência, as Universidades Federais brasileiras pós-Reforma permanecem com o mesmo perfil anterior e continuam tratadas como repartições públicas. O grave problema da Universidade apresenta os mesmos contornos, a mesma busca em garantir principalmente sua autonomia financeira e administrativa, pois o atingimento dos objetivos desta instituição só se efetivará com a eliminação dos controles, restrições e cerceamento cometidos às autonomias universitárias.

Percebe-se assim que as ingerências governamentais foram os agentes inibidores do exercício das autonomias administrativa e financeira. Com a instalação de Fundações de Apoio vinculadadas à sua estrutura, as Universidades criaram um espaço onde viabilizaram as autonomias requisitadas e inerentes ao cumprimento de seus objetivos.

No II Encontro Nacional de Fundações de Universidades

(Belém, 1984) o Grupo V constituído por seus participantes, entendeu como Fundações de Universidades, aquelas instituídas com objetivo de apoiar e colaborar em programas de desenvolvimento do ensino e da pesquisa e a prestação de serviços nas Universidades, bem como auxiliá-las na manutenção de suas atividades. O citado Grupo também reconheceu que o recurso de instituir Fundações por parte das Universidades decorreu:

1. da constatação da falta de uma estrutura administrativa suficientemente dinâmica e flexível para desentravar o desenvolvimento das Universidades;
2. da necessidade de otimizar os custos e procedimentos na execução dos projetos, bem como diminuir a duplicação de esforços e meios;
3. da necessidades de prevenir as instabilidades institucionais.

2.2. FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Embora sejam vários os financiadores da educação no Brasil, é impossível deixar de observar a insuficiência de recursos ainda existentes para atender às suas demandas quantitativas e qualitativas.

As exigências, por melhor qualidade de ensino, passam todos os níveis de educação: do 1º grau à educação de grau

superior caracterizado pelo seu tripé dimensional - ensino, pesquisa e extensão, retratando irrefutavelmente o quadro crônico da falta de verbas para o setor educacional.

Quanto à educação superior no Brasil, basicamente são três as fontes financiadoras: a pública, a privada e a externa.

A fonte financiadora privada, constitui-se do setor empresarial e familiar, enquanto a fonte externa caracteriza-se pela contribuição de mecanismos internacionais, tais como convênios e acordos, distinguindo-se a assistência técnica, as doações e os créditos.

A fonte financiadora pública compõe-se dos níveis de governo federal, estadual e municipal, que têm suas competências delimitadas no art. 179 da atual Constituição Brasileira.

Em relação às formas de utilização das fontes financiadoras diagnosticadas na realidade universitária brasileiras, percebe-se que a fonte financiadora pública é aquela que, por excelência, atende aos gastos das Universidades Federais. Entretanto, e principalmente a partir da década de 70, os recursos provenientes desta fonte e transferidos às Universidades têm sido substancialmente reduzidos, com o quadro de insuficiência de verbas aguçando-se na década de 80. Basicamente, os recursos desta fonte financiadora restringem-se a atender, nas Universidades, gastos com pessoal.

Por outro lado, deve-se assinalar que este tipo de fonte financiadora também é utilizado pelas Fundações. Tal fato evidencia as dificuldades operacionais vivenciadas pelas Univer

sidades na captação de recursos, enquanto demonstra que as Fundações viabilizam uma aplicação mais racional dos próprios recursos públicos.

Quanto à fonte financiadora externa, ela é acionada tanto pelas Universidades quanto pelas Fundações, através de Convênios e Acordos internacionais.

Com respeito à fonte financiadora privada, sua utilização é mais diagnosticada nas Fundações, principalmente em razão da natureza jurídica e plano contábil destes órgãos que possibilitam uma aproximação e inter-relacionamento mais profícuo com este tipo de fonte.

Em relação às fontes privadas externas, estas são acionadas tanto pelas Universidades como pelas Fundações, apresentando esta última uma maior desenvoltura na captação dos recursos, face às suas características de organismo privado.

A Carta Magna de 1967 prescreve que a prestação da educação no grau superior deve ser assumida pelo nível federal; no entanto não proíbe ou restringe a participação dos outros níveis de governo no atendimento a tal grau de ensino, desde que o façam em razão de sua disponibilidade e capacidade de recursos, sem comprometer os serviços que devam, por lei, prioritariamente assistir.

É inquestionável, pois, a colocação de MEYER JR. (1986:2) quando pontifica que "as instituições de ensino superior públicas dependem fundamentalmente da assistência do poder público, via orçamento para sua manutenção". O mesmo autor também especifica que o Governo é a fonte de receita, por excelência, daquelas instituições gerando uma dependência quase exclusiva de verbas públicas. Este fato reveste-se de grande importância na questão do financiamento do ensino superior, principalmente quando constata-se na história recente do ensino superior público brasileiro a crescente desobrigação do Estado com o financiamento das Universidades Federais e a indefinição de uma política educacional que assegure condições reais de ensino, pesquisa e produção acadêmica. A desassistência financeira ao ensino superior aliada à ausência de uma política educacional impõe sérios entraves às Universidades Públicas.

No caso específico de verbas federais, sua captação ocorre de forma assistemática, e segundo MEYER JR. (1986:7) "dependem na maioria dos casos da liderança e do prestígio pessoal do Reitor da Universidade ou do Diretor da Escola".

Aliada a esta alocação não racional de verbas, SOUZA (1986:5) identifica que "o processo atual de transferência de verbas pelo MEC às IES, restringe-se apenas aos recursos orçamentários incrementais".

Em consonância com este posicionamento, MEYER JR. (1986:7)

ainda depõe que "o aporte financeiro, que vai suplementar um orçamento inicialmente reduzido, é sabidamente insuficiente para as necessidades operacionais da instituição. Soma-se a isto o fato de existirem critérios frágeis na alocação de recursos permitindo uma margem significativa para decisões políticas".

Também em relação a este aspecto PONTES (1987:2) defende que "talvez já estivesse na hora de substituir o método histórico, incrementalista, adotado pela SEPLAN e MEC para a fixação das dotações orçamentárias, por algum outro que pudesse captar e expressar verdadeiramente as necessidades de cada Universidade".

Segundo o Relatório Final da Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior (1985:15) "o financiamento do ensino superior tem sido feito por critérios históricos ou políticos, sem adequada consideração de prioridades e eventual má utilização dos recursos públicos". Esta mesma Comissão adverte que aos problemas do financiamento se aliam a inexistência de "mecanismos que incentivam a criatividade, a ação inovadora e o bom desempenho operacional das instituições federais de ensino superior, bem como está comprovada a ausência nos seus atuais procedimentos orçamentários de mecanismos adequados para o planejamento e análises de custo-benefício".

Esta situação, no entanto, não é recente e persiste no ensino superior há vários anos. Em 1977, COUTINHO, já denunciava a crise da Universidade brasileira cujo âmago da questão, segundo aquele autor, estava na incapacidade da instituição ser autônoma por não ter condição financeira e econômica própria. Des

ta forma admitia que a dependência absoluta de recursos transferidos de orçamentos públicos, tornava as Universidades incompetentes para gerirem a sua autonomia.

Na concepção de SOUZA (1986:2) "a autonomia financeira é um requisito para a autonomia acadêmica por significar que a busca do saber e da excelência não ficará tolhida por restrições financeiras improcedentes". No entender deste autor, para as Universidades Federais, cujos gastos com ensino e pesquisa dependem substancialmente de recursos orçamentários, sempre há temores por ocasião da determinação do Estado em definir montantes e alocar recursos. Observa, entretanto, que a autonomia financeira é respeitada e na maioria das situações existem exigências menores que nem sempre são cumpridas, como as de flexibilidade orçamentária e de distribuição dos recursos baseados em critérios e na avaliação de desempenho.

Ao não atendimento destas exigências, CASTRO (1985) também associa malversação de verbas, inércia e complacência como responsáveis pela administração estagnada das Universidades Públicas.

Em enfoque da revista semanal Veja (nº 973 -29/abril/1987) fica patenteado o enfrentamento do MEC e as Universidades Federais. Estas últimas, tendo a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, como porta-voz, reclamam maior aporte de verbas. Em contrapartida, o MEC alega transferir todo o montante a ele repassado pelo Governo Federal, enquanto pleiteia mais recursos do Tesouro.

Desta forma evidencia-se, de acordo com QUEIROZ (1987:3),

que "num país como o Brasil, onde prevalece o federalismo fiscal, o problema da captação de recursos públicos pela Universidade toma assim uma quase exclusiva direção: a de Brasília. Diante da escassez dos recursos orçamentários disponíveis, mesmo considerando-se a alternativa da efetivação da Emenda Calmon, o volume de recursos captados depende de decisão essencialmente política, dada a fragilidade dos critérios existentes de alocação de recursos públicos".

Mesmo com a operacionalização da Emenda Calmon, a partir de 1985, que preceitua a aplicação de 13% da arrecadação tributária federal à educação, não observou-se melhoramento significativo na situação da Universidade pública brasileira. A explicação para isto, segundo a ANDES (1986:3), deve-se, "em primeiro lugar, ao conceito da função educação que foi elástico o suficiente, quando da regulamentação da emenda, para emagrecer o total de recursos disponíveis para o ensino através do MEC". Para melhor visualizar esta afirmativa, o QUADRO I espelha a distribuição dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino no exercício de 1987.

QUADRO I

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PARA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - 1987.

(Emenda Constitucional nº 24, de 01/12/83)

	(Cz\$)
Ministério da Aeronáutica	79.314.000,00
Ministério da Agricultura	93.260.000,00
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	24.911.940.000,00
Ministério do Exército	298.610.000,00
Ministério da Saúde	39.701.000,00
Ministério da Ciência e Tecnologia	442.000.000,00
Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios	2.215.094.000,00
T O T A L	27.989.927.000,00

Fonte: Secretaria Geral/MEC

No Quadro I observa-se que diversos Ministérios receberam recursos orçamentários dentro da Função Educação e Cultura. Verifica-se igualmente que o MEC apresenta o maior volume de recursos alocados, no valor total de Cz\$ 24.911.940.000,00. Estes recursos, internamente são distribuídos segundo outras funções e programas específicos da área. Entre eles, destaca-se o Ensino Superior que detêm 62%, ou seja, Cz\$ 17.240.264.000,00 do montante total de recursos alocados no MEC em 1987, como está apresentado no Quadro II.

No período de interesse desta pesquisa, 1983/85, a situação obviamente desenhava-se com outros números, entretanto a posição hegemônica do Programa Ensino Superior sempre foi verificada.

Independentemente do período que se esteja enfocando, ao se examinar as fontes de recursos das Universidades Federais, distingue-se o Tesouro como aquela de maior evidência.

De acordo com QUEIROZ (1987:23) "analisando-se a natureza da despesa dos recursos do Tesouro, observa-se a grande participação do item Pessoal e Encargos Sociais". A rigor, os gastos com Pessoal (pagamento de salários e obrigações trabalhistas de funcionários e professores) significam mais de 90% das verbas orçamentárias transferidas pelo MEC, enquanto os recursos aplicados em Outros Custeios (outras Despesas Correntes e Despesas de Capital), vêm tendo suas participações reduzidas. Estas dotações insuficientes para a manutenção das Universidades Federais vêm ameaçando o patrimônio intelectual e físico destas instituições.

QUADRO II

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO MEC - 1987
 (Emenda Constitucional nº 24, de 01/12/83)

	(Cz\$)
EDUCAÇÃO E CULTURA	23.579.448.000,00
Administração	893.701.000,00
Administração Financeira	696.690.000,00
Planejamento Governamental	167.295.000,00
Ciência e Tecnologia	40.131.000,00
Telecomunicação	219.762.000,00
Serviços de Informações	166.000,00
Ensino de 1º Grau	710.728.000,00
Ensino de 2º Grau	3.098.897.000,00
ENSINO SUPERIOR	17.240.264.000,00
Educação Física e Desportos	75.960.000,00
Assistência a Educandos	196.150.000,00
Educação Especial	226.333.000,00
Saúde	496.000,00
Assistência	12.875,00
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	1.332.492.000,00
Previdência	1.224.282.000,00
Programa de Formação do Patrimônio do Ser vidor Público	108.209.000,00
T O T A L	24.911.940.000,00

Fonte: Secretaria Geral do MEC.

As verbas alocadas em Outros Custeios e Capital destinam-se ao pagamento das despesas para atender aos serviços de fornecimento de água, energia elétrica, comunicação, limpeza, combustíveis e vigilância; manutenção das atividades acadêmicas e de ensino e pesquisa, e das atividades administrativas; reposição e aquisição de equipamentos didáticos e científicos e melhoria do material permanente; aparelhar hospitais e laboratórios; efetuar reparos e adaptações de instalações e atualização do acervo bibliográfico.

Segundo explicitação de WOLINEC (1987:32), "nas Universidades públicas, as verbas de pessoal e outros custeios são anualmente fornecidas pelo Governo e de acordo com os padrões internacionais, essas verbas devem ser de magnitude tal que a dotação anual para custeio deve ser, pelo menos 30% (trinta por cento) da verba de pessoal mais custeio", o que na realidade brasileira não ocorre. Esta autora também expõe que o item Capital é variável, ocorrendo quando há necessidade de expansão e a dotação pode vir do Governo ou de Agências Financiadoras. Finalmente estabelece que "o item Pesquisa é provido através de projetos de pesquisa específicos, incluindo-se como fontes de financiamento, o próprio Governo através de Agências Financiadoras". (p.30).

Quanto a este tipo de financiamento, se insurge a ANDES (1986) ao afirmar que existe uma pressão combinada, que se efetiva através do corte de verbas públicas e da viabilização legal da captação de recursos privados por parte das Universidades, para atender complementação salarial e sustentação do conjunto de suas atividades. Para a ANDES, as atividades características

das Universidades só são atendidas financeiramente na medida que seus programas se adequem aos interesses das empresas financiadoras.

Ainda em relação a este aspecto, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - CRUB, diagnostica que "as IES federais têm procurado aumentar seus recursos próprios, seja através da prestação de convênios de assessoria técnica e científica, seja através de convênios com agências financiadoras, quase exclusivamente governamentais, e empresas públicas. O esforço neste sentido, todavia, não conseguirá, a médio prazo, suprir a diminuição das transferências do Tesouro, tal o porte que estas, tradicionalmente, têm no conjunto dos recursos das entidades universitárias federais" (1985:2). Este órgão também atesta que algumas Universidades por estarem localizadas em regiões do País que não apresentam condições de absorver significativamente os serviços de assessoria técnica, vêm as verbas, decorrentes da prestação destes serviços, tornarem-se irrelevantes como fonte alternativa de receita para atender gastos de manutenção.

De acordo com a Secretaria Geral do MEC, os dados sobre a dotação de verbas para as IES federais, a partir de uma série histórica, são apresentados no QUADRO III.

Analisando-se este QUADRO, verifica-se que as verbas destinadas a OCC, a partir de 1975, caíram a níveis abaixo do recomendável. Com isso, conclui-se que o crescimento das verbas ocorre pelo incremento de recursos no item Pessoal.

Segundo GUNTHER (1987:1), "de 1980 a 1986 a verba de

pessoal cresceu 25%. É importante assinalar que, de acordo com dados do MEC, no mesmo período, o pessoal cresceu 42%, e que, assim sendo, a verba cresceu com base no arrocho salarial". O autor ainda considera que "a participação de verba de custeio (OCC) tem diminuído constantemente no total, vindo de melhor situação (31,6%) em 1973 para a pior (8,2%) em 1983, com uma melhora em 1984, fruto da greve dos docentes, e novas quedas em 1985 e 1986, dois anos da aplicação da Emenda Calmon".

MEC/SESu

SDI/CIPA

QUADRO III

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS - 1972/1985
RECURSOS TESOUREO ORDINÁRIO

Cz\$ 1.000

ANO	PESSOAL	%	O C C	%	T O T A L	%
1972	842.214	72,2	324.058	27,8	1.166.272	100
1973	926.536	68,4	427.472	31,6	1.354.008	100
1974	1.396.083	74,1	489.040	25,9	1.885.123	100
1975	2.329.933	80,0	580.874	20,0	2.910.807	100
1976	4.983.313	87,3	726.385	12,7	5.709.698	100
1977	8.477.566	87,6	1.195.175	12,4	9.672.741	100
1978	12.348.409	82,3	2.652.905	17,7	15.001.314	100
1979	22.521.578	84,9	4.008.332	15,1	26.529.910	100
1980	44.539.186	87,2	6.568.835	12,8	51.108.021	100
1981	99.280.790	86,9	15.031.183	13,1	114.311.973	100
1982	230.526.079	89,8	26.267.611	10,2	256.793.690	100
1983	479.894.100	91,8	43.080.799	8,2	522.974.899	100
1984	1.354.267.500	91,4	127.221.438	8,6	1.481.488.938	100
*1985	4.493.720.200	90,7	460.569.550	9,3	4.954.289.750	100

Fonte: Secretaria Geral do MEC

*POSIÇÃO EM 12/08/88.

É também GÜNTHER que apresenta uma comparação entre o total das verbas (Pessoal + Outros Custeios e Capital) destinado às IES federais e o orçamento do MEC:

TABELA I
COMPARAÇÃO ENTRE VERBA DE PESSOAL E OCC - 1980/1986
RECURSOS TESOIRO ORDINÁRIO

A N O	VERBAS PARA AS IES Orçamento do MEC (em %)
1980	65,4
1981	64,6
1982	64,5
1983	67,5
1984	64,5
1985	50,0
1986	40,9

Fonte: GÜNTHER (1987:4)

Com este estudo, o autor conclui que as verbas resultantes da Emenda Calmon não foram, a nível de orçamento, canalizadas às IES federais. Desta forma, a expectativa dos que creditavam à Emenda Calmon a revitalização ou restauração do financiamento às Universidades Federais, tornou-se frustrada, principalmente para uma corrente bastante significativa que credita ao Estado a responsabilidade do total financiamento da educação, em todos os níveis, inclusive o ensino superior.

Tal posicionamento, entretanto, não está presente na

colocação de REBOLLEDO (1983), que apesar de creditar com grande ênfase o financiamento universitário ao orçamento público, não esquece de ressaltar a importância de outros mecanismos a serem contemplados ou incentivados pelas IES, nas suas ações de obterem financiamento complementar.

Na opinião deste autor, "as Universidades Latino-Americanas, em geral, não fizeram um uso adequado de outras possibilidades de financiamento disponíveis, bastante utilizadas por nossas congêneres norte-americanas e européias" (p.138). Entre estas possibilidades alternativas, cita as Fundações, organismos de apoio já existentes junto a várias Universidades brasileiras.

Esta alternativa, na concepção de MEYER JR. (1986:6) "é prática generalizada entre as Universidades Federais com a criação de órgãos de natureza jurídica privada, paralelamente à sua estrutura formal com o objetivo de captar e gerenciar recursos financeiros que suportem as atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tal procedimento nada mais é do que uma forma de escapismo face à camisa de força imposta por legislação que limita a autonomia administrativa e financeira das instituições públicas".

Desta forma, pode-se inferir que é no dualismo, "cerceamento da autonomia universitária e crise do financiamento do ensino superior", que encontram-se as causas do surgimento das Fundações de Apoio.

Inequivocamente, as limitações legais impostas às Universidades e que restringiam sua capacidade autônoma, também concorreram para acentuar o quadro de ineficiência e ineficácia atribuído às organizações universitárias. Igualmente provocaram repercussões no nível de gerenciamento de verbas privadas e externas, e até mesmo na operacionalização dos minguados recursos de origem pública aportados nos orçamentos das Universidades.

É através da criação de Fundações de Apoio que as Universidades reconhecem suas deficiências, enquanto procuram, através do funcionamento dinâmico e flexível daqueles órgãos, contornar seus principais entraves ou focos de estrangulamentos. Mais uma vez pode-se afirmar que as Fundações de Apoio foram instaladas principalmente para atuar como mecanismos alternativos à prática da autonomia universitária e de financiamento ao ensino superior.

2.3. FUNDAÇÕES DE APOIO COMO MECANISMOS CAPTADORES E GERENCIADORES DE RECURSOS NAS UNIVERSIDADES

Muitos são os países que adotam como princípio básico das políticas educacionais a idéia de que a pesquisa científica e o ensino superior, em outras palavras o sistema universitário, estão intrinsecamente ligados.

No entanto, SCHWARTZMAN (1986:11) enfatiza que "a integração harmoniosa e funcional da pesquisa com a Universidade e desta com o resto da sociedade e da economia, não passa, contudo, de uma visão idealizadora das coisas - ou, no máximo, de um ideal desejado por muitos". Este autor também revela que (p.16) "foi na Universidade de Berlim, que uma efetiva integração entre o ensino e a pesquisa foi desenvolvida pela primeira vez", e que a conseqüente noção de que ambos deveriam necessariamente estar ligados, desenvolvida na realidade social germânica, foi a partir de então transformada em modelo, sendo posteriormente seguida, apesar das dificuldades evidentes.

No Brasil foi o projeto de reforma de 1968 que definiu para as Universidades as três atividades-fim: o ensino, a pesquisa e a extensão. Enquanto a extensão foi caracterizada como um "tema secundário na estrutura acadêmica proposta no projeto da reforma do ensino superior" (VIEIRA, 1982:103), foi a unidade entre o ensino e a pesquisa um dos aspectos básicos que permeou toda a proposta da reforma. Há que se ressaltar, porém, que a enfatizada indissolubilidade entre ambas as atividades-fim, não

se solidificaria na prática apenas pela implantação de uma carreira docente única (professores e pesquisadores) como era apresentado.

Na concepção de RIBEIRO (1986:25) "é certo que já se faziam pesquisas em instituições de ensino superior antes da reforma". Observa, no entanto, que "certamente tais experiências inspiraram a Reforma Universitária, que procurou generalizá-las para o conjunto das instituições de ensino superior, enfatizando os critérios de modernização e eficiência como mecanismos necessários ao aparelhamento dessas instituições para o novo papel que lhes era então atribuído".

Se outras concepções propostas pela reforma - criação de departamentos, extinção da cátedra, profissionalização de corpo docente - resultaram em melhoria para o ensino, com certeza não provocaram expressivo sucesso na promoção do desenvolvimento científico via expansão da pesquisa universitária. Para RIBEIRO (p.25) isto "certamente está relacionado com o fato de o sistema produtivo brasileiro ter se consolidado mais pela importação de tecnologia do que pela sua criação, não fazendo, portanto, demandas efetivas à ciência, além daquelas requeridas pela absorção do Know-how externo". Este autor ainda coloca que "considerando-se o contexto histórico externo às instituições de ensino superior, percebe-se, que à modernização e às transformações ocorridas no nível da sociedade, não correspondeu um desenvolvimento autônomo da atividade científica.

Quanto ao contexto interno, RIBEIRO (p.25) também observa que "a não existência de condições concretas que favore

cessem esse desenvolvimento e de um projeto político institucional que o estimulasse impediram que a pesquisa viesse a se constituir uma função da Universidade naturalmente associada à função de ensino, como previa a reforma de 1968". Ao invés, verifica-se o surgimento de novas instituições de ensino superior, amparadas na sua criação pela legislação e procedimentos em vigor, que não exercitavam a pesquisa e em outras já existentes, a reestruturação, segundo os novos parâmetros - inclusive a introdução da pesquisa - provocando tensões e conflitos não sempre compensados por melhor qualidade do ensino.

Na comunidade universitária brasileira, inclusive verifica-se ausência de consenso entre a proposta de integração ensino e pesquisa, registrando-se uma polarização, ou mesmo antagonismo, quanto a essa relação.

De acordo com RIBEIRO (p.26) "de um lado estão aqueles que consideram o ensino e a pesquisa atividades indissociadas, vinculando, de forma inerente, o desenvolvimento de um ao desenvolvimento da outra, por força de uma funcionalidade complementar entre as duas atividades. De outro, os que, baseados nas especificidades tanto do ensino como da pesquisa, concluem que são atividades incompatíveis". O autor porém adverte que ambas as posições resguardam nuances. E enfoca, dentre aqueles que advogam a indissolubilidade de ensino e pesquisa, os que os vêem antes como concorrentes do que complementares, enquanto, na posição oposta, distingue os que ressaltam duas modalidades de pesquisa: a didática e a criadora. Para esta última corrente só a segunda modalidade é reconhecida como incompatível com o ensino,

já que a pesquisa didática com ele se confunde.

Enquanto as duas correntes não apresentam uma posição de consenso sobre o assunto, RIBEIRO (p.26) constata que a implantação de um projeto combinado entre ensino e pesquisa verifica-se de forma lenta e desigual, havendo maior receptividade à sua implantação em instituições mais antigas e com corpo docente mais qualificado. Também observa que a participação de um professor em atividade de pesquisa ocorre em função da existência de pós-graduação no seu departamento e de sua vinculação com este nível.

Em relação à unidade ensino-pesquisa, QUEIROZ (1987:1) considera que "a Universidade tradicionalmente surge centrada nas atividades de ensino, função que ocupa a maior parte do tempo dos professores, a maior parte do tempo dos alunos, a maior parte dos orçamentos da Universidade, a maior parte dos espaços da Universidade. É ela que oferece, ainda, o principal produto da Universidade: o profissional para o mercado de trabalho". Este autor também manifesta que "a segunda função da Universidade que normalmente tem surgido e se desenvolvido é a função pesquisa", acrescentando em seguida que apenas uma elite de Universidades brasileiras a ela se dedica. Ainda para QUEIROZ (p.1), "a extensão é o estágio mais avançado da Universidade. Seria através da extensão que a Universidade alcançaria a sua plenitude, o exercício pleno das suas três funções essenciais". Finalmente considera que "não existe, ainda, uma plena compreensão do que seja extensão mas uma inércia decorrente da tradição de Universidade de ensino, montado este ensino em assimilação e formação

curricular de ensinamentos, na sua maioria de natureza alienígena, estrangeira, transferindo-se aos estudantes conhecimentos livrescos, pouco oriundos de uma atividade própria, endógena à Universidade".

Embora se restrinjam a atender quase com prioridade esta função, as Universidades, cada vez mais intensamente, têm se tornado alvo de crítica pela qualidade de ensino que oferecem. Em resposta, argumentam que a correspondente melhoria relaciona-se, diretamente, com a recuperação plena da autonomia a que têm direito, bem como no redirecionamento de mais verbas para o ensino superior.

De uma forma geral, as Universidades Federais, independentemente da forma jurídica que apresentem (autarquia ou fundação), identificam a autonomia como um dos seus problemas mais críticos.

Outro aspecto crítico que provoca reflexos negativos no funcionamento das IES, diz respeito ao correspondente financiamento. Diretamente relacionados ao problema da autonomia, os recursos destinados às Universidades Federais, tiveram ano a ano um decréscimo acentuado no aporte das verbas públicas, sendo os escassos recursos orçamentários das IES gastos prioritariamente com as atividades de ensino. Os recursos canalizados às atividades de pesquisa nas Universidades apresentam como principal fonte de financiamento as agências estatais.

Segundo RIBEIRO (1986:28), "o financiamento fica, portanto, quase sempre condicionado às prioridades das agências,

estendendo-se às instituições de ensino superior o dirigismo da política científica e tecnológica do Estado, que dotou as agências governamentais de um monopólio quase absoluto da definição do que pesquisar".

De acordo com OLIVEIRA (1986:57) "as implicações do direcionamento externo, do modo e volume de financiamento não incidem apenas sobre os pesquisadores ou sobre as pesquisas diretamente financiadas. As agências, pelo seu poder, prestígio, influência e pelo próprio peso do financiamento que concedem a determinado indivíduo ou instituição, acabam por modelar o comportamento de quase todo o resto da comunidade".

Na concepção de COELHO (1986:99) "os recursos alocados à pesquisa por agências não passam pelas administrações universitárias, que sobre eles não têm nenhum controle efetivo. Em algumas Universidades criaram-se fundações ou organizações similares, que permitem contornar a burocracia universitária nas relações formais com as agências e na questão dos recursos".

É principalmente no decorrer da década de 70, que as IES federais (autárquicas ou fundacionais) instituíram esses organismos multifuncionais de captação de recursos, buscando a realização de seus objetivos.

A criação das Fundações de Universidades espelha, em parte, a saída emergencial que vários órgãos da administração direta e indireta apresentaram no transcorrer da década de 70. A crescente centralização de decisões da burocracia governamental provocou o surgimento de entidades paraestatais, chamadas Funda

ções, e encaradas como um suporte apreciável à descentralização das atividades do Poder Público.

Grande parte destes novos organismos revelou-se atuante, dinâmico e com mobilidade gerencial que os tornou modelares e copiados por outras instituições, entre as quais as Universidades Federais.

Nas Universidades, tais instrumentos cunhados de Fundações de Apoio, propunham-se "operacionalmente flexíveis, capazes de constante aperfeiçoamento funcional e dotados de autonomia executiva, de modo a fazer frente às necessidades de maior integração com a comunidade, proporcionar o desenvolvimento de pesquisas e fixar pessoal especializado" (Projeto Encontro de Fundações, FUNDEP/MG, 1981).

Entretanto, à medida que vão sendo criadas em várias IES federais, revelam-se com características próprias e funcionamento distintos, o que acarreta exigência de melhores definições.

Para fazer face a esta situação, estas Fundações passam a promover Encontros para melhor se conhecerem e se estruturarem de forma mais homogênea e coesa, embora respeitadas as peculiaridades de cada uma. Inclusive a escassa produção bibliográfica existente sobre estes organismos é fruto de Encontros ou Reuniões promovidos pelas próprias Fundações.

O primeiro destes Encontros Nacionais de Fundações de

Universidades teve lugar em Belo Horizonte/1981, seguindo-se o de Belém/1984, Vitória/1985 e Florianópolis/1986.

Outrossim, outros contatos ocorreram destacando-se aqueles exigidos pelo Grupo de Trabalho - GT, instituído pela Portaria nº 09/84 - SG/CISET/SESu/MEC, objetivando a produção de Normas de Gestão Administrativas para as Fundações de Universidades jurisdicionadas ao Ministério da Educação (Anexo 1).

Através deste GT, as Fundações propuseram normas próprias de gestão que permitissem disciplinar seu funcionamento, assegurando sua subordinação às IES, mantendo sua natureza e plano contábil privado, e assegurando ao mesmo tempo a mobilidade na gestão dos recursos públicos.

É nos documentos extraídos dos citados Encontros que localizam-se posicionamentos diversos a respeito das Fundações. Quanto ao seu surgimento o Grupo V (II Encontro Nacional de Fundações de Universidades, 1984) assim se expressa: "estes organismos foram criados para apoiar e colaborar em programas de desenvolvimento do ensino e da pesquisa e a prestação de serviços nas Universidades, bem como para auxiliá-las na manutenção de suas atividades, possuindo existência legal, garantida por escritura pública lavrada em Cartório".

Ainda a respeito da criação destes organismos, em 1979 o CRUB assim se manifestava: "no interior das IES, verifica-se o fenômeno do surgimento das Fundações de Incentivo à Pesquisa, ou órgãos similares, estruturados em torno dos objetivos de promoção do desenvolvimento da pesquisa, fixação de pessoal

altamente qualificado com melhoria salarial e prestação de serviços remunerados à comunidade. É principalmente nas Universidades públicas autárquicas que esta solução tem sido com mais frequência registrada, talvez por também proporcionar a captação de recursos adicionais às reduzidas possibilidades orçamentárias das verbas de custeio, além de contornar as dificuldades decorrentes da rigidez das normas que orientam sua gestão financeira-administrativa".

Em Relatório (1985:1) conclusivo à missão que lhe foi confiada, o anteriormente mencionado GT assim se manifesta: "As Fundações caracterizam-se por apresentar estrutura empresarial, que é de natureza privada, porém responsável pela execução de objetivos que são públicos. Apresentam como objetivos gerais:

- a) prestar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior (IES);
- b) prestar serviço técnico, científico e administrativo às IES e à comunidade;
- c) viabilizar recursos técnicos, gerenciais e financeiros para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES;
- d) exercer outras atividades que signifiquem apoio ao desenvolvimento técnico, científico e cultural".

O GT também considera que, para atingir seus objetivos, as Fundações têm procurado desenvolver sua ação em consonância com as normas e diretrizes estabelecidas pela Universidade, evitando-se, porém, a superposição de tarefas e instrumentos,

sem excluir suas necessárias independência e flexibilidade. Entretanto, aquele Grupo ainda identifica divergências quanto a objetivos subjacentes que norteiam as Fundações, relacionando como os principais:

- a) Fundações com objetivos voltados para o gerenciamento da pesquisa no âmbito das Universidades Federal, com atividade complementar de prestação de serviços;
- b) Fundações com objetivos de natureza empresarial que se qualificam com objetivos empresariais-produtivos e objetivos de realização de serviços, realizando, complementarmente, gerenciamento de pesquisas.

As principais contribuições das Fundações de Apoio de Universidades apontadas pelo Grupo de Trabalho são:

1. capacitação e especialização na captação junto aos órgãos financiadores, de recursos para programas e projetos de pesquisa, sua alocação e gerenciamento;
2. agilidade na liberação dos recursos aos pesquisadores, graças à adoção de instrumentos próprios à gestão privada, respeitando, porém, as normas de gestão pública, quando se trata de projetos de origem pública;
3. capacidade de contratação do pessoal autônomo e por tempo limitado, necessário aos projetos, dentro das normas trabalhistas em vigor, sem as limitações da Universidade;
4. gestão de programas e projetos de produção e comercialização de patentes e transferência de tecnologia de interesse das Universidades;

5. gerenciamento de serviços técnico-administrativos de interesse da Universidade, objetivando a redução dos seus custos e maior produtividade;
6. otimização das aplicações financeiras dos saldos de disponibilidade em benefício das atividades de pesquisa e extensão;
7. compra a menores custos;
8. estrutura organizacional apropriada ao gerenciamento por projetos, característico das atividades de pesquisa e extensão.

De acordo com documento redigido por ocasião do 4º Encontro do Grupo de Trabalho, as Fundações em estudo, segundo seus instituidores, configuram um perfil diversificado, compreendendo:

- a) Fundações instituídas exclusivamente pelas Universidades Federais;
- b) Fundações instituídas exclusivamente pela iniciativa privada;
- c) Fundações mistas, com participação das Universidades Federais e da iniciativa privada, subdivididas entre aquelas em que o setor público é majoritário e aquelas em que figura como minoritário, no ato da sua instituição.

O GT também reconhece que (p.5) "as Fundações de Apoio mantêm-se com recursos próprios, não dependendo de transferências ou subvenções governamentais. Utilizam recursos humanos e materiais das Universidades Federais para a realização de pesquisas ou de cursos de extensão, remunerando-os sob as mais variadas modalidades, apresentando justificativa bem definida, qual seja, através da ação flexível e dinâmica das Fundações, a comu

nidade tem viabilizado o aproveitamento de equipamentos até en
tão ociosos nas Universidades".

As Fundações de Apoio caracterizam-se como entidades de direito privado e a elas são cometidos os princípios das auto
nomias administrativas e financeira. Esta autonomia financeira se viabiliza pela remuneração dos serviços por elas prestados como empresa prestadora de serviços, e são, principalmente, estes recursos próprios que garantem sua autonomia administrativa.

Por sua vez esta autonomia não conduz a conflitos com as Universidades pela subordinação das ações das Fundações às normas, diretrizes e objetivos destas Universidades.

Se para este GT, composto de elementos ligados a di
versas Fundações de Universidades, estas "se erigiram, assim, co
mo mecanismos hábeis e complementares à ação das Universidades Federais para atenderem aos propósitos daquela legislação, por um lado, em razão das demandas sociais cada dia mais exigentes; e, de outro, pelos compromissos assumidos pelas Universidades, instrumentos de mudança social, e que não podem ter sua execução protelada por mais tempo" (Relatório Final, 1985), outros grupos não reconhecem os méritos ou vantagens atribuídos por muitos a tais tipos de Fundações.

Associações de Docentes, entre estas a da UFPR, vêm denunciando que o objetivo real da criação destas Fundações está diretamente relacionado ao caráter privatizante que o MEC quer impingir às Universidades Federais.

Entre muitas desvantagens apontadas pelos não simpati
zantes dos organismos em foco, destacam-se o caráter centraliza
dor, autoritário e fora de qualquer controle da comunidade uni
versitária, assumidos por tais Fundações.

Em documento da Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - APUFPR (1987:2) está registrada a repulsa dos seus integrantes às Fundações, quando defendem a sua extinção, argumentando que "ela não serve à Universidade, mas serve-se dela". E apontam que, pelo porte e objetivos que apresentam, elas representam principalmente forte ameaça à Universidade Pública.

Já em 1982, no II Congresso da ANDES, documento dele extraído aponta que a criação de Fundações "estaria identificada com os interesses daqueles que apoiam a maior funcionalidade e eficácia gerencial da Universidade brasileira, caracterizada pela luta em prol de maior autonomia para descentralizar a administração e racionalidade adequada à eficácia técnica e profissional".

No caso específico de Fundações de Universidades, suas implantações, segundo aquela Associação, "parecem ter acontecido dentro do espírito de reforma gerencial da administração universitária aonde os reitores provariam suas capacidades de racionalizar as despesas e captação de recursos, usando a imaginação criadora aludida pelo MEC".

Por sua vez, a APUFPR (1987) também muito vem se preocupando com a forma de instituição das Fundações. Quando os instituidores são componentes da iniciativa privada, e segundo o regime capitalista, "tais recursos financeiros não podem ser entendidos como doações, mas sim como investimento e exigido um retorno vantajoso, acabando aí a autonomia das Universidades". (cf.. DALLARI, Dalmo de Abreu. Universidades Fundações. Cadernos da ANDES, São Paulo, nov. de 1981, pag. 17).

Se o instituidor for a própria Universidade, corre-se o risco de vê-la transferir parte de seu patrimônio, atividades e atribuições próprias para a Fundação, que passa a explorá-los, praticamente de duas maneiras:

1. vendendo os seus serviços à Universidade, através da exploração de atividades, equipamentos e outros que pertençam à própria Universidade;
2. vendendo serviços através dos próprios da Universidade a particulares.

Com isso, a Associação (1987) constata que agindo desta forma as Universidades violam seus próprios princípios, repassando seus objetivos públicos para uma entidade de caráter privado.

É da mesma APUFPR que parte a indagação se uma Fundação instituída pela própria Universidade pode ter atividades tão diversificadas, principalmente quando toma para si o controle daquilo que é próprio da Universidade. Entendem que com este posicionamento, está-se mascarando a verdadeira intenção que é de criar uma Universidade Fundação dentro da Universidade Pública, e, gradativamente, ampliar o processo de esvaziamento desta.

Outras posições contrárias e reações de rejeição são identificadas por QUEIROZ (1985:1), que aponta a da Comissão de Estudos da Associação de Professores da UFSC, que "vê as Fundações como um tumor avassalador que corrói a identidade das Universidades públicas e gratuitas, porque subordinam as instituições aos jogos de interesse econômico e são o instrumento ideoló

gico do capital, impedindo que elas sejam o foco de emergência na produção de conhecimentos voltados para a realidade da Nação brasileira".

O autor também distingue a proposição da ANDES em seu IV Congresso Nacional (p.1) que encerra "como parâmetro de luta a extinção das Fundações internas que vêm substituindo as funções da Universidade, em prejuízo da qualidade de ensino e da pesquisa, desvirtuando o verdadeiro papel da Universidade".

A postura da FASUBRA, quanto à extinção das Fundações, se deve, segundo QUEIROZ (p.2), à interpretação que se faz da gama de problemas nas relações de trabalho entre seus servidores e os da Universidade.

Na concepção daquele autor, diante de forças atuantes e contrárias à existência das Fundações de Universidades, o que explica seu funcionamento e desenvolvimento (p.2) "é porque elas são úteis, legítimas, necessárias por sua identidade, ao exercerem função própria, que não se sobrepõe nem substitui funções de quaisquer outros órgãos com os quais interagem".

Para QUEIROZ, Universidades e Fundações têm objetivos, funções e dinâmica operacional complementares e completamente distintos, constituindo-se objetivo fundamental da primeira, a formação de recursos humanos. Desenvolvem a pesquisa e a extensão como atividades prioritárias, porém, encaradas como meios de viabilizar o ensino.

A estrutura organizacional da Universidade está assim vinculada a este objetivo fundamental que determina a lógica dos

processos de decisão e a dinâmica da ação universitária. Esta di
nâmica para atender a exigência de um processo curricular de lon
go prazo, caracteriza-se como lenta, igualmente como ocorre na
pesquisa pura, onde o processo é também de longa maturação. Os
produtos da Universidade e da pesquisa pura revelam-se como:
profissionais que atendem a um mercado de trabalho indefinido e
a geração de conhecimentos, respectivamente.

Ainda em abordagem de QUEIROZ (1985:3) a "transforma
ção destes conhecimentos em bens e serviços para serem industria
lizados e comercializados não corresponde à vocação natural da
Universidade".

Entretanto, o ambiente com que a Universidade intera
ge apresenta-se em constantes transformações, ostentando novas
necessidades que por sua vez demandam inovações tecnológicas.
Nas palavras de QUEIROZ (p.3) "a capacidade de ágil mobilização
de inteligência constitui a chave para o sucesso econômico".

Este autor ainda acrescenta que no Brasil (p.4), a
"Universidade constitui o único estoque disponível de conhecimen
tos, a única alternativa nacional para a rápida mobilização de
inteligências capazes de inovar tecnologicamente, ou de formar
através de cursos específicos de extensão, os quadros das empre
sas, respondendo ao desafio do desenvolvimento brasileiro autôno
mo e auto-sustentado".

Como a estrutura organizacional da Universidade e sua
dinâmica de ação não possibilitam a mobilização da inteligência
universitária no ritmo exigido pelo desenvolvimento do país, e

verificando-se que faz-se necessária a interação da Universidade com o seu meio ambiente, para se proceder o processo de comunicação e de transferência de conhecimento, QUEIROZ identifica as Fundações de Universidades como órgãos habilitados a exercerem estas funções.

É inegável que as Universidades Federais brasileiras encontram-se num grande nível de burocratização e como decorrência natural desta situação vêm-se tolhidas em sua criatividade, principalmente pela exacerbada uniformização administrativa e financeira a que está submetida. Este quadro se contrapõe ao princípio da autonomia a elas legalmente imputado, e que para ser exercitado há que dispor de uma estrutura organizacional flexível, sem amarras ou liames que inibam o cumprimento de seus objetivos.

Ou seja, as Universidades devem ter preservadas sua autonomia identificada como seu poder de auto-gestão e de auto-ordenamento interno, de tal forma que não haja comprometimento quanto ao seu nível de planificação e produtividade concernentes às suas atribuições.

Inerente à problemática da autonomia universitária, a questão do financiamento do ensino superior e em particular das Universidades Federais, remete a consideração de que não há solução para um destes aspectos que não contemple necessariamente o outro. Isto é, a questão da autonomia rebate na crise do financiamento e vice-versa, gerando um ciclo vicioso e que nas circunstâncias atuais exhibe como solução emergencial a operacionalização das Fundações de Apoio.

Estes organismos, em síntese, representam uma saída alternativa e lícita para reduzir os problemas decorrentes dos entraves burocráticos peculiares à administração pública, no caso brasileiro extensivo às Universidades Federais, e que têm cerceado em grande escala a autonomia imprescindível ao seu desenvolvimento.

CAPÍTULO III

3. METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os principais procedimentos utilizados no encaminhamento desta pesquisa. Os aspectos abordados referem-se a:

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo caracteriza-se por ser uma "pesquisa descritiva" ao retratar a situação das Fundações de Apoio, quando atuam como agentes captadores e gerenciadores de recursos às Universidades Federais. Segundo RUDIO (1983:35-7), uma pesquisa é descritiva quando "o pesquisador procura conhecer e interpretar a realidade sem nela interferir para modificá-la". Este autor discorre que, etimologicamente, "descrever é narrar o que aconteceu". E estabelece que, conseqüentemente, "a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los".

De acordo com CASTRO (1978:66), a pesquisa descritiva é aquela "que se limita a uma descrição pura e simples de cada uma das variáveis, isoladamente, sem que sua associação ou interação com as demais sejam examinadas".

Por sua vez, BLAU e SCOTT (1977:28) entendem ser "os estudos descritivos os que definem ou retratam as característi

cas do objeto da pesquisa ou determinam a frequência de várias ocorrências e examinam suas associações entre si".

Como este estudo também pretendeu obter uma maior compreensão das Fundações de Apoio, familiarizando-se com maior profundidade na sua realidade, também é identificado como "exploratório". Na opinião de SELLTIZ (1967:60-1), estudos exploratórios "têm como objetivo a formulação de um problema para investigação mais profunda". E acrescenta ainda que pode ter outras funções: "aumentar o conhecimento do pesquisador acerca do fenômeno que deseja investigar em estudo posterior, mais estruturado, ou da situação em que pretende realizar tal estudo; o esclarecimento de conceitos; o estabelecimento de prioridades para futuras pesquisas e a obtenção de informação sobre possibilidades práticas de realização de pesquisas em situações de vida real".

Similarmente, TRIPODI et alii (1983:36) estabelecem que "os estudos exploratórios têm o objetivo principal de desenvolver idéias e hipóteses", e afirmam que "essencialmente, estudos exploratórios estão baseados na reposição de que, através do uso de procedimentos relativamente sistemáticos, hipóteses relevantes e pertinentes a um fenômeno particular devem ser deseenvolvidos". Estes mesmos autores apontam que (p.37) "a estratégia lógica dos estudos exploratórios consiste em fornecer uma estrutura que pode facilitar o processo de dedução de questões pertinentes na investigação de um fenômeno". Em síntese, colocam que (p.38) "em essência, estudos exploratórios têm a meta primordial de desenvolver, clarificar e modificar conceitos e idéias para fornecer possíveis hipóteses de pesquisa para estudo futuro".

E para esta meta principal, subordinam três objetivos:

1. A descrição qualitativa e quantitativa, relativamente de talhada, de um fenômeno particular;
2. O desenvolvimento de idéias através do uso sistemático de um procedimento específico de coleta de dados;
3. A observação sistemática dos efeitos potenciais de uma variável independente, que é manipulada por um pequeno número de unidades de conduta em estudos demonstrativos e/ou clínicos.

Ainda TRIPODI et alii alertam quanto aos inúmeros requisitos que devem ser observados antes de um estudo ser ou não classificado como exploratório. Consideram até a dificuldade de se determinar ou classificar um estudo como experimental ou descritivo-quantitativo, pois revelam que muitos destes combinam descrições quantitativas e descrições qualitativas na busca pelo relato de um fenômeno. Daí apresenta o subtipo de estudos combinados descritivo-exploratório, onde inclui aspectos de ambos os tipos de estudos considerados.

Os citados autores assim o definem (p.40): "Estudos combinados descritivos-exploratórios, são aqueles estudos exploratórios que buscam descrever totalmente um fenômeno particular". Acrescentam mais adiante que "o propósito destes estudos é desenvolver idéias e generalizações teóricas".

Este estudo, diante da natureza e peculiaridades de que se reveste, e de acordo com a definição e parâmetros estabelecidos, pode ser enquadrado como descritivo-exploratório.

O método empregado é o "analítico", pois utiliza como unidade de análise cada Fundação de Apoio tomada isoladamente.

3.2. DELIMITAÇÃO ESPAÇO-TEMPORAL

A pesquisa teve como sujeito de estudo as Fundações de Apoio existentes junto às Universidades Federais, excluindo-se do âmbito da análise outras fundações existentes no cenário educacional brasileiro.

A análise dos organismos objeto deste estudo, compreendeu uma perspectiva diacrônica, pois desenvolveu-se em três momentos distintos, no intervalo compreendido de 1983 a 1985, quando foi observada a atuação das Fundações em relação às respectivas Universidades Federais.

Para efeito de enquadramento das Fundações de Apoio, quanto aos objetivos que as norteiam, utilizou-se a tipologia apresentada pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 09/84 - SG/CISET/SESU/MEC. (Anexo nº 2)

3.3. PERGUNTAS DE PESQUISA

A fim de que o problema central da pesquisa fosse respondido foram formuladas as seguintes questões, que nortearam o

presente estudo:

1. Quais os tipos de Fundações de Apoio, criadas junto às Universidades Federais, existentes no Brasil?
2. Qual a política gerencial que direciona as ações de uma Fundação de Apoio?
3. Quais as principais fontes de recursos financeiros utilizadas pelas Fundações de Apoio na captação destes tipos de recursos?
4. Que mecanismos são empregados pelas Fundações de Apoio para captarem recursos financeiros?
5. Qual a relação existente entre volume global de recursos captados pelas Fundações de Apoio e aquele captado pelas Universidades Federais?

3.4. DEFINIÇÃO DE TERMOS

No presente estudo, os termos abaixo, para maior clareza e compreensão, assumiram a seguinte conotação:

- . CAPTAÇÃO DE RECURSOS - Ação empreendida pelas Universidades e Fundações de Apoio na tentativa de atrair e angariar meios pecuniários para reforçar suas receitas;

- . FUNDAÇÕES DE APOIO
 - Instituições criadas junto às Universidades Federais para agilizar suas ações em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

- . POLÍTICA GERENCIAL
 - Estilo norteador da ação administrativa, orientado para: 1) objetivos empresariais-produtivos; 2) objetivos de prestação de serviços; e 3) objetivos de gerenciamento de pesquisas a serem realizadas pelas Fundações.

- . RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
 - Valores de receita estimados que as Universidades Federais utilizam num determinado período de tempo.

- . PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 - Disciplinamento da utilização dos recursos orçamentários, através da fixação de quotas no exercício financeiro, objetivando estabelecer equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada.

- . RECURSOS FINANCEIROS
 - Repasses de numerários, obedecida ou não, a programação orçamentária.

3.5. POPULAÇÃO

Considerando a proposta de estudo, todas as Fundações de Apoio vinculadas às Universidades Federais, autárquicas ou fundacionais, eram potencialmente objetos de pesquisa, uma vez que a decisão era analisar o censo.

Feito o levantamento, constatou-se a existência de Universidades Federais que apresentavam mais de uma Fundação de Apoio. Nas Universidades com tal situação elegeu-se a Fundação que acompanhou com mais pertinência a condição estabelecida, ou seja, atender a todas as áreas de conhecimento existentes na instituição.

Das Fundações de Apoio de Universidades Federais e voltadas a uma área específica do conhecimento, duas (2) foram utilizadas na fase de teste do instrumento de pesquisa.

A população de interesse do estudo foi então definida por vinte (20) Fundações de Apoio contactadas.

Inicialmente foi enviada a estas Fundações, correspondência (Anexo nº 3) em 28/05/87, consultando sobre sua disposição em participar da pesquisa. Esta consulta teve o objetivo, num primeiro momento, de sensibilizar e obter a adesão da instituição em colaborar com o estudo. Era importante conhecer o número de Fundações dispostas a colaborar, uma vez que estas representavam fator imprescindível ao desenvolvimento do trabalho.

Acompanhou aquela correspondência uma carta-resposta,

onde a Fundação poderia assinalar sua concordância ou não em participar da pesquisa, e um envelope selado com o nome e endereço da pesquisadora, a ser posteriormente utilizado na devolução.

Das 20 (vinte) correspondências enviadas, todas (100%) devolveram respostas afirmativas, concordando em participar da pesquisa.

3.6. DADOS

Nesta pesquisa, os dados foram considerados a partir dos seguintes aspectos: tipos, instrumento de coleta, teste, coleta e tratamento dos dados.

3.6.1. Tipos de Dados

Os tipos de dados utilizados para este estudo foram obtidos de duas fontes:

- a) Fontes Primárias : dados obtidos através de questionários aplicados junto às 20 (vinte) Fundações de Apoio;
- b) Fontes Secundárias : dados obtidos através de revisão bibliográfica na área pertinente; análise de publicações que abordavam o assunto e, finalmente, análise de informações contidas em publicações oficiais.

Os questionários aplicados às 20 (vinte) Fundações de Apoio, tiveram a responsabilidade das respostas assumidas pelos respectivos dirigentes.

3.6.2. Instrumentos para Coleta de Dados

Para coletar os dados necessários ao desenvolvimento do trabalho, optou-se por um questionário (Anexo nº 6) onde, além dos dados pessoais dos dirigentes, as Fundações responderam quanto à sua criação, objetivos e finalidades; formas de constituição; fontes de recursos financeiros utilizadas; mecanismos acionados para captação de recursos financeiros; estilo de gerenciamento adotado e volume de recursos financeiros captados pelas Fundações de Apoio nos exercícios de 1983, 1984 e 1985.

As perguntas constantes dos questionários foram alinhadas em documentação existente a respeito das Fundações de Apoio, material produzido e/ou produto final dos Encontros Nacionais desses órgãos. Também tomou-se como documentação de referência aquela elaborada pelo Grupo de Trabalho já citado.

O questionário foi dividido em 4 (quatro) partes: a primeira, relativa à Identificação da Fundação e do Dirigente (ou respondente); a segunda, referente aos Objetivos; a terceira, reportando-se ao Funcionamento e, a última, relativa à Captação de Recursos efetuada pela Fundação. Tais partes foram constituídas por questões semifechadas e abertas, sendo que, em algumas questões, o respondente devia assinalar tantas alternativas quantas julgasse necessárias, outras deviam priorizar as alternati

vas e apenas uma questão exigia resposta única.

Além do questionário, o levantamento das informações orientou-se pela análise documental que, segundo BRUYNE et alii (1982), se caracteriza pelo uso de fontes secundárias.

A análise documental incluiu a leitura de diversas publicações oficiais ou de circulação interna às Fundações de Apoio, referindo-se aos seguintes aspectos: Legislação abordando o assunto; Documentos ou pareceres emitidos por consultorias; Balanços, prestações de contas e documentos econômicos, financeiros e contábeis e Trabalhos pertinentes à área apresentados em Seminários e Reuniões de Fundações de Apoio.

3.6.3. Teste do Instrumento

Com o objetivo de validar o instrumento, foi o mesmo testado por 5 (cinco) Fundações de Apoio. Destas 2 (duas) são vinculadas a Universidades Federais, atuando porém em áreas específicas do conhecimento. As demais estão assim localizadas: 1 (uma) delas é vinculada à Universidade Municipal; 1 (uma) vinculada à Universidade Estadual e 1 (uma) pertencente à Escola Superior de Ciências Agrárias.

Para estas instituições, preliminarmente foi endereçada correspondência (Anexo nº 4) explicitando o teor da pesquisa e a necessidade de contar com a colaboração dos órgãos selecionados para atuarem como agentes de teste do instrumento. Esta correspondência foi acompanhada do questionário a ser validado.

Os 5 (cinco) questionários foram devolvidos e apresen

taram subsídios para a modificação e reestruturação de algumas questões objetivando atingir maior confiabilidade do instrumento. As observações fornecidas possibilitaram a feitura de pequenos ajustes (modificação na forma de apresentação de algumas tabelas), sem, entretanto, provocar alterações substanciais no instrumento.

3.6.4. Coleta de Dados

Após realizado o pré-teste e feitas as modificações, os questionários foram enviados às Fundações de Apoio em 27/10/1987, solicitando-se sua devolução no prazo de 3 (três) semanas. Estes instrumentos foram encaminhados ao Dirigente da Fundação, e junto ao questionário seguiu uma carta (Anexo nº 5) lembrando do que se tratava e da importância da resposta do instrumento para a pesquisa.

Para a distribuição dos questionários foi utilizado o sistema de postagem.

Após o envio dos questionários, foram ainda mantidos contatos telefônicos com as Fundações onde a pesquisadora esclareceu dúvidas quanto ao preenchimento do instrumento e solicitou maior presteza na sua devolução.

O período definido para a coleta dos dados estendeu do prazo inicial de 17/11/87 para 30/01/88.

Dos 20 (vinte) questionários endereçados, retornaram 15 (quinze) devidamente preenchidos, o que representa 75% (seten

ta e cinco por cento) da população pesquisada.

3.6.5. Tratamento dos Dados

As técnicas utilizadas na análise dos dados foram as seguintes:

- a) Tabelas de distribuição de frequência;
- b) Tabelas de distribuição de percentuais;
- c) Gráficos de barras.

As tabelas de frequência apresentam a distribuição dos dados em sua forma primitiva; as tabelas de percentagens apresentam esses dados sob a forma de percentuais, reduzindo-os, portanto, a uma medida comum. Os gráficos facilitam a visualização da atuação das Fundações no período pesquisado.

Entretanto, se faz necessário esclarecer, que embora não haja emprego de técnicas estatísticas sofisticadas, a validade da pesquisa não fica comprometida, diante da seriedade que se dispensou ao trabalho, principalmente no que se refere à atenção dedicada àquelas técnicas de pesquisas utilizadas e no que diz respeito à precisão, fidedignidade e relevância dos dados coletados e das análises processadas.

3.7. LIMITAÇÕES

No desenvolvimento deste trabalho foram consideradas

as seguintes limitações:

- 1º) Inexistência de padrões de performance, baseado nos quais se comparasse os dados coletados;
- 2º) Não se tratava de análise econômico-financeira das Fundações de Apoio;
- 3º) Existência de fatores intangíveis, tais como: habilidade na captação de recursos, relações inter-pessoais que afetam a esta captação junto à comunidade maior, excelência acadêmica da Universidade, capacidade e dedicação do corpo docente e técnico-administrativo;
- 4º) Subjetividade imensurável e presente em muitas respostas fornecidas;
- 5º) Impossibilidade de aferir a confiabilidade dos dados.

Além destas limitações, outras dificuldades se sucederam no transcorrer da pesquisa. A greve dos servidores das Universidades Federais, por exemplo, ocorreu no momento em que os questionários estavam sendo devolvidos. Como as Fundações de Apoio aderiram, em sua grande maioria, ao movimento paredista, isto exigiu uma postura de cobrança assídua por parte da pesquisadora junto às Fundações, quer através de contatos telefônicos, quer de outros meios, quando em insistentes apelos se solicitava o retorno dos questionários.

Também, e no mesmo período, outras greves como a dos funcionários do MEC, Correios e Embratel, ocorreram, e, face ao estágio em que se encontrava a pesquisa, provocaram retardamento no seu andamento.

CAPÍTULO IV

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo são apresentados os dados relativos às Fundações de Apoio como mecanismo de captação de recursos, em tabelas, quadros e gráficos.

Quanto às tabelas, estas demonstram a frequência dos dados obtidos em termos absolutos e relativos, objetivando uma maior clareza da exposição.

Inicialmente é apresentada a caracterização das Fundações de Apoio, objeto da pesquisa, segundo: a data de criação, localização por regiões fisiográficas e a vinculação das Fundações às Universidades Federais autárquicas ou fundacionais.

Em seguida são apresentados dados relativos à caracterização dos dirigentes das Fundações de Apoio, que são os responsáveis pelas informações prestadas. Estes dados dizem respeito ao sexo do respondente, denominação do cargo do dirigente, tempo de serviço no cargo, experiência anterior em cargo de direção, formação profissional e qualificação do dirigente/respondente do questionário.

Por último são apresentados e analisados os dados concernentes aos objetivos e funcionamento das Fundações de Apoio e as formas de captação de recursos utilizadas por estas instituições. Também são evidenciados cruzamentos entre itens do instrumento de pesquisa e dados secundários coletados.

4.1. CARACTERIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES DE APOIO

TABELA 02 - IDENTIFICAÇÃO DO PERÍODO DE CRIAÇÃO DAS FUNDAÇÕES DE APOIO

P E R Í O D O	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
1970 — 1975	3	20
1975 — 1980	9	60
1980 — 1985	3	20
T O T A L	15	100

Fonte: Questionários.

Constata-se que as 15 (quinze) Fundações de Apoio que devolveram o questionário preenchido, correspondem a 75% (setenta e cinco por cento) do total de 20 (vinte) Fundações de Apoio, população alvo da pesquisa.

Das 15 (quinze) Fundações analisadas, 9 (nove) , ou seja, 60% (sessenta por cento) apresentam como período característico de surgimento ou criação, aquele compreendido entre os anos 1975 a 1980.

Uma possível explicação para o fato reside no reconhecimento , por parte de grande número de Universidades, do efetivo desempenho apresentado por aquelas Fundações pioneiras, já implantadas no quinquênio 1970/1975. Este reconhecimento, fruto de uma postura de observação e maturação da experiência vivenciada

por algumas Fundações, resulta na implantação de outras destas instituições em Universidades Federais, o que aconteceu com maior intensidade no quinquênio 1975/1980.

Nos anos subseqüentes constata-se ainda a criação de Fundações de Apoio, embora também registre-se um decréscimo quanto à implantação destes órgãos. A explicação se deve ao fato de que as Universidades Federais após implantarem suas Fundações de Apoio geralmente não recorriam novamente a esta solução alternativa. Como o contingente de Universidades Federais nos últimos anos não foi ampliado, chegou-se a um momento em que estas instituições de ensino superior, quase em sua totalidade, já apresentavam suas respectivas Fundações.

Com relação à localização geográfica das 15 (quinze) Fundações de Apoio pesquisadas, segundo as regiões naturais brasileiras, verifica-se o seguinte resultado:

TABELA 3 - DISTRIBUIÇÃO DAS FUNDAÇÕES DE APOIO SEGUNDO AS REGIÕES NATURAIS BRASILEIRAS.

REGIÕES NATURAIS	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	FREQÜÊNCIA RELATIVA (%)
Norte	1	7
Nordeste	5	33
Sudeste	4	27
Sul	5	33
	15	100

Fonte: Questionários.

Observa-se que, com idêntico percentual, 33% (trinta e três por cento) das Fundações de Apoio pesquisadas estão con centradas nas regiões Nordeste e Sul, seguindo-se com 27% (vinte e sete por cento) a região Sudeste, enquanto a região Norte par ticipa da pesquisa com apenas 7% (sete por cento) dos responde ntes. A região Centro-Oeste não está representada na pesquisa.

Para se proceder a uma análise mais precisa dos dados acima, inicialmente faz-se necessário destacar a relação existen te entre o número total de Universidades Federais e de Funda ções de Apoio, segundo as respectivas localizações geográficas, o que é apresentado no QUADRO 4, a seguir.

QUADRO 04 - LOCALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E FUNDAÇÕES DE APOIO SEGUNDO AS REGIÕES NATURAIS BRASILEIRAS.

REGIÕES NATURAIS	TOTAL DE UNIV.FED.	TOTAL DE FUND.APOIO	% FA/UF (*)
Norte	4	1	25,0
Nordeste	10	8	80,0
Sudeste	9	5	55,5
Sul	7	5	71,4
Centro-Oeste	4	1	25,0
T O T A L	34	20	58,8

Fonte: Questionários.

*Obs.: UF = Universidade Federal

FA = Fundação de Apoio

Neste quadro observa-se que a mais alta relação per centual encontra-se na região Nordeste - Ne, que indica um índice

de 80,0% (oitenta por cento), sendo imediatamente seguido da região Sul - S, esta revelando o índice de 71,4% (setenta e um vírgula quatro por cento). O fato do Ne apresentar o maior total de Universidades Federais, deve-se tanto à grande quantidade de estados que formaram esta região geográfica como às condições sócio-econômicas de sua população, que exige um maior investimento de Universidades públicas.

Compete, entre outras atribuições, às Universidades Federais aí instaladas, e praticamente de forma isolada, o desenvolvimento de pesquisas. Assim, diante da responsabilidade social e científica que representam para a região Ne, e em face da quase inexistência de recursos transferidos às Universidades para atender esta função, é que se constata na maioria das Universidades Federais nordestinas a presença de Fundações de Apoio, com o objetivo de captar e gerenciar recursos obtidos, principalmente, junto às Agências Financiadoras, para atender às pesquisas assumidas pelas Universidades.

Quanto à região Sul, a relação percentual apresentada, deve-se mais ao número de Fundações de Apoio existentes em Universidades Federais localizadas nesta região, do que ao número total de Universidades aí instaladas.

Verifica-se, inclusive, uma maior concentração na amostra destas Universidades na região Sudeste, enquanto o número de Fundações de Apoio não acompanha este comportamento.

O que provavelmente explica a quantidade de Fundações de Apoio em Universidades Federais da região Sul, além da inequi-

voca necessidade de incentivo à pesquisa universitária, é a personalidade jurídica de direito privado, peculiar às Fundações, que encontra nesta região maior receptividade e condições de instalação, face à vocação privaticista que esta apresenta. De uma forma geral, observa-se que existe uma tendência de se aportar às organizações privadas maior credibilidade na operacionalização de suas atividades. Assim, ficam evidenciadas as razões da maior concentração de Fundações de Apoio presentes ao estudo, localizar-se nas regiões Nordeste e Sul.

Numa tentativa de se estabelecer itens que caracterizam as Fundações de Apoio, procedeu-se ao cruzamento de dados relativos ao período de criação das Fundações, localização geográfica destes órgãos e vinculação às respectivas Universidades Federais, obtendo-se o Quadro 5, a seguir:

QUADRO 05 - ITENS CARACTERÍSTICOS DAS FUNDAÇÕES DE APOIO

FUNDAÇÕES DE APOIO	DATA DE CRIAÇÃO	REGIÃO GEOGRÁFICA NATURAL	UNIVERSIDADE FEDERAL VINCULADA (*)
01	Nov/77	Norte	A
02	Jun/82	Nordeste	F
03	Jan/77	Nordeste	A
04	Out/76	Nordeste	A
05	Ago/81	Nordeste	A
06	Nov/80	Nordeste	A
07	Nov/77	Sudeste	A
08	Fev/75	Sudeste	A
09	Out/79	Sudeste	F
10	Dez/75	Sudeste	A
11	Mar/79	Sul	A
12	Set/77	Sul	A
13	Set/78	Sul	A
14	Nov/73	Sul	A
15	Jun/81	Sul	F

Fonte: Questionários.

*Obs.: A = Autarquia.

F = Fundação.

O Quadro 5 revela a concentração das 15 (quinze) Fundações de Apoio participantes da pesquisa em Universidades Federais autárquicas. Entretanto, observa-se embora em menor quantidade, a existência de Fundações de Apoio em Universidades Federais fundacionais.

Certamente este fato corrobora a explicação de que as Universidades Federais fundacionais, criadas para tornar mais eficiente a prestação do ensino superior, na prática não viabilizaram os objetivos a que se propunham. Tolhidas que foram por mecanismos centralizadores, impingidos principalmente às Universidades Federais autárquicas mas também estendidos às fundacionais, estas Universidades Federais sentiram a necessidades de criarem suas Fundações de Apoio.

Nas Fundações de Apoio de Universidades Federais fundacionais, observa-se que 67% (sessenta e sete por cento) foram criadas no quinário 80/85.

Por sua vez, as Universidades Federais autárquicas concentram, no período 75/80, a implantação de Fundações de Apoio, sendo que o exercício de 1977 é o que apresenta maior registro de criação destes órgãos, com o índice percentual de 40% (quarenta por cento).

Confirmando o que foi anteriormente exposto, é no quinário 75/80 que as regiões Nordeste e Sul apresentam o maior volume de criação e instalação de Fundações de Apoio, todas elas vinculadas a Universidades Federais autárquicas.

Desta forma, com respeito ao regime jurídico da Uni

versidade Federal a qual a Fundação de Apoio está vinculada, obt_uve-se como resultado, a seguinte distribuição:

TABELA 04 - TIPIFICAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL QUE A FUNDAÇÃO DE APOIO ESTÁ VINCULADA.

A P O I O	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Autarquia	12	80
Fundação	3	20
T O T A L	15	100

Fonte: Questionários.

Constata-se que 80% (oitenta por cento) das Fundações de Apoio pesquisadas, estão concentradas em Universidades Fed_erais autárquicas.

O que concorre, em grande parte, para a concentração de Fundações de Apoio neste tipo de Universidades, é o caráter mais burocratizante e submisso à centralização da Administração Federal que elas revelam.

De acordo com o documento "Critérios aplicáveis às Universidades, no campo das atividades auxiliares de orçamento, programação financeira, administração financeira, contabilidade e auditoria" elaborado pela Universidade Federal de Uberlândia (1985), a criação de Fundações de Apoio se deve por serem estes organismos entendidos como instrumento destinado a permitir

maior agilização das atividades das Universidades. O documento também detecta que tais Fundações têm facilidade para captar recursos de outras fontes que não o Tesouro, adotam formas de gestão mais ampla e que sua criação fez ressaltar a necessidade de nova conceituação das Universidades.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS DIRIGENTES DE FUNDAÇÕES DE APOIO

Com respeito à caracterização dos atuais dirigentes das 15 (quinze) Fundações de Apoio, responsáveis pelas informações contidas nos questionários, os dados são apresentados observando-se os seguintes aspectos:

TABELA 05 - DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES DAS FUNDAÇÕES DE APOIO, SEGUNDO O SEXO.

S E X O	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Masculino	13	87
Feminino	2	13
T O T A L	15	100

Fonte: Questionário.

Verifica-se que 87% (oitenta e sete por cento) dos atuais dirigentes das Fundações de Apoio que devolveram o ques

tionário, são do sexo masculino. Este fato evidencia a reprodução, a nível destas Fundações, da situação de quase alijamento de pessoas do sexo feminino dos cargos diretivos das organizações universitárias brasileiras.

Com respeito à terminologia do cargo dos dirigentes das Fundações de Apoio analisadas, verifica-se a seguinte distribuição:

TABELA 06 - TERMINOLOGIA DOS CARGOS DE DIRIGENTE MÁXIMO NAS FUNDAÇÕES DE APOIO.

TERMINOLOGIA	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Diretor Executivo	4	30
Diretor Presidente	2	15
Secretário Executivo	2	15
Secretário Geral	1	8
Diretor Superintendente	1	8
Gerente Técnico	1	8
Presidente do Conselho de Curadores	1	8
Coordenador	1	8
TOTAL	13	100

Fonte: Questionário.

Somando-se os escores de frequência desta Tabela, obtém-se o total de 13 (treze) cargos. A explicação deve-se ao fato de que 2 (dois) dentre os 15 (quinze) questionários devolvidos, foram respondidos por pessoas ocupando cargos hierarquica

mente subordinados à direção máxima, em níveis de Assessoria, e Chefia Financeira.

Dos 13 (treze) cargos apresentados na Tabela 6, 30% (trinta por cento) ostentam a terminologia "Diretor Executivo" para indicar o cargo de direção máxima na Fundação de Apoio. Evidencia-se também a vasta terminologia existente nas Fundações de Apoio para identificar os cargos de direção superior.

Esta vasta terminologia decorre da inexistência de um padrão único de organização para as Fundações de Apoio. De acordo com as "Normas de Gestão Administrativa para as Fundações de Universidades jurisdicionadas ao Ministério da Educação e Cultura" estabelecidas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 09/84 - SG/CISET/SESu/MEC (Anexo 2), a organização interna das Fundações deverá se processar em estrito respeito ao princípio da sua autonomia administrativa e financeira. Inclusive sua "denominação, funcionamento e composição de seus órgãos observarão as peculiaridades de cada Fundação".

Com relação ao tempo de serviço dos dirigentes das Fundações de Apoio nos cargos que ocupavam no período da pesquisa, verifica-se a seguinte distribuição:

TABELA 07 - DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES DAS FUNDAÇÕES DE APOIO, SEGUNDO O TEMPO DE SERVIÇO NOS SEUS ATUAIS CARGOS.

TEMPO DE SERVIÇO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Até 1 ano	4	27
1 — 3 anos	5	33
3 — 5 anos	2	13
5 — 7 anos	2	13
7 — 9 anos	1	7
Mais de 9 anos	1	7
T O T A L	15	100

Fonte: Questionários.

Observa-se que dos 15 (quinze) dirigentes de Fundações de Apoio, 33% (trinta e três por cento) estão ocupando seus cargos, em espaço de tempo compreendido de 1 a 3 anos. Também verifica-se que 27% (vinte e sete por cento) dos dirigentes destas Fundações estão a menos de 1 (um) ano em seus cargos. Desta forma, constata-se que no período de interesse desta pesquisa, ou seja, de 1983 a 1985, 9 (nove) dos atuais dirigentes ainda não ocupavam seus respectivos cargos.*

A concentração diagnosticada no tempo de serviço de 1 a 3 anos confirma a face dinâmica das Fundações. A partir de mudanças em cargos de direção, provocam reciclagens internas, o

* Este fato não provoca conseqüências nas respostas, uma vez que não há registro de questões envolvendo opinião pessoal ou atitude dos dirigentes.

que por sua vez ocasiona efeitos na sua operacionalização. Estas medidas certamente concorrem para que as Fundações de Apoio alcancem estágios mais avançados e melhor desempenho.

Se, entretanto, registram-se mudanças contínuas nos cargos de direção, as Fundações correm o risco de sofrerem solução de continuidade administrativa; por outro lado, dirigentes com muito tempo de serviço, podem influir num continuísmo de ação, sem proporcionar reciclagens de administração.

Com respeito à experiência anterior dos dirigentes das Fundações de Apoio analisadas em cargos de direção superior, obteve-se o seguinte resultado:

TABELA 08 - DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES DAS FUNDAÇÕES DE APOIO, SEGUNDO EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM CARGO DE DIREÇÃO.

EXPERIÊNCIA ANTERIOR	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Sim	12	80
Não	3	20
T O T A L	15	100

Fonte: Questionários.

Verifica-se que 80% (oitenta por cento) dos dirigentes das Fundações de Apoio pesquisadas já tinham experiência anterior em cargos de direção. Destes dirigentes, 83% (oitenta e três por cento) ocupam atualmente cargos de direção máxima nas Fundações em estudo.

Este resultado ressalta o cuidado com que são preenchidos os cargos de direção máxima das Fundações de Apoio, ao se designar, na maioria destes órgãos, pessoa com algum tipo de experiência em cargo diretivo.

Um fato a se ressaltar surge no cruzamento dos dados relativos à data de criação das Fundações de Apoio com aqueles relativos à experiência anterior em cargos de direção de seus dirigentes, onde se verifica que 58% (cinquenta e oito por cento) dos 12 (doze) dirigentes de Fundações que indicam experiência anterior em cargos diretivos, ocupam este posto em órgãos criados no quinquênio 75/80.

Outro aspecto também a ser enfatizado é que 33% (trinta e três por cento) destes dirigentes com experiências anteriores em cargo de direção são responsáveis por estes mesmos cargos nas Fundações de Apoio, há menos de 1 (um) ano, seguindo-se, com um índice percentual de 25% (vinte e cinco por cento), dirigentes que estão nas Fundações há mais de 5 (cinco) anos.

Comparando estes resultados com os dados da Tabela 7, constata-se uma divergência de informações. Esta divergência decorre da contagem, quanto ao tempo de serviço, de dirigentes com ou sem experiência anterior em cargos diretivos, o que não ocorre na Tabela 8, que considera apenas aqueles dirigentes com algum tipo de experiência em cargo de direção.

Com relação à formação profissional dos dirigentes das Fundações de Apoio, verifica-se o seguinte resultado:

TABELA 09 - DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES DAS FUNDAÇÕES DE APOIO, SEGUNDO A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Engenheiro Civil	3	20
Engenheiro Mecânico	3	20
Engenheiro Agrônomo	1	7
Geólogo	1	7
Químico	1	7
Advogado	1	7
Administrador	1	7
Pedagogo	1	7
Licenciado em Letras	1	6
Bel. em Ciências Contábeis	1	6
Sem Resposta	1	6
T O T A L	15	100

Fonte: Questionários.

Observa-se que é bastante diversificada a formação profissional dos dirigentes das Fundações de Apoio pesquisadas. Não obstante, evidencia-se uma maior concentração nas categorias de Engenheiro Civil e Engenheiro Mecânico, ambas apresentando um índice percentual de 20% (vinte por cento). Numa concepção mais ampla, é a área da Engenharia que apresenta a maior densidade de profissionais, com um percentual de 47% (quarenta e sete por cento); em cargos de direção superior das Fundações de Apoio.

Procedendo-se ao cruzamento dos dados relativos à

"Formação Profissional dos Dirigentes" e a "Experiência Anterior em Cargos de Direção", constata-se que 85% (oitenta e cinco por cento) dos dirigentes com formação em Engenharia apresentam experiência anterior em cargos diretivos.

Quanto ao "tempo de serviço" que estes mesmos dirigentes ocupam nas Fundações de Apoio, verifica-se que 28% (vinte e oito por cento) estão há menos de 2 anos no cargo, 43% (quarenta e três por cento) estão na faixa de 2 a 4 anos no cargo, enquanto 29% (vinte e nove por cento) encontram-se na direção máxima das Fundações há mais de 5 anos.

A escolha de dirigentes com formação profissional em Engenharia tem ligação com a ênfase que as agências financiadoras demonstram com a área tecnológica e onde, inevitavelmente, recae a maioria das pesquisas conduzidas pelas Fundações de Apoio.

Com respeito à qualificação dos dirigentes das Fundações de Apoio, observa-se a seguinte situação:

TABELA 10 - DISTRIBUIÇÃO DOS DIRIGENTES DAS FUNDAÇÕES DE APOIO, SEGUNDO A QUALIFICAÇÃO.

Q U A L I F I C A Ç Ã O	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
Graduação	1	7
Aperfeiçoamento/Especialização	5	33
Mestrado	1	7
Doutorado	7	46
Pós-Doutorado	1	7
T O T A L	15	100

Fonte: Questionários.

Dos dirigentes de Fundações de Apoio envolvidos na pesquisa, 46% (quarenta e seis por cento) apresentam como qualificação o "DOUTORADO", seguindo-se, com o índice percentual de 33% (trinta e três por cento) aqueles que portam como qualificação títulos de "APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO". Consonante com o item anterior, a área mais requisitada, em cursos de DOUTORAMENTO, também é a da Engenharia.

Procedendo-se ao cruzamento dos dados relativos à "Titulação" com "Experiência Anterior", observa-se que 75% (setenta e cinco por cento) dos dirigentes que possuem DOUTORADO apresentam experiência anterior no cargo. Os dirigentes com titulação em APERFEIÇOAMENTO/ESPECIALIZAÇÃO e PÓS-GRADUAÇÃO, todos eles também revelam experiência anterior em cargos de direção.

Estes resultados denotam a confiabilidade que pessoas com formação profissional em Engenharia, inclusive com titulação nesta área, gozam de forma geral na sociedade brasileira e, mais particularmente, na comunidade acadêmica.

Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito ao índice percentual que revela a titulação em "DOUTORADO" dos dirigentes de Fundações de Apoio, o que de certa forma explica a sensibilidade que estes órgãos exibem face às atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas por estas Fundações.

4.3. DADOS ESPECÍFICOS DA PESQUISA

Com respeito à atuação das Fundações de Apoio, no pe

ríodo 1983 a 1985, os dados são apresentados, observando-se os aspectos seguintes: Objetivos das Fundações de Apoio, Funcionamento das Fundações de Apoio e Captação de Recursos pelas Fundações de Apoio.

4.3.1. Objetivos das Fundações de Apoio

4.3.1.1. Motivos que concorreram à criação das Fundações de Apoio

Os dados priorizados, contendo a indicação dos dirigentes quanto aos motivos que provocaram o surgimento das Fundações de Apoio, são apresentados na Tabela 11, a seguir:

TABELA 11 - PRIORIZAÇÃO DOS MOTIVOS QUE LEVARAM A CRIAÇÃO DAS FUNDAÇÕES DE APOIO, SEGUNDO SEUS DIRIGENTES.

MOTIVOS	P R I O R I D A D E S*									
	1 ^a	%	2 ^a	%	3 ^a	%	4 ^a	%	5 ^a	%
A. Necessidade da Universidade para atender com maior agilidade e de forma racional seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão;	11	73	-	-	1	7	3	20	-	-
B. Necessidade de maior articulação entre a Universidade e as agências de financiamento, técnico, científico e cultural do País;	2	13	4	27	7	46	1	7	1	7
C. Viabilidade de um maior entrosamento entre a Universidade, Setor Produtivo e Órgãos Governamentais na geração, desenvolvimento e transferência de conhecimentos técnicos e científicos;	1	7	7	46	3	20	3	20	-	-
D. Necessidade de maior integração entre a Universidade e a comunidade;	1	7	4	27	3	20	7	46	-	-
E. Outros;	-	-	-	-	1	7	1	7	-	-
T O T A L	15	100	15	100	15	100	15	100	1	7

Fonte: Questionários.

*As prioridades estão hierarquizadas em ordem decrescente

Verifica-se que 73% (setenta e três por cento) dos dirigentes das Fundações de Apoio apontam como o principal motivo do surgimento destes órgãos, a necessidade da Universidade em atender com maior agilidade e de forma racional seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão.

Como 2º (segundo) motivo priorizado por 46% (quarenta e seis por cento) dos dirigentes, observa-se a viabilização de um maior entrosamento entre a Universidade, Setor Produtivo e Órgãos Governamentais na geração, desenvolvimento e transferência de conhecimentos técnicos e científicos. Ainda como 2ª (segunda) priorização, 27% (vinte e sete por cento) dos dirigentes convergem suas ações para os motivos B e D constantes da Tabela 12, ou seja, para a necessidade de maior articulação entre a Universidade e as agências de financiamento técnico-científico e cultural do País, bem como para a viabilização de um maior entrosamento entre a Universidade, Setor produtivo e órgãos governamentais, na geração, desenvolvimento e transferência de conhecimentos técnicos e científicos.

O 3º (terceiro) motivo indicado por 46% (quarenta e seis por cento) dos dirigentes das Fundações de Apoio refere-se à necessidade de maior articulação entre a Universidade e as agências de financiamento técnico-científico e cultural do País.

Como 4º (quarto) e último motivo priorizado por 46% (quarenta e seis por cento) dos dirigentes, é apontada a necessidade de maior integração entre a Universidade e a comunidade.

Estes resultados evidenciam que as Fundações de Apoio foram criadas para atender, preferencialmente, aos interesses

das Universidades Federais a que se vincularam, quer seja no apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, quer seja no gerenciamento de projetos, na sua montagem, na sua administração e no seu financiamento.

Inclusive no Relatório do Subgrupo de Trabalho (1985) designado na 3^a (terceira) Reunião do Grupo de Trabalho realizada em Florianópolis, e encaminhado ao Presidente deste GT, instituído pela Portaria nº 09/84 - SG/CISET/SESu/MEC, já se encontra explicitado que "As Fundações que operam no âmbito das Universidades Federais têm, hoje, uma relevância especial. Relevância que se materializa:

- a) em servirem como instrumentos eficazes para a potencialização dos recursos disponíveis naquelas Universidades, subsidiando sua ação acadêmica, seu trabalho de pesquisa e sua função social;
- b) em representarem canais flexíveis e dinâmicos para a comunidade, alocando-os ao cumprimento dos objetivos perseguidos pelas Universidades Federais;
- c) finalmente, em se posicionarem como importantes centros de gerenciamento de pesquisas e de treinamento de pessoal que beneficiam a ação das próprias Universidades, contribuindo para a modernização de seus métodos educacionais, e produzindo reflexos altamente positivos em prol da comunidade brasileira".

4.3.1.2. Instituidores das Fundações de Apoio

A identificação do(s) instituidor (es) das Fundações de Apoio envolvidas nesta pesquisa é apresentada na Tabela 12, a seguir:

TABELA 12 - IDENTIFICAÇÃO DOS ÓRGÃOS INSTITUIDORES DAS FUNDAÇÕES DE APOIO.

I N S T I T U I D O R E S	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA	FREQÜÊNCIA RELATIVA (%)
Universidades Federais	9	36
Professores	6	24
Empresas Privadas	5	20
Outros	5	20
T O T A L	25	100

Fonte: Questionários.

Este item da pesquisa não condiciona a resposta a uma única alternativa, já que diversos são os instituidores das Fundações de Apoio que promoveram, simultaneamente ou conjuntamente, a criação destes órgãos. Assim, interessa identificá-los e verificar o que detém maior concentração de respostas.

Observa-se assim, que 36% (trinta e seis por cento) das opções identificam as Universidades Federais como os principais instituidores na criação das Fundações de Apoio.

Em seguida, 24% (vinte e quatro por cento) das respos

tas indicam, como o 2º (segundo) instituidor, os Docentes das próprias Universidades que as Fundações são vinculadas.

Com idêntico índice percentual de 20% (vinte por cento) a 3ª (terceira) posição é ocupada por ambos os instituidores, Empresa Privada e Outros. Para esta última opção, várias são as indicações de instituidores, incluindo-se aí Associações, Federações, Bancos, Empresas de Economia Mista, além dos Servidores de Universidades Federais, que possuem a si vinculadas Fundações de Apoio.

Com relação às várias combinações existentes entre os instituidores das Fundações de Apoio ressaltam-se aquelas verificadas entre Universidades Federais e Professores (2 casos); Universidades Federais e Empresas Privadas (2 casos); Universidade Federal e Associação Comercial (1 caso); Universidade Federal, Bancos e Federações (1 caso); Universidade Federal, Empresas de Economia Mista e Empresas Privadas (1 caso); Professores e Empresas Privadas (1 caso); Professores, Servidores e Empresas Privadas (1 caso); Professores e Servidores (1 caso). Estas combinações ocorreram, quando da instituição de Fundações de Apoio, em Universidades Federais autárquicas e fundacionais não guardando, inclusive, qualquer relação com aspectos regionais.

Estes resultados vêm ao encontro do que está expresso na Ata do 4º Encontro do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 09/84, SG/CISET/SESu/MEC, quando coloca (3:1985) que "segundo os seus instituidores, as fundações demonstraram um perfil diversificado, compreendendo: a) fundações instituídas exclu

sivamente pelas Universidades Federais; b) Fundações instituídas exclusivamente pela iniciativa privada; c) Fundações mistas, com participação das Universidades Federais e da iniciativa privada, subdivididas entre aquelas em que o setor público é majoritário e as em que figura como minoritário, no ato da sua instituição".

4.3.1.3. Participação dos Instituidores na formação do patrimônio das Fundações de Apoio.

Com relação ao exame da participação dos instituidores na formação do patrimônio das 15 (quinze) Fundações de Apoio analisadas, obteve-se o seguinte resultado:

TABELA 13 - MÉDIA DE PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS INSTITUIDORES NA FORMAÇÃO PATRIMONIAL DAS FUNDAÇÕES DE APOIO.

INSTITUIDORES	Nº DE FUNDAÇÕES RESPONDENTES	MÉDIA DE PARTICIPAÇÃO (%)
. Universidade Federal	9	76
. Professores	7	52
. Associações	1	50
. Servidores	3	45
. Empresas Privadas	5	43
. Federações	1	30
. Bancos	1	20
. Empresa de Economia Mista	1	1

Fonte: Questionários.

Observa-se que a Universidade Federal é apontada como o principal instituidor na formação patrimonial de 9 (nove) Fundações de Apoio, com uma média de participação de 76% (setenta e seis por cento). Esta média deve-se à variação dos índices de participação da Universidade na formação do patrimônio das Fundações, que em escores percentuais são os seguintes: 100%, 100%, 100%, 94%, 80%, 62%, 50%, 50%, e 50%.

O instituidor que aparece com a 2^a (segunda) maior média de participação, 52% (cinquenta e dois por cento), são os Professores apontados por 7 (sete) das Fundações de Apoio. Aqui também os índices percentuais de participação variam muito de uma Fundação para outra, conforme os escores a seguir: 100%, 100%, 50%, 50%, 35%, 25% e 6%.

Como 3^a (terceira) média de participação na formação patrimonial das Fundações de Apoio, identifica-se o instituidor Associação, que registra a média de 50% (cinquenta por cento). Esta média entretanto sofre uma ressalva: ela é fruto da indicação de apenas 1 (uma) Fundação de Apoio, cujos instituidores caracterizam uma das combinações já comentadas. Esta é composta por 1 (uma) Universidade Federal que apresenta um índice de participação patrimonial de 50% (cinquenta por cento) e por uma Associação que comparece com os restantes 50% (cinquenta por cento).

Como 4^a (quarta) e 5^a (quinta) médias de participação, verifica-se a indicação dos instituidores Servidores e Empresas Privadas, cada um com respectivamente 45% (quarenta e cinco por cento) e 43% (quarenta e três por cento), apontados por 3 (três)

e 5 (cinco) das Fundações de Apoio envolvidas na pesquisa.

Aqui deve-se ressaltar que embora seja indicada por um maior número de Fundações, o instituidor Empresas Privadas fica com a 5^a (quinta) média, devido aos menores índices percentuais com que participa na formação patrimonial de cada Fundação.

Os demais instituidores, em que pesem as médias de participação obtidas, são indicados por apenas uma Fundação, cada. A explicação para as médias de participação dos instituidores Federações e Bancos obedece ao mesmo raciocínio utilizado ao se comentar os dados do instituidor Associação.

Outrossim, percebe-se que no cruzamento dos itens referentes aos "Motivos que causaram o surgimento das Fundações de Apoio" com a "Identificação dos seus instituidores" e com a "Participação destes na formação patrimonial das Fundações", há uma convergência de respostas direcionadas à Universidade Federal. De fato, ao se revelar como o principal instituidor das Fundações de Apoio, inclusive com a maior média de participação na formação do seu patrimônio, a Universidade Federal denota coerência ao implantar tais Fundações motivada, principalmente, pela necessidade de atender mais racionalmente seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão.

4.3.1.4. Objetivos norteadores das Fundações de Apoio

Com respeito aos objetivos que têm norteado . . . as 15

(quinze) Fundações de Apoio analisadas, no decorrer do período 1983 a 1985, obteve-se os seguintes dados priorizados:

TABELA 14 - PRIORIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DAS FUNDAÇÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983/1985

O B J E T I V O S	P R I O R I D A D E S*							
	1ª	%	2ª	%	3ª	%	4ª	%
A. Apoiar as atividades de pesquisa e extensão, através da prestação de serviço técnico, científico e administrativo à Universidade;	6	43	3	21	5	36	-	-
B. Viabilizar recursos financeiros para atender o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão da Universidade;	4	29	7	50	3	21	-	-
C. Atuar como instrumento de gestão de pesquisa e extensão da Universidade;	2	14	4	29	6	43	2	14
D. Outros.	2	14	-	-	-	-	1	7
T O T A L	14	100	14	100	14	100	3	21

Fonte: Questionários.

*As prioridades estão hierarquizadas em ordem decrescente.

Como 1(uma) das 15 (quinze) Fundações de Apoio envolvidas na pesquisa absteve-se de priorizar seus objetivos, este item apresenta os dados das demais 14 (quatorze) instituições analisadas.

Observa-se que das 14 (quatorze) Fundações respondentes, 43% (quarenta e três por cento) indicam que o principal objetivo a nortear suas ações, no período compreendido de 1983 a

1985, é o apoio às atividades de pesquisa e extensão, através da prestação de serviço técnico, científico e administrativo à Universidade.

Também constata-se que 50% (cinquenta por cento) das Fundações de Apoio apontam como 2ª (segundo) objetivo norteador das suas ações, o de viabilizar recursos financeiros para atender o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão da Universidade.

Com um índice percentual de 43% (quarenta e três por cento) segue-se o 3ª (terceiro) objetivo indicado pelas Fundações, qual seja o de atuar como instrumento de gestão de pesquisa e extensão da Universidade.

Outros objetivos, além daqueles especificados na Tabela 14, foram indicados e priorizados por 2 (duas) Fundações, segundo a seguinte ordem: como objetivo principal, 1 (uma) Fundação registrou a prestação de serviços administrativos de interesse de sua Universidade e 1 (uma) outra Fundação elegeu a viabilização de recursos financeiros para apoiar atividades de ensino.

Nesta tabela, também constata-se que a 4ª (quarta) prioridade foi muito pouco assinalada pelas Fundações de Apoio respondentes deste item, o que gerou um total abaixo dos escores registrados nas outras prioridades.

No cruzamento do item "Priorização dos objetivos das Fundações de Apoio" com aquele referente aos "Motivos que provocaram o surgimento das Fundações de Apoio", constata-se novamente coerência nas respostas assinaladas. Para atender às necessi

dades operacionais das Universidades, as Fundações de Apoio apontam como seus objetivos principais o suporte àquelas atividades críticas às Universidades, através das prestações de serviços a elas dirigidos.

No que diz respeito à determinação dos objetivos das Fundações de Apoio, no período 1983 a 1985, obteve-se o resultado a seguir:

TABELA 15 - IDENTIFICAÇÃO DOS FORMULADORES DOS OBJETIVOS DAS FUNDACÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983 a 1985.

FORMULADORES DOS OBJETIVOS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
A. Órgãos Instituidores	3	14
B. Universidade Federal	5	23
C. Direção da Fundação	11	50
D. Agentes Financeiros	1	4
E. Outros	2	9
T O T A L	22	100

Fonte: Questionários.

Este item da pesquisa não condiciona a resposta a uma única alternativa, uma vez que vários (e não excludentes) são os determinadores dos objetivos que as Fundações de Apoio perseguem. Daí, o total de respostas excederem o número de Fundações envolvidas na pesquisa. O interesse deste item é, pois, identificar e determinar a concentração dos formuladores dos objetivos destas instituições no período de interesse da pesquisa.

Observa-se que, nas 15 (quinze) Fundações de Apoio

analisadas, 50% (cinquenta por cento) indicam que a priorização dos objetivos destes órgãos, no período 1983/85, foi determinada pela Direção da Fundação. Em seguida, com um índice percentual de 23% (vinte e três por cento) apresenta-se a Universidade Federal como o 2º (segundo) formulador dos objetivos das Fundações de Apoio.

Embora num primeiro momento a priorização seja determinada pela Direção da Fundação, numa dimensão mais abrangente este ordenamento fica circunscrito à determinação da Universidade, já que os motivos que geraram Fundações de Apoio bem como os objetivos a elas atribuídos estão intimamente relacionados a interesses da própria Universidade Federal.

Outro aspecto a ser destacado consiste no fato de serem os elementos que respondem pela direção das Fundações, também professores ou funcionários das próprias Universidades Federais.

4.3.2. Funcionamento das Fundações de Apoio

Com respeito ao funcionamento das Fundações de Apoio, os dados são apresentados observando-se os seguintes aspectos: Estilo de gerenciamento das Fundações de Apoio, Tipos de recursos das Universidades Federais utilizados pelas Fundações de Apoio, Operacionalização destes recursos pelas Fundações e Integração entre Fundações de Apoio e Universidades Federais.

4.3.2.1. Estilo de gerenciamento das Fundações de Apoio

Os dados contendo a indicação dos dirigentes quanto ao estilo de gerenciamento adotado nas 15 (quinze) Fundações de Apoio analisadas, são apresentados na Tabela 16, a seguir:

TABELA 16 - IDENTIFICAÇÃO DO ESTILO DE GERENCIAMENTO ADOTADO NAS FUNDAÇÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983/85.

ESTILO DE GERENCIAMENTO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
A. Voltado ao desenvolvimento da pesquisa e extensão no âmbito da Universidade, com atividade complementar de prestação de serviço;	10	67
B. Voltado ao cumprimento de objetivos empresariais produtivos, realizando complementarmente atividades de pesquisa e extensão;	2	13
C. Voltado exclusivamente para o atendimento de atividades de extensão da Universidade;	-	-
D. Voltado exclusivamente para o desenvolvimento das atividades de pesquisa da Universidade;	-	-
E. Voltado exclusivamente para a operacionalização das atividades de prestação de serviços;	1	7
F. Outros.	2	13
T O T A L	15	100

Fonte: Questionários.

Com um índice percentual de 67% (sessenta e sete por cento) o estilo de gerenciamento mais adotado nas Fundações de Apoio está voltado ao desenvolvimento da pesquisa e extensão no âmbito da Universidade Federal, com atividade complementar de prestação de serviços.

A concentração registrada neste estilo de gerenciamento, denota a interligação existente entre este aspecto e os itens "Motivos concorrentes à criação das Fundações de Apoio", "Instituidores de Fundações" e "Objetivos norteadores das Fundações de Apoio" que têm a maioria das suas respostas direcionadas às Universidades Federais.

Um aspecto a ser ressaltado é que o estilo de gerenciamento A é adotado em Fundações de Apoio instituídas quer pelas Universidades Federais, quer através de combinações destas instituições com outros instituidores ou mesmo sem a participação de Universidades entre os membros instituidores das Fundações.

Também deve ser enfatizado que, daquelas Fundações que apresentam outros estilos de gerenciamento, 40% (quarenta por cento) apresentam a Universidade Federal ora como único instituidor, ora em combinação com outros instituidores.

Tem igual realce o fato do estilo de gerenciamento E constante da Tabela 16 com um índice percentual de 20% (vinte por cento), apresentar relação direta com interesses das Universidades Federais.

O estilo de gerenciamento B, com um índice percentual

de 13% (treze por cento), revela que a ênfase em objetivos empresariais-produtivos fica restrito a um número pequeno de Fundações, embora dentre aquelas que o adotem conste uma instituída, exclusivamente, por Universidade Federal.

Estes resultados, mais uma vez, enfatizam a inexistência de um padrão único de organização e funcionamento a ser seguido pelas Fundações de Apoio.

4.3.2.2. Tipos de Recursos das Universidades Federais utilizados pelas Fundações de Apoio.

Os dados que indicam quais os tipos de recursos das Universidades Federais são utilizados pelas Fundações de Apoio, que estão a elas vinculadas, são apresentados na Tabela 17.

O Gráfico I, a seguir, permite destacar, em termos visuais, a utilização dos tipos de recursos da Universidade Federal por Fundação de Apoio pesquisada.

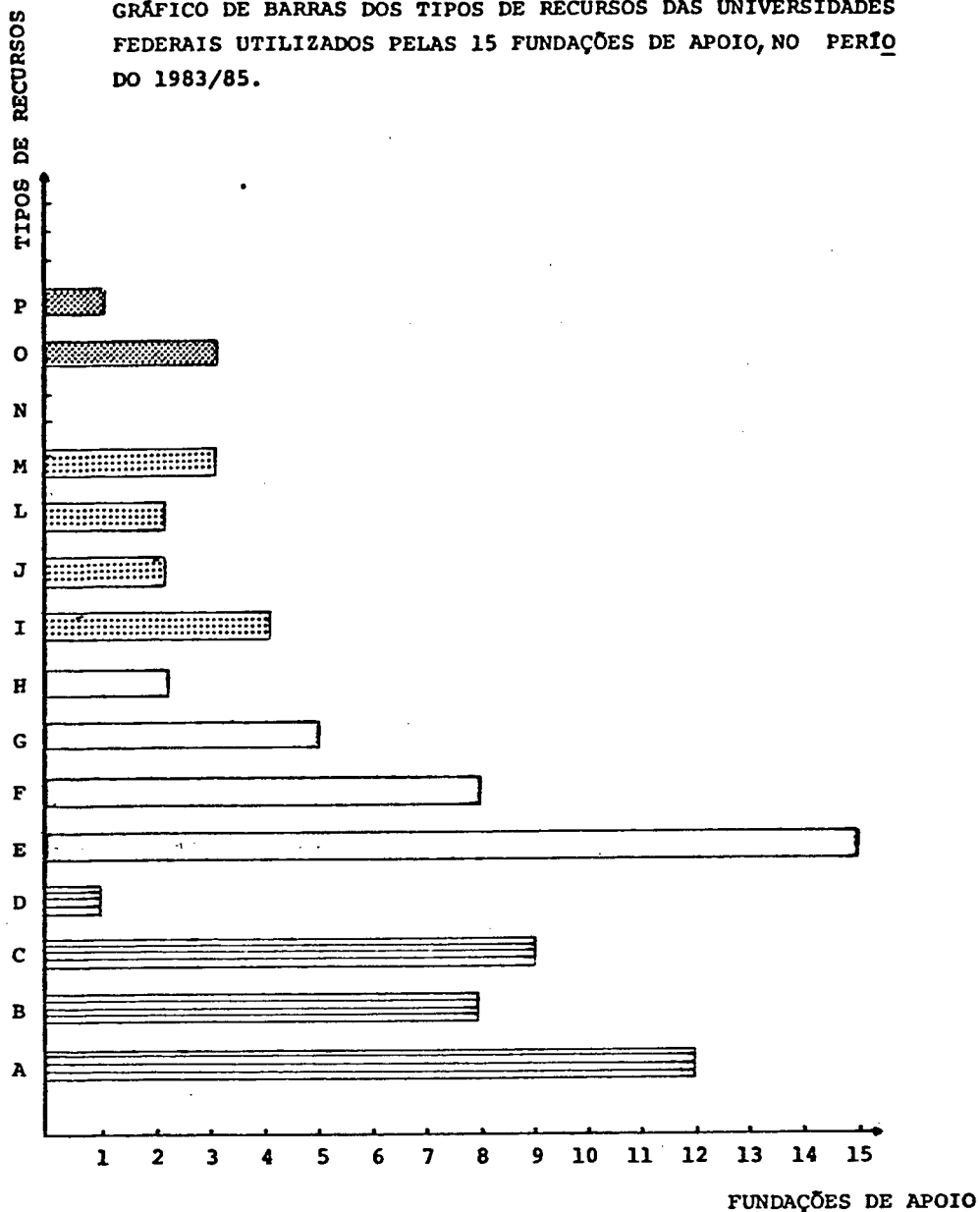
**TABELA 17 - TIPOS DE RECURSOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL UTILIZADOS
PELAS 15 FUNDAÇÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983/85.**

TIPOS DE RECURSOS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA
- RECURSOS HUMANOS	
A. Professores/Pesquisadores	12
B. Pessoal Técnico	8
C. Pessoal Administrativo	9
D. Outros	1
- RECURSOS FÍSICOS E INSTALAÇÕES	
E. Prédios	15
F. Laboratórios	8
G. Salas de Aula	5
H. Outros	2
- RECURSOS MATERIAIS	
I. Máquinas de Escritório	4
J. Material de Expediente	2
L. Material de Limpeza	2
M. Outros	3
- EQUIPAMENTOS	
N. Veículos	-
O. Computadores	3
P. Outros	1

Fonte: Questionários.

GRÁFICO I

GRÁFICO DE BARRAS DOS TIPOS DE RECURSOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS UTILIZADOS PELAS 15 FUNDAÇÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983/85.



LEGENDA

RECURSOS HUMANOS	- A = Professores/Pesquisadores
	- B = Pessoal Técnico
	- C = Pessoal Administrativo
	- D = Outros
RECURSOS FÍSICOS E INSTALAÇÕES	- E = Prédios
	- F = Laboratórios
	- G = Salas de Aula
	- H = Outros
RECURSOS MATERIAIS	- I = Máquinas de Escritório
	- J = Material de Expediente
	- L = Material de Limpeza
	- M = Outros
EQUIPAMENTOS	- N = Veículos
	- O = Computadores
	- P = Outros

Este item da pesquisa não condiciona a resposta a uma única alternativa, uma vez que vários, e não excludentes, são os tipos de recursos das Universidades Federais utilizados pelas Fundações de Apoio. O interesse deste item consiste em identificar e determinar a concentração de respostas que um determinado tipo de recurso apresenta.

Com relação aos tipos de Recursos Humanos das Universidades Federais, utilizados pelas 15 (quinze) Fundações de Apoio analisadas, observa-se que 12 (doze) delas indicam como recurso mais aproveitado o tipo "Professores/Pesquisadores".

O que explica este alto aproveitamento é a utilização deste tipo de recursos humanos na condução de projetos e na execução das pesquisas gerenciadas pelas Fundações de Apoio.

Isto corrobora o contido no documento "O apoio das Fundações às atividades da Universidade" (Florianópolis: 1985) onde está especificado que a função pesquisa permanece sob o comando e responsabilidade das Universidades, competindo às Fundações o apoio necessário para que tal função se efetive. O item 3 deste documento destaca as principais contribuições das Fundações de Apoio às Universidades Federais. Entre outras destacam-se:

- a) capacitação e especialização na captação junto aos órgãos financiadores, de recursos para programas e projetos de pesquisa, sua alocação e gerenciamento;
- b) agilidade na liberação dos recursos aos pesquisado

res, graças à adoção de instrumentos próprios à gestão privada, respeitando, porém, as normas de gestão pública, quando se trata de projetos de origem pública.

Reportando-se igualmente às "Normas de Gestão Administrativa para as Fundações de Universidades jurisdicionadas ao Ministério da Educação e Cultura" estabelecidas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 09/84 - SG/CISET/SESu/MEC, observa-se que, entre outros, constituem objetivos gerais das Fundações, a viabilização de recursos técnicos, gerenciais e financeiros para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES.

É importante salientar que nos Planos de Cargos das Universidades Federais brasileiras não consta a categoria funcional, específica, de Pesquisador. Desta forma, os Professores das Universidades são também seus Pesquisadores, quando se faz necessário.

Outro fato que também explica o aproveitamento deste tipo de recursos humanos pelas Fundações de Apoio, é que os mais altos postos da administração destes órgãos são assumidos pelos Professores das Universidades Federais. Esta postura procura fortalecer a integração entre Universidades e respectivas Fundações.

Como 2º (segundo) tipo de Recursos Humanos mais utilizado, encontra-se o "Pessoal Administrativo" apontado por 9 (nove) das Fundações de Apoio respondentes, sendo imediatamente seguido pelo tipo "Pessoal Técnico", este indicado por 8 (oito) destes órgãos.

Certamente o aproveitamento destes tipos de Recursos Humanos se deve à proximidade de instalação e funcionamento das Universidades Federais e Fundações de Apoio. Isto favoreceu a formação do corpo de funcionários das Fundações pela facilidade de que este tipo de órgão encontrou em identificar entre os servidores das Universidades, aqueles que preenchessem os requisitos por elas exigidos.

No entanto, nas 15 (quinze) Fundações de Apoio analisadas, também verificou-se uma situação peculiar: existem funcionários que trabalham nas Fundações e que não são servidores das Universidades Federais. Este fato consta como mais uma das "Contribuições das Fundações às Universidades" expressadas no documento "O apoio das Fundações às atividades da Universidade", quando aponta que as Fundações de Apoio têm capacidade de contratação do pessoal autônomo e por tempo limitado, necessário aos projetos, dentro das normas trabalhistas em vigor, sem as limitações da Universidade.

Entre os "Recursos Físicos e Instalações", verifica-se que o tipo "Prédios" é apontado como o recurso mais utilizado pelas Fundações de Apoio respondentes. Indicado por todas elas, obtém desta forma a unanimidade de respostas e apresenta-se como o único tipo de recurso utilizado pelas 15 (quinze) Fundações analisadas. Ainda nesta categoria, com indicação de 8 (oito) das Fundações, encontram-se os "Laboratórios" como o 2º (segundo) tipo de Recursos Físicos e Instalações das Universidades mais utilizado. Segue-se as "Salas de Aula" como o 3º (terceiro) tipo de Recursos Físicos mais utilizado, sendo apontado por 5 (cinco) das

Fundações de Apoio.

O item "Outros" é apontado por 2 (duas) das Fundações pesquisadas. Dentre as especificações deste item, formuladas pelas Fundações, ressalta-se a atribuída à Fazenda Experimental de uma Universidade Federal e gerenciada pela sua respectiva Fundação de Apoio.

Quanto aos tipos de Recursos Materiais das Universidades Federais constata-se uma menor utilização, do que o tipo anterior, por parte das 15 (quinze) Fundações de Apoio. Neste tipo de recursos aqueles que apresentam maior escore de utilização são as "Máquinas de Escritório", com 4 (quatro) das Fundações de Apoio indicando seu uso.

Com relação ao item "Outros" desta categoria, 3 (três) das Fundações exemplificaram, como Recursos Materiais das Universidades Federais a que estão vinculadas, móveis, energia, água e telefones.

A possível razão que ocasionou o baixo aproveitamento, por parte das Fundações de Apoio, dos tipos de "Recursos materiais" e "Equipamentos", pertencentes às Universidades Federais, reside na dinâmica característica das Fundações em viabilizar pesquisas.

Sabe-se que os projetos de pesquisa prevêm, entre outros itens, despesas com materiais e equipamentos. Geralmente, ao término das pesquisas, estes recursos são incorporados ao patrimônio das próprias Fundações. Com isso, ao dispor dos seus próprios recursos, as Fundações restringem a utilização dos re

cursos das Universidades Federais àqueles apontados na pesquisa.

A situação apresentada pelas Fundações, quanto aos tipos de "Recursos Físicos e Instalações", "Recursos Materiais e Equipamentos" encontram nas Associações de Docentes uma forte contestadora. Para estas instituições, dentre elas a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná - APUFPr, as Fundações de Apoio usam apenas em seu próprio e exclusivo benefício o patrimônio da Universidade. Conforme é destacado no documento "Fundação em Questão" (1987:11) da APUFPr, uma série de atividades e atribuições próprias da Universidade foram ilegalmente repassadas às Fundações que as explora de duas maneiras:

- a) vendendo seus serviços à Universidade, através da exploração de atividades, equipamentos e outros que pertencem à própria Universidade;
- b) vendendo serviços, através dos próprios da Universidade, a particulares.

Além disso, no mesmo documento é relatado que, embora existam reivindicações por parte dos Departamentos e do Corpo Docente por maior espaço físico, as Fundações de Apoio não encontraram dificuldades em se instalar nas dependências das Universidades.

Contrapondo-se a estes posicionamentos, a Ata do 49 Encontro do Grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 09/84 - SG/CISET/MEC/SESu, explicita que as Fundações de Apoio "utilizam recursos humanos e materiais das Universidades Federais para a realização de pesquisas ou de cursos de extensão. Mas estes

usos são remunerados sob as mais variadas modalidades e têm uma justificaco social bem definida: pela sua ao dinmica e flexvel as Fundaes tm viabilizado o aproveitamento, pela comunidade, de equipamentos at ento ociosos nas Universidades Federais" (1985:5).

4.3.2.3. Operacionalizao dos recursos das Universidades Federais pelas Fundaes de Apoio, no perodo 1983/85.

Com respeito  operacionalizao (ou caracterizao) dos diversos tipos de recursos das Universidades Federais pelas 15 (quinze) Fundaes de Apoio pesquisadas, obteve-se o seguinte resultado:

Como no item 4.3.2.2., o grfico de barras foi utilizado para representao da caracterizao do uso dos recursos das Universidades Federais pelas Fundaes de Apoio, conforme indica o Grfico II.

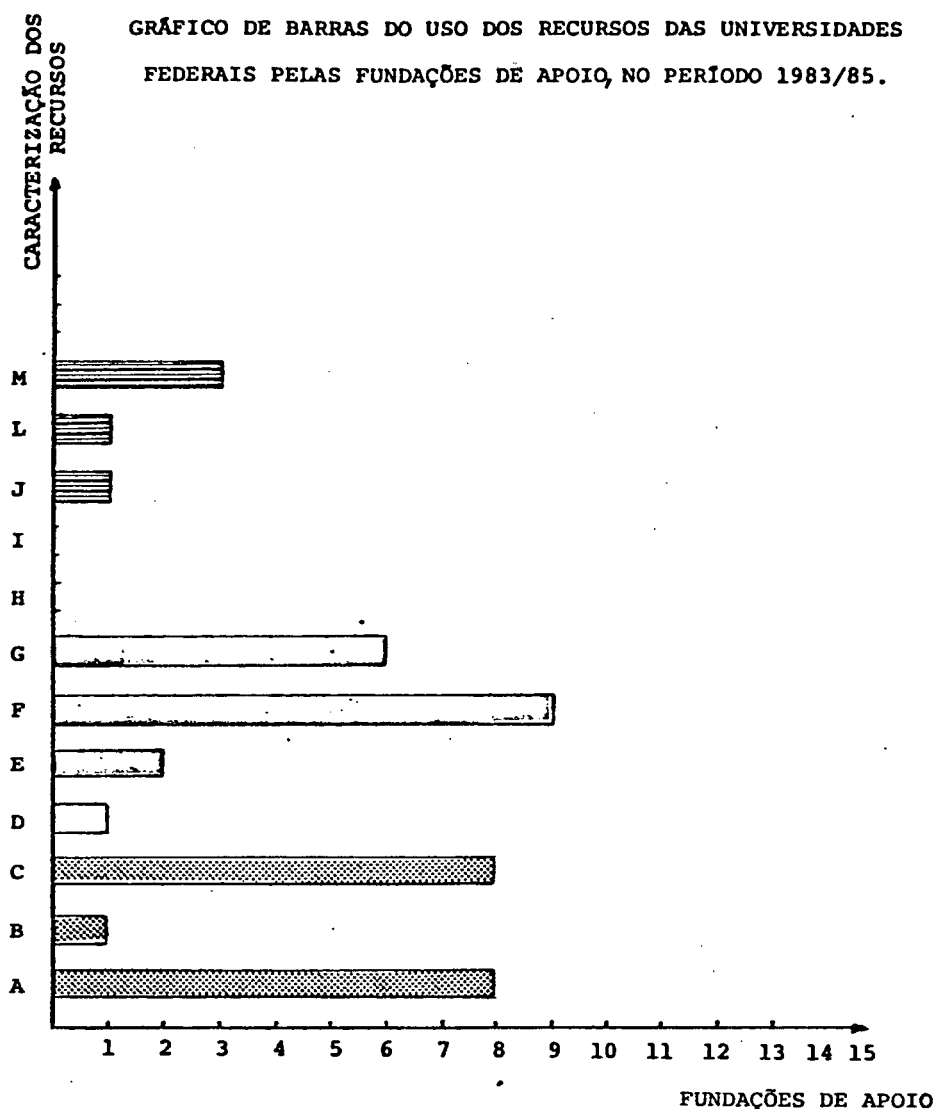
TABELA 18 - CARACTERIZAÇÃO DO USO DOS RECURSOS DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983/85.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA
- RECURSOS HUMANOS	
A. Pessoal posto à disposição, com ônus para a Universidade e complementação salarial da Fundação;	8
B. Pessoal posto à disposição sem ônus para a Universidade e pago pela Fundação;	1
C. Pessoal posto à disposição, com ônus para a Universidade e sem complementação salarial;	8
D. Outros;	1
- RECURSOS FÍSICOS E INSTALAÇÕES	
E. Aluguel dos prédios;	2
F. Utilização das edificações sem encargos para a Fundação;	9
G. Pagamento à Universidade pela utilização dos prédios e instalações, através da prestação de serviços;	6
H. Outros;	-
- EQUIPAMENTOS E RECURSOS MATERIAIS	
I. Aluguel de equipamentos;	-
J. Transferência dos bens para patrimônio da Fundação;	1
L. Remuneração pelo uso dos recursos materiais através da prestação de serviços;	1
M. Outros.	3

Fonte: Questionários.

GRÁFICO II

GRÁFICO DE BARRAS DO USO DOS RECURSOS DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983/85.



LEGENDA

RECURSOS HUMANOS:

- A = Pessoal posto à disposição , com ônus para a Universidade e complementação salarial da Fundação;
 B = Pessoal posto à disposição sem ônus para a Universidade e pago pela Fundação;
 C = Pessoal posto à disposição , com ônus para a Universidade e sem complementação salarial;
 D = Outros;

RECURSOS FÍSICOS E INSTALAÇÕES

- E = Aluguel dos prédio;
 F = Utilização das edificações sem encargos para a Fundação;
 G = Pagamento à Universidade pela utilização dos prédios e instalações, através da prestação de serviços;
 H = Outros;

EQUIPAMENTOS E RECURSOS MATERIAIS

- I = Aluguel de equipamentos;
 J = Transferência dos bens para patrimônio da Fundação;
 L = Remuneração pelo uso dos recursos materiais através da prestação de serviços;
 M = Outros.

Assim como o item anterior, este também não condiciona a resposta a uma única alternativa. Mais uma vez, o interesse da pesquisa consiste em verificar a concentração de respostas numa determinada operacionalização dos tipos de recursos das Universidades Federais, utilizados pelas suas respectivas Fundações de Apoio.

Para o tipo "Recursos Humanos" verifica-se que 8 (oito) das Fundações de Apoio indicam os tipos de caracterização de recursos A - "Pessoal posto à disposição, com ônus para a Universidade e complementação salarial da Fundação" e C - "Pessoal posto à disposição, com ônus para a Universidade e sem complementação salarial" como os mais empregados.

Embora distintos e opostos estes tipos de caracterização não são excludentes. Desta forma, eles foram indicados por algumas Fundações de Apoio como única alternativa utilizada e, por outras Fundações, ambos sendo empregados simultaneamente. Em outros termos, algumas destas Fundações utilizam o tipo de caracterização A enquanto outras empregam o tipo de caracterização C. A conjunção de ambos os tipos de caracterização, é, contudo, apresentada por estas mesmas Fundações respondentes às alternativas.

A decisão de optar por um dos dois tipos de caracterização, ou mesmo por ambos, distingue-se de uma Fundação para outra, face à função do pessoal em questão, transitoriedade no cargo e responsabilidade da tarefa. Geralmente o tipo de caracterização A é próprio dos "Professores/Pesquisadores", embora não se desconheça que em muitas Fundações de Apoio a complementação sa

larial é extensiva ao Pessoal Técnico-Administrativo.

Quanto ao tipo "Recursos Físicos e Instalações" 9 (nove) das Fundações de Apoio analisadas indicam o tipo "Utilização das edificações sem encargos para a Fundação" como o preferencial a estes órgãos. Como 2^a (segunda) operacionalização empregada, 6 (seis) das Fundações de Apoio apontam o tipo "Pagamento à Universidade pela utilização dos prédios e instalações, através da prestação de serviços".

Novamente estes tipos assumem postura antagônica, o que ressalta a inexistência de um padrão único de utilização dos tipos de recursos das Universidades Federais pelas respectivas Fundações de Apoio, no decorrer do período 1983/85.

Com relação à categoria "Equipamentos e Recursos Materiais" constata-se uma pequena operacionalização dos seus tipos de recursos por parte das 15 (quinze) Fundações de Apoio pesquisadas. Nesta categoria, o item "Outros" é o que apresenta, com 3 (três) indicações, a maior concentração de respostas das Fundações de Apoio. Na especificação deste item, registra-se uma situação inversa, quando uma Fundação de Apoio revela transferir os bens por ela adquiridos, via convênio, à Universidade Federal à qual está vinculada.

Embora esta situação seja citada por apenas uma Fundação, ela é comum a todas aquelas que lidam com Convênios, Acordos e Contratos, uma vez que estes geralmente explicitam em cláusulas e especificam nos orçamentos a obrigatoriedade de transferências de recursos materiais e equipamentos, principalmente para os laboratórios das Universidades.

Há que se destacar que além de promotoras destas transferências de equipamentos, as Fundações de Apoio contabilizam um alto fluxo de valor transferidos às Universidades Federais na forma de prestação de serviços. Procedendo-se a uma análise dos seus custos, certamente observar-se-á que estes, embora difíceis de se tipificar, revelam valores elevados em face da qualidade que se revestem.

4.3.2.4. Integração Fundações de Apoio versus Universidades Federais

Com respeito às formas de integração verificadas entre Universidades Federais e Fundações de Apoio, os dados são apresentados na Tabela 19 a seguir:

TABELA 19 - IDENTIFICAÇÃO DAS FORMAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES FEDERAIS E FUNDAÇÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983/85.

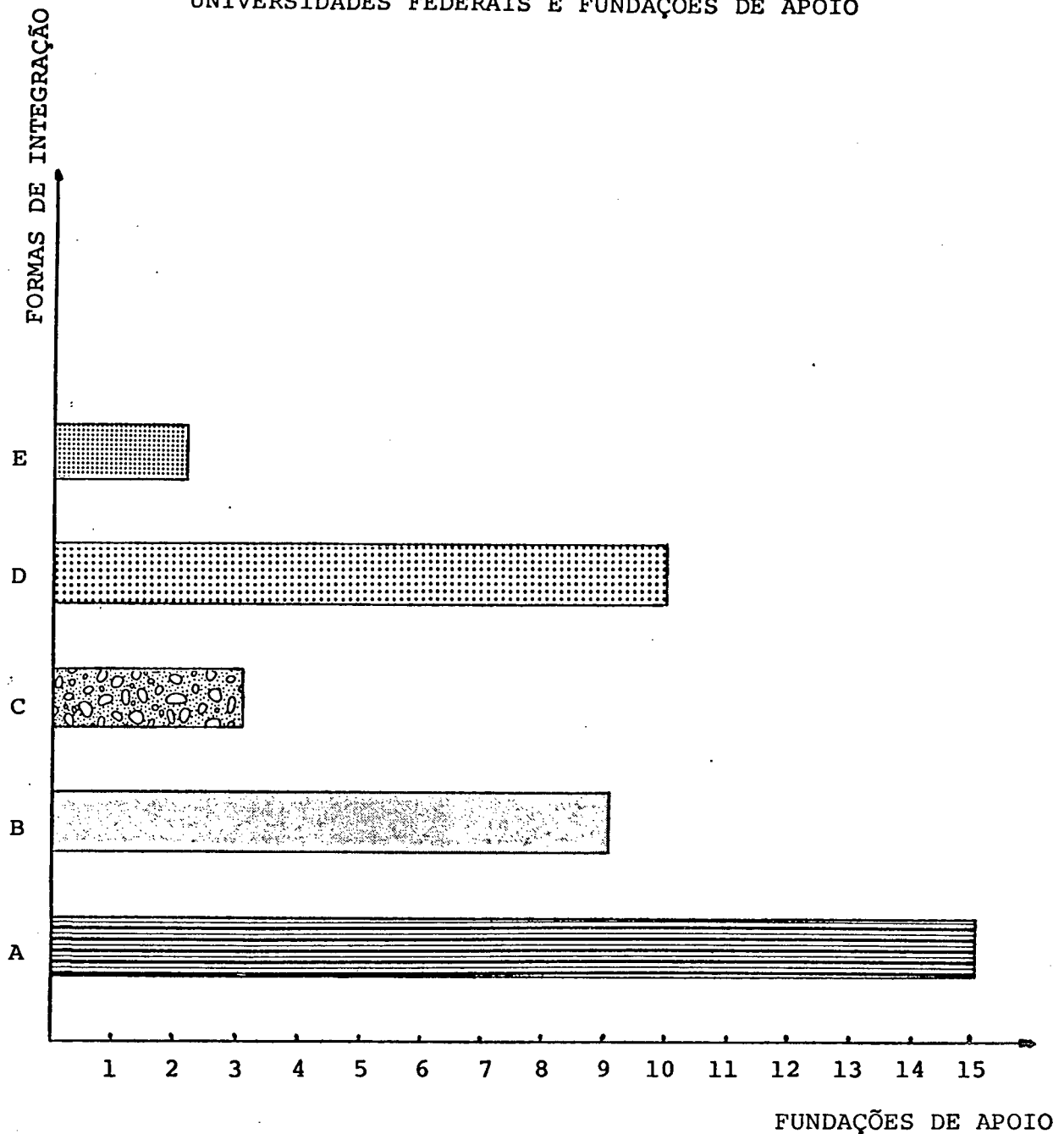
FORMAS DE INTEGRAÇÃO	FREQUÊNCIA ABSOLUTA
A. Participação de representantes da Universidade em órgãos de direção da Fundação;	15
B. Aprovação pelos Departamentos da Universidade das pesquisas gerenciadas pelas Fundações;	9
C. Formalização do uso de qualquer tipo de recurso da Universidade pela Fundação;	3
D. Indicação do Dirigente da Fundação pelo Reitor;	10
E. Outra.	2

Fonte: Questionários.

Como no item 4.3.2.3., o gráfico de barras foi utili zado para representação das formas de integração entre Universi dades Federais e Fundações de Apoio, no período 1983/85, conforme indica o Gráfico III.

GRÁFICO III

GRÁFICO DE BARRAS DAS FORMAS DE INTEGRAÇÃO ENTRE
UNIVERSIDADES FEDERAIS E FUNDAÇÕES DE APOIO



LEGENDA

- A = Participação de representantes da Universidade em órgãos de direção da Fundação;
- B = Aprovação pelos Departamento da Universidade das pesquisas gerenciadas pelas Fundações;
- C = Formalização do uso de qualquer tipo de recurso da Universidade pela Fundação;
- D = Indicação do Dirigente da Fundação pelo Reitor;
- E = Outra.

Este item, igualmente aos seus dois antecedentes, não vincula a resposta a uma única alternativa e novamente o interesse da análise direciona-se à concentração de respostas numa das formas de integração entre Universidades Federais e Fundações de Apoio.

Com indicação das 15 (quinze) Fundações de Apoio, a "Participação de representantes da Universidade em Órgãos de Direção da Fundação" é a forma de integração unanimemente adotada, no período 1983/85, pelas Fundações de Apoio pesquisadas. A 2ª (segunda) forma de integração é a "Indicação de Dirigente da Fundação de Apoio pelo Reitor" apontadas por 10 (dez) Fundações de Apoio. É imediatamente acompanhada pela forma de integração "Aprovação pelos Departamentos da Universidade das pesquisas gerenciadas pela Fundação", esta indicada por 9 (nove) das Fundações de Apoio analisadas.

Estes resultados são, no entanto, contestados pela APUFPr, que em seu documento "A Fundação em Questão" (1987:9-10) expõe que as Fundações de Apoio seguem um "modelo de administração não participativa, autoritária, centralizadora e com total autonomia de decisão". Explicitam ainda que "a estrutura da Fundação é antidemocrática, pois revela o autoritarismo e a centralização do poder a partir da exclusão da comunidade universitária da escolha dos dirigentes" e, mais adiante, comentam que "na verdade, não existem, nos estatutos, critérios que possam estabelecer: a) competência administrativa dos dirigentes da referida Fundação; b) a competência dos diretores de pesquisas e cursos para avaliarem científica e pedagogicamente tais atribuições".

Entretanto a unanimidade de respostas apresentadas pela alternativa A vem de encontro ao exposto no documento da APUFPr, no que se refere ao modelo de administração não participativa, autoritária e centralizadora, pois revela Fundações receptivas à integração com as Universidades Federais.

Com relação à total autonomia de decisão das Fundações, que a mesma APUFPr, faz menção, a alternativa B contraria o postulado por esta Associação, ao apresentar resultados que enfatizam a consonância de ação das Fundações com normas e diretrizes das Universidades, evitando-se, porém, a superposição de tarefas e instrumentos.

Quanto à "competência administrativa" dos dirigentes das Fundações de Apoio, há que se ressaltar, de acordo com os dados já analisados, que 80% (oitenta por cento) dos dirigentes das Fundações envolvidas nesta pesquisa, atestaram experiência anterior em cargos de direção. Em relação ao aspecto "competência dos diretores de pesquisas e cursos" deve-se também ressaltar os dados desta pesquisa que identificam nos dirigentes das Fundações um alto índice de formação e titulação profissional (46% - quarenta e seis por cento dos dirigentes portam título de Doutor).

Quanto ao escore de respostas da alternativa D, presume-se que, se o Reitor é escolhido democraticamente pela comunidade universitária, obviamente tem poderes por ela outorgados para preencher os cargos de confiança que a administração há de lhe exigir.

O período de 1983/85, abrangido por este estudo, caracteriza-se pela escolha de Reitores nas Universidades Federais, através de consulta à comunidade universitária (professores, alunos e funcionários).

Uma provável razão que justifica o percentual apresentado pela alternativa B reside no fato de que algumas Fundações, no período em que esta pesquisa se debruçou, não estavam ainda operando na função pesquisa ou mostravam-se ainda no estágio inicial desta função.

O conjunto de resultados apresentados pelo item "formas de integração entre Universidades Federais e Fundações de Apoio" enfatiza precipuamente a extensão da estrutura administrativa da Universidade. A leitura dos dados analisados denota que as Fundações de Apoio não são concorrentes mas complementares às ações das Universidades, e que principalmente oferecem a estas a possibilidade de atuarem num espaço autônomo.

4.3.3. A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

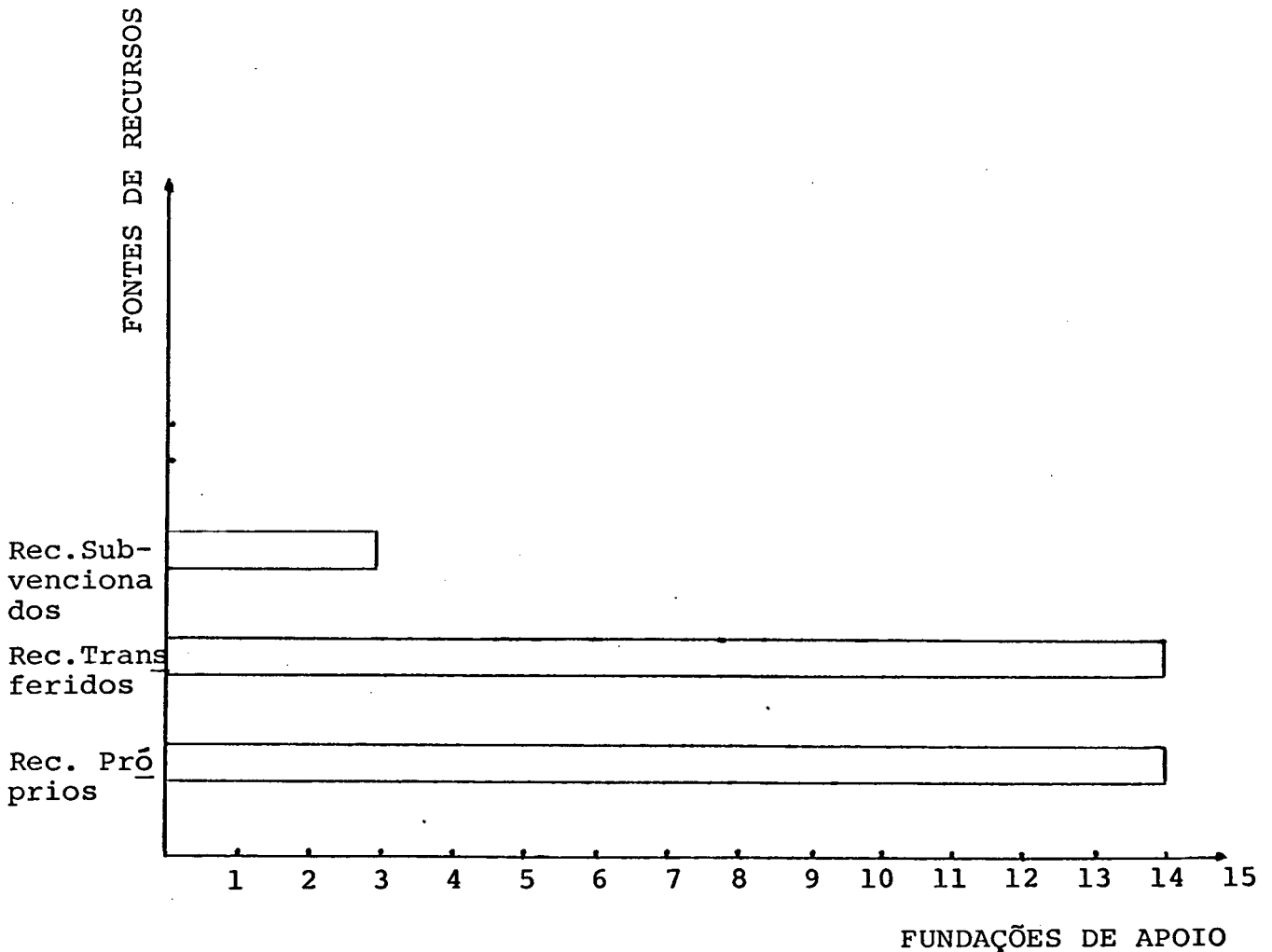
Com respeito às formas de captação de recursos adotadas pelas Fundações de Apoio, os dados são apresentados observando-se os aspectos relativos à Identificação das Fontes de Recursos utilizadas pelas Fundações de Apoio; Mecanismos utilizados pelas Fundações para viabilizar as Fontes de Recursos; Identificação dos principais mecanismos utilizados e os valores a eles aportados; Ações empreendidas pelas Fundações de Apoio para captação de recursos; Identificação dos Órgãos Financiadores das Fundações de Apoio e, finalmente, seus Projetos Elaborados e Aprovados. Todos estes aspectos são enfocados no período 1983/1985.

4.3.3.1. Identificação das Fontes de Recursos utilizadas pelas Fundações de Apoio, no período 1983/85

Os dados indicando as fontes de recursos utilizadas pelas Fundações de Apoio, no período 1983/1985, são apresentados no Gráfico IV a seguir:

GRÁFICO IV

GRÁFICO DE BARRAS DAS FONTES DE RECURSOS UTILIZADAS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO.



Fonte: Questionários.

Como 1 (uma) das 15 (quinze) Fundações de Apoio envolvidas na pesquisa absteve-se de identificar suas fontes de recursos, este item apresenta os dados das demais 14 (quatorze) instituições analisadas.

Outra situação constatada neste item, é a não vinculação de uma única resposta às opções existentes, uma vez que as Fundações de Apoio utilizam, simultaneamente, mais de uma fonte para captarem recursos financeiros.

Com a indicação de 14 (quatorze) Fundações, as Fontes de Recursos Próprios e Transferidos são as formas de captação de recursos unanimemente adotadas pelas Fundações de Apoio respondentes ao item. Como não são excludentes, evidencia-se pelos resultados que ambas as Fontes são adotadas pelas Fundações de Apoio, isto é, as Fundações utilizam simultaneamente mecanismos viabilizadores das duas Fontes de Recursos.

Os Recursos Próprios são entendidos como os ingressos financeiros oriundos da ação e de atributos inerentes à instituição, enquanto os Recursos Transferidos são aqueles provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado. Neste tipo de recursos classificam-se as Subvenções, que na pesquisa foram destacadas como um outro tipo de recursos, para melhor se visualizar os recursos financeiros cometidos às Fundações de Apoio sob este título.

A fonte de Recursos Subvencionados é composta pelas Subvenções Social e Educacional, bem como pelas doações e legados, sendo apontada por 3 (três) das Fundações de Apoio envolvidas na pesquisa.

4.3.3.2. Mecanismos utilizados pelas Fundações de Apoio para viabilizar as fontes de recursos, no período 1983/1985.

Os dados que indicam quais os mecanismos que as Fundações de Apoio utilizam para operacionalizar suas fontes de recursos, são apresentados na Tabela 20, a seguir:

TABELA 20 - IDENTIFICAÇÃO DOS MECANISMOS UTILIZADOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO PARA VIABILIZAR AS FONTES DE RECURSOS, NO PERÍODO 1983/1985.

M E C A N I S M O S	FREQÜÊNCIA ABSOLUTA
A. Convênios	13
B. Contratos	13
C. Acordos	5
D. Taxa de Administração	13
E. Arrendamento de Terrenos	1
F. Aluguel de Imóveis	1
G. Aplicação em Investimentos de Capital	9
H. Exploração em Empreendimentos Industriais	1
I. Exploração em Empreendimentos Agrícolas	2
J. Exploração em Empreendimentos Comerciais	2
L. Exploração em Empreendimentos Turísticos	-
M. Prestação de Serviços de Computação	1
N. Prestação de Serv. de Limpeza e Vigilância	2
O. Prestação de Serviços de Consultoria	7
P. Subvenção Social	1
Q. Subvenção Educacional	-
R. Doações e Legados	3
S. Transferência da União	-
T. Transferência de Estados	-
U. Transferência de Municípios	-
V. Outros	2

Fonte: Questionários.

Como no item 4.3.3.1., o gráfico de barras foi utilizado para representação dos mecanismos acionados pelas Fundações de Apoio para viabilizar suas fontes de recursos, no período 1983/1985, conforme indica o Gráfico V.

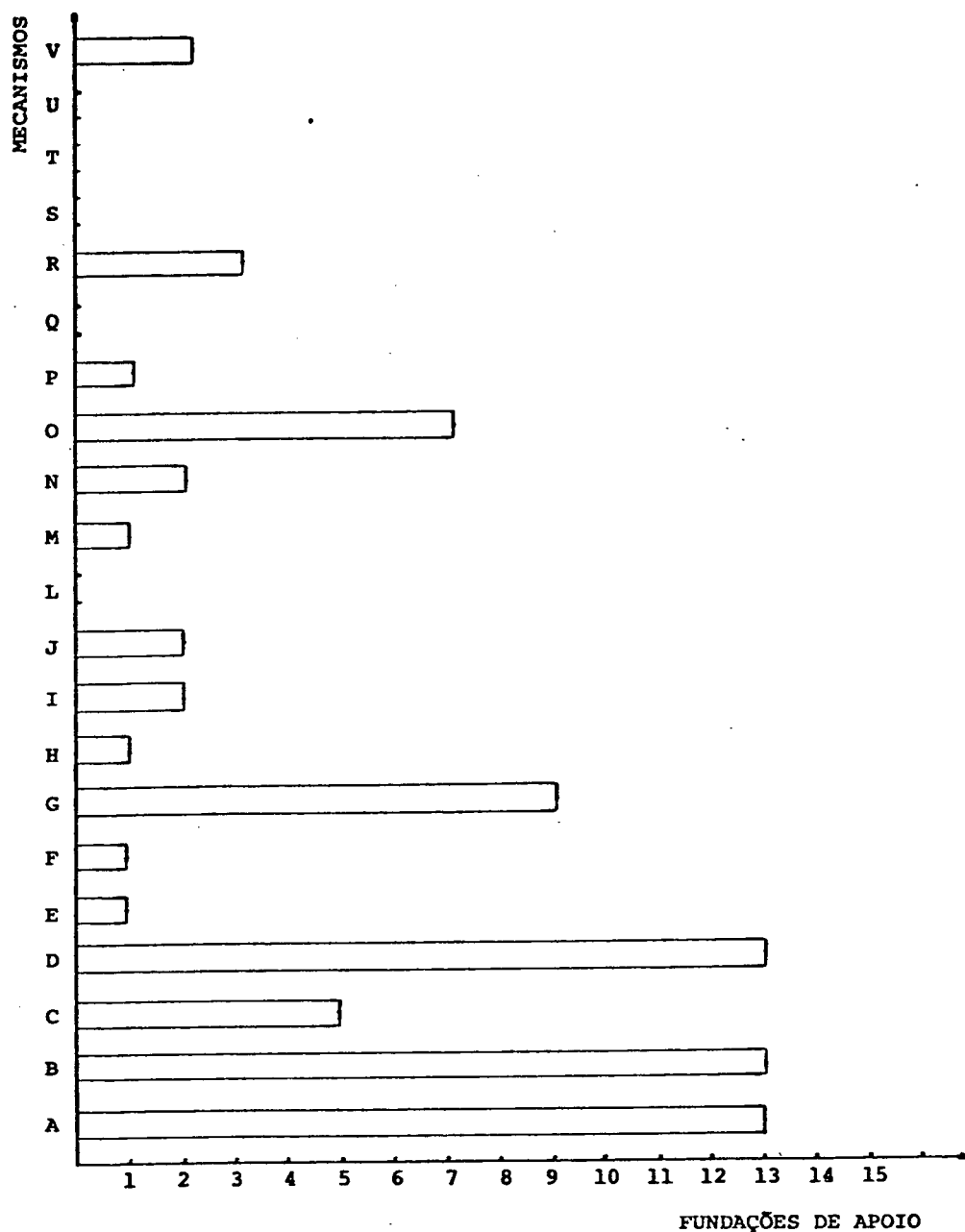
Este item possibilita a indicação de inúmeras respostas, uma vez que as alternativas não são excludentes. Nele também persiste o interesse em se verificar o mecanismo que apresenta maior concentração de respostas.

De acordo com o verificado no item anterior, 1 (uma) Fundação de Apoio não indicou os mecanismos por ela utilizados para viabilizar suas fontes de recursos, no período 1983/1985. Daí resulta que este item se reporta aos dados das demais 14 (quatorze) Fundações de Apoio.

Das Fundações respondentes, 13 (treze) apontam como principais mecanismos acionados na viabilização das fontes de recursos, os Convênios, Contratos e Taxa de Administração. Os 2 (dois) primeiros caracterizam-se como mecanismos de Recursos Transferidos enquanto o 3º (terceiro) é identificado como mecanismo de Recursos Próprios. Ainda caracterizado como mecanismo deste tipo de recursos, observa-se com 9 (nove) das respostas, a aplicação em Investimentos de Capital e, em seguida, com 7 (sete) indicações a Prestação de Serviços de Consultoria.

Os demais mecanismos assinalados denotam uma pequena frequência, ressaltando-se no entanto 3 (três) indicações de Fundações de Apoio para o mecanismo "Doações e Legados", caracterizado como Recursos Subvencionados.

GRÁFICO V
 GRÁFICO DE BARRAS DOS MECANISMOS UTILIZADOS PELAS FUNDAÇÕES
 DE APOIO PARA VIABILIZAR SUAS FONTES DE RECURSOS



LEGENDA

- A = Convênios
- B = Contratos
- C = Acordos
- D = Taxa de Administração
- E = Arrendamento de Terrenos
- F = Aluguel de Imóveis
- G = Aplicação em Investimentos de Capital
- H = Exploração em Empreendimentos Industriais
- I = Exploração em Empreendimentos Agrícolas
- J = Exploração em Empreendimentos Comerciais
- L = Exploração em Empreendimentos Turísticos
- M = Prestação de Serviços de Computação
- N = Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância
- O = Prestação de Serviços de Consultoria
- P = Subvenção Social
- Q = Subvenção Educacional
- R = Doações e Legados
- S = Transferência da União
- T = Transferência de Estados
- U = Transferência de Municípios
- V = Outros

No mecanismo "Outros", 2 (duas) Fundações indicam os Ajustes como um dos tipos de mecanismos acionados para viabilizar a captação de recursos financeiros.

Um aspecto a ser destacado nos mecanismo que as Fundações de Apoio utilizam para viabilizar as fontes de recursos diz respeito ao caráter público ou privado com os quais estes mecanismos se identificam. De acordo com a Tabela 20 fica patenteado que as Fundações utilizam-se de mecanismos de caráter público e privado, e alguns destes mecanismos apresentam simultaneamente ambos os aspectos.

Estes resultados evidenciam a atuação dinâmica e mobilidade gerencial, decorrentes principalmente da natureza privada das Fundações que lhes proporciona destreza na captação e agilidade na liberação e gerenciamento dos recursos financeiros.

4.3.3.3. Identificação dos valores aportados nos principais mecanismos utilizados pelas Fundações de Apoio para captarem recursos financeiros, no período 1983/85.

Quanto à identificação dos valores alocados nos mecanismos que as Fundações de Apoio utilizam para captar recursos financeiros, os dados são apresentados na Tabela 21, a seguir:

TABELA 21 - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, SEGUNDO OS PRINCIPAIS MECANISMOS ACIONADOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983/85.

PRINCIPAIS MECANISMOS CAPTADORES DE RECURSOS	Em Cr\$ 1.000,00		
	1983	1984	1985
A. Convênios, Contratos, Acordos e Ajustes	9.448.177	6.348.522	9.552.071
B. Taxa de Administração	165.783	170.373	184.236
C. Aplicação em Inv. de Capital	1.019.067	1.108.946	2.186.305
D. Prestação em Serv. de Consultoria	269.154	1.412.243	1.322.018
E. Doações	963	-	681.423
F. Aluguel de Imóveis	13.875	9.483	8.776
G. Arrendamento de Terrenos	609.454	568.621	567.783
H. Exploração em Emp. Agrícolas	8	5	18
I. Exploração em Emp. Comerciais	989	835	1.017
J. Exploração em Emp. Industriais	268	255	263
L. Prestação de Serv. de Computação	208.234	85.153	85.292
M. Prestação de Serv. de Limp. e Vigilância	329.405	389.351	461.500
N. Eventuais	70.417	20.852	5.367

Fonte: Questionários.

OBS.: 1 - Dados deflacionados pela IGP-DI - Índice Geral de Preços Disponibilidade Interna, Rev. Conjuntura Econômica - FGV (Nov. 80 - Vol. 40, nº 11 - pag. 142), a preços de 1983.

2 - Esta Tabela reporta-se a dados de 12 Fundações de Apoio.

Observa-se que no exercício de 1983, os mecanismos que apresentam o maior aporte de recursos às Fundações de Apoio são os "Convênios, Contratos, Acordos e Ajustes", com um total de Cr\$ 9.448.177.000,00 (nove bilhões, quatrocentos e quarenta e oito milhões e cento e setenta e sete mil cruzeiros).

Seguem-se os mecanismos "Aplicação em Investimentos de Capital", "Arrendamento de Terrenos", "Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância" e "Prestação em Serviços de Consultoria", com totais respectivos de Cr\$ 1.019.067.000,00 (um bilhão, dezenove milhões e sessenta e sete mil cruzeiros), Cr\$ 609.454.000,00 (seiscentos e nove milhões e quatrocentos e cinquenta e quatro mil cruzeiros), Cr\$ 329.405.000,00 (trezentos e vinte e nove milhões e quatrocentos e cinco mil cruzeiros) e Cr\$ 269.154.000,00 (duzentos e sessenta e nove milhões e cento e cinquenta e quatro mil cruzeiros).

Em 1984, observa-se um declínio quanto à captação de recursos em vários mecanismos acionados pelas Fundações de Apoio. A explicação deve-se à recessão econômica que o País registrou neste exercício com conseqüente repercussão em todos os segmentos da sociedade.

Na Tabela 21, observa-se que em 1984, os mecanismos "Convênios, Contratos, Acordos e Ajustes" novamente apresentam os maiores valores alocados às Fundações de Apoio, com um total de Cr\$ 6.348.522.000,00 (seis bilhões, trezentos e quarenta e oito milhões e quinhentos e vinte e dois mil cruzeiros). O mecanismo que apresenta o 2º (segundo) maior aporte de recursos às Fundações é a "Prestação de Serviços de Consultoria", com um

total de Cr\$ 1.412.243.000,00 (um bilhão, quatrocentos e doze milhões e duzentos e quarenta e três mil cruzeiros). Nas 3^a (terceira) e 4^a (quarta) posições há uma inversão de mecanismos, quando a "Aplicação em Investimentos de Capital" apresenta um total de Cr\$ 1.108.946.000,00 (um bilhão, cento e oito milhões e novecentos e quarenta e seis mil cruzeiros), superior ao total de recursos auferidos pelo mecanismo "Arrendamento de Terrenos" que foi de Cr\$ 568.621.000,00 (quinhentos e sessenta e oito milhões e seiscentos e vinte e um mil cruzeiros).

No exercício de 1985, constata-se um aumento quanto à captação de recursos na maioria dos mecanismos utilizados pelas Fundações de Apoio. Embora alguns valores ainda estejam abaixo daqueles apresentados em 1983, este comportamento já expressa a reação esboçada pela economia nacional neste exercício.

Na Tabela 21 também observa-se que o mecanismo "Convênio, Contratos, Acordos e Ajustes", é o que revela maior valor, com um total de Cr\$ 9.552.071.000,00 (nove bilhões, quinhentos e cinquenta e dois milhões e setenta e um mil cruzeiros) seguido pelos mecanismos "Aplicação em Investimentos de Capital", "Prestação em Serviços de Consultoria" e "Doações" que apresentam, respectivamente, os seguintes valores: Cr\$ 2.186.305.000,00 (dois bilhões, cento e oitenta e seis milhões e trezentos e cinco mil cruzeiros), Cr\$ 1.322.018.000,00 (um bilhão, trezentos e vinte e dois milhões e dezoito mil cruzeiros) e Cr\$ 681.423.000,00 (seiscentos e oitenta e um milhões e quatrocentos e vinte e três mil cruzeiros). Neste exercício ainda verifica-se os mecanismos

"Arrendamento de Terreno" e "Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância" com os totais significativos com os valores respectivos de Cr\$ 567.783.000,00 (quinhentos e sessenta e sete milhões e setecentos e oitenta e três mil cruzeiros) e Cr\$ 461.500.000,00 (quatrocentos e sessenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros).

Na Tabela 21 observa-se que o mecanismo "Convênios, Contratos, Acordos e Ajustes" tem desempenho constante nos exercícios de 1983, 1984 e 1985, ou seja, os recursos por ele auferidos em cada exercício, o caracteriza como mecanismo proporcionador dos maiores arrecadamentos a cada ano. Entretanto, para os demais mecanismos o posicionamento não é constante, pois eles apresentam variação quanto à obtenção de recursos, em cada exercício.

Com relação ao caráter público e privado destes mecanismos, verifica-se que os de origem eminentemente pública apresentam um maior volume de recursos. Entretanto, há que se ressaltar o volume significativo dos mecanismos identificados como de caráter privado que vem reforçar o argumento da eficiência e eficácia das Fundações quanto à captação de recursos.

4.3.3.4. Ações empreendidas pelas Fundações de Apoio para a captação de recursos.

Os dados contendo a identificação das ações empreendi

das pelas Fundações de Apoio junto aos órgãos financiadores, objetivando captação de recursos, no período 1983/1985, são apresentadas na Tabela 22, a seguir:

TABELA 22 - IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES EMPREENDIDAS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS, NO PERÍODO 1983 /1985.

AÇÕES EMPREENDIDAS	FREQUÊNCIA ABSOLUTA	FREQUÊNCIA RELATIVA (%)
A. Telefonemas	7	59
B. Acompanhamento Pessoal	3	25
C. Acompanhamento através de Representação	1	8
D. Contato direto do Pesquisador com a Agência Financiadora	1	8
TOTAL	12	100

Fonte: Questionários.

Como 3 (três) Fundações de Apoio se abstiveram de identificar as ações que desenvolveram para captar recursos junto aos órgãos financiadores no período 1983/85, este item apresenta os dados dos 12 (doze) órgãos analisados.

Verifica-se que 59% (cinquenta e nove por cento) dos respondentes apontam como a ação mais utilizada pelas Fundações de Apoio para captarem recursos junto aos órgãos financiadores os "Telefonemas". Como a 2^a (segunda) ação mais utilizada,

25% (vinte e cinco por cento) dos respondentes identificaram o "Acompanhamento Pessoal", e numa 3^a (terceira) posição, com o mesmo índice de 25% (vinte e cinco por cento) das opções, apresenta-se as alternativas "Acompanhamento através de representação" e "Contato direto dos pesquisadores com as Agências Financiadoras".

Embora as Fundações de Apoio reconheçam que o "Acompanhamento Pessoal" seja a ação mais eficaz a ser empreendida para a captação de recursos, é no entanto a ação "Telefonemas" a mais utilizada por estes órgãos, certamente devido ao menor custo que tal ação demanda, mesmo que para isto as Fundações tenham que jogar com a possibilidade de sua eficácia.

4.3.3.5. Órgãos financiadores acionados pelas Fundações de Apoio, no período 1983/85.

Com relação à identificação dos principais órgãos financiadores acionados pelas Fundações de Apoio, no período 1983/1985, obteve-se o resultado demonstrado no Tabela 23.

TABELA 23 - IDENTIFICAÇÃO DOS PRINCIPAIS ÓRGÃOS FINANCIADORES
ACIONADOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO, E MONTANTES
CAPTADOS, NO PERÍODO 1983/85.

Em Cr\$ 1.000,00				
ÓRGÃOS FINANCIADORES	ORIGEM DOS RECURSOS	1983	1984	1985
Finep	Público/Ext.	6.404.000	5.322.000	7.500.000
Inamps	Público	3.689.000	1.707.000	2.567.000
Fipec	Privado	755.000	376.000	529.000
Mec	Público	557.000	336.000	292.000
Capes	Público	87.000	10.000	102.000
Fundação Kellog	Externo	-	38.000	137.000
Embratel	Público	51.000	70.000	99.000
Ibm	Privado/Ext.	-	-	49.000
Ceme	Público	44.000	-	60.000
BNB	Público	115.000	85.000	77.000
Ebtu	Público	300.000	-	29.000
OMS	Externo	-	-	25.000
Sudene	Público	2.000	-	29.000
CNPq	Público	20.000	1.000	-
Gov. Estado Paraná	Público	303.000	293.000	230.000
Conder	Público	-	-	35.000
SEE/MG	Público	149.000	63.000	61.000
STI/MIC	Público	-	-	115.000
SEPLAN/MGII	Público	18.000	13.000	21.000
CIRM	Externo	101.000	18.000	-
Fund. Incent. Pesquisa Técnico-Científico	Público	72.000	-	-
INAM	Público	18.000	-	-
Inst. Develop. Research* Centre-Canadá	Externo	-	37.000	-

Fonte: Questionários

Obs.: Dados deflacionados pelo IGP-DI médio, a preços de 1983.

* Institute Development Research - Centre-Canadá.

Como 4 (quatro) das 15 (quinze) Fundações de Apoio , objetos da pesquisa, não identificaram os seus órgãos financiadores, este item apresenta os dados referentes às demais 11 (onze) Fundações.

Com relação aos órgãos financiadores indicados por estas instituições, observa-se que FINEP, INAMPS, FINEC e MEC são aqueles que além de apresentarem os maiores volumes de recursos, conservam o mesmo posicionamento nos três exercícios analisados, 1983, 1984 e 1985.

Outros órgãos constantes da Tabela 23 guardam características locais ou regionais não assistindo Fundações de Apoio radicadas fora do seu âmbito de atuação, como por exemplo, a SUDENE.

Um fato igualmente observado, refere-se ao surgimento de órgãos financiadores a partir de 1984 ou só em 1985 (Fundação Kellogg, OMS, IBM, por exemplo) inclusive com aporte significativo de recursos às Fundações de Apoio, embora também se verifique o desaquecimento ou mesmo a ausência, nestes exercícios, de outros órgãos financiadores (CNPq, INAN, por exemplo).

As siglas referentes aos órgãos financiadores constantes desta Tabela, encontram-se especificadas no ANEXO 1.

4.3.3.6. Projetos elaborados e aprovados no período 1983/85.

Com respeito à quantificação de projetos elaborados e

de projetos aprovados das Fundações de Apoio, no período 1983/85, obteve-se o seguinte resultado:

TABELA 24 - QUANTIFICAÇÃO DOS PROJETOS ELABORADOS E APROVADOS DAS FUNDAÇÕES DE APOIO, NO PERÍODO 1983/85.

FUNDAÇÕES DE APOIO	1 9 8 3			1 9 8 4			1 9 8 5		
	PE (A)	PA (B)	B/A%	PE (C)	PA (D)	D/C%	PE (E)	PA (F)	F/E%
01	33	10	30	40	26	65	23	15	65
02	117	73	62	123	102	83	88	79	90
03	40	16	40	27	11	41	38	09	24
04	-	-	-	01	01	100	-	-	-
05	20	12	60	34	19	56	53	21	40
06	57	43	75	63	60	95	72	55	76
07	08	08	100	21	21	100	33	29	88
08	52	11	21	100	71	71	90	67	75
09	140	115	82	130	125	96	160	140	88
10	-	-	-	01	01	100	07	07	100
TOTAL	467	288	62	540	437	81	564	422	76

Fonte: Questionários.

Obs.: P.E. = Projetos Elaborados

P.A. = Projetos Aprovados.

Neste item, 5 (cinco) Fundações de Apoio não identificaram os seus projetos elaborados e aprovados no período 1983/85. Desta forma os dados apresentados na Tabela 24 referem-se às 10 (dez) Fundações respondentes.

Quanto aos dados constantes da Tabela 24, verifica-se que o exercício de 1983 é o que apresenta o menor número de projetos elaborados. Para um total de 467 (quatrocentos e sessenta e sete) projetos elaborados, observa-se a aprovação de 62% (sessenta e dois por cento).

O exercício de 1984 apresenta um aumento de 31% (trinta e um por cento) sobre o total de projetos elaborados no exercício anterior, isto é, dos 540 (quinhentos e quarenta) projetos elaborados constata-se a aprovação de 81% (oitenta e um por cento).

Quanto ao exercício de 1985, há um diminuto aumento, na ordem de 1,0% (um por cento), sobre o total de projetos elaborados no ano de 1984. Em números absolutos, tem-se 564 (quinhentos e sessenta e quatro) projetos elaborados apresentando 76% (setenta e seis por cento) de aprovação.

Cruzando-se os dados revelados na Tabela 24 com aqueles que identificam a localização geográfica das Fundações de Apoio, verifica-se que no exercício de 1983 a região Sudeste é a que apresenta os maiores índices de relações percentuais entre projetos elaborados/aprovados, com uma média de 88% (oitenta e oito por cento). As demais médias de 54% (cinquenta e quatro por cento), 52% (cinquenta e dois por cento) e 30% (trinta por cento) correspondem, respectivamente, às regiões Nordeste, Sul e Norte.

No exercício de 1984, com o índice de 98% (noventa e oito por cento), a região Sudeste apresenta a maior média das relações percentuais, seguindo-se imediatamente das médias das regiões Sul, Nordeste e Norte, com índices respectivos de 89% (oitenta e nove por cento), 70% (setenta por cento) e 65% (sessenta e cinco por cento).

Em relação ao exercício de 1985, a região Sul é a que apresenta a maior média de relações percentuais com um índice de 88% (oitenta e oito por cento), com a região Sudeste assumindo a 2^a (segunda) posição ao revelar o índice de 82% (oitenta e dois por cento). Nas 3^a (terceira) e 4^a (quarta) posições, com médias respectivas de 65% e 51% (sessenta e cinco e cinquenta e um por cento) observa-se as regiões Norte e Nordeste respectivamente.

Destes resultados pode-se inferir que nos exercícios de 1983 e 1984 as Fundações de Apoio localizadas na região Sudeste revelaram um melhor aproveitamento de projetos elaborados, enquanto no exercício de 1985 observa-se uma inversão de posicionamento com a região Sul demonstrando maior aprovação dos projetos elaborados.

4.4. REPRESENTATIVIDADE DO VOLUME DE RECURSOS CAPTADOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO FACE AO ORÇAMENTO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

Com respeito à representatividade do volume de recursos captados pelas Fundações de Apoio face ao orçamento das Universidades Federais no período de 1983/85, verifica-se a situação retratada na Tabela 25.

Faz-se necessário assinalar que nesta Tabela e nas subseqüentes, os recursos financeiros aportados nas Universidades Federais dizem respeito a Outros Custeios e Capital-OCC. Este procedimento justifica-se ao se constatar o grande contingente de pessoas que presta serviço nas Fundações, mas que tendo vínculo empregatício com Universidades Federais, tem seu salário por estas assegurado. Além do mais, para os que estudam e se interessam pelas Fundações de Apoio, estas só destinam de 10% a 15% (dez por cento a quinze por cento) dos seus recursos à complementação salarial, quando se faz necessário.

Assim sendo, o cotejo entre ambos os volumes de recursos financeiros, faz-se entre o total de recursos captados pelas Fundações de Apoio e os valores alocados pelas Universidades Federais em OCC, no período de 1983/85.

Para tornar este cotejo mais compreensível, determinou-se, em índices percentuais, a relação existente entre os totais de recursos financeiros alocados nas Universidades Federais e nas Fundações de Apoio, conforme é visualizado na Tabela 25.

TABELA 25 - RELAÇÃO ENTRE RECURSOS ALOCADOS NAS UFs e VALORES CAPTADOS PELAS
FAS, NO PERÍODO 1983/1985

Em Cr\$ 1.000,00

IDENT	1983			1984			1985		
	UFs (A)	FAS (B)	% B/A	UFs (C)	FAS (D)	% D/C	UFs (E)	FAS (F)	% F/E
01	2.063.266	342.148	16,58	1.969.699	699.507	35,51	2.053.136	231.638	11,28
02	2.171.751	-	-	2.756.071	178.945	6,49	3.051.562	61.329	2,00
03	3.814.301	1.173	0,03	6.130.782	1.192	0,01	3.984.491	1.337	0,03
04	3.598.342	405.115	11,25	2.717.972	132.461	4,87	2.992.792	238.940	7,98
05	3.087.319	392.693	12,71	2.808.848	423.189	15,06	4.378.545	522.576	11,93
06	4.478.084	-	-	3.484.786	796.800	22,86	4.250.732	1.239.237	29,15
07	1.719.196	10.000	0,58	2.493.912	6.419	0,25	4.609.594	19.164	0,41
08	6.385.478	342.803	5,36	5.234.876	152.061	2,90	7.643.737	212.246	2,77
09	3.287.981	1.880	0,05	2.686.212	1.225	0,04	3.535.567	1.753	0,04
10	9.531.700	9.127.220	95,75	7.385.122	7.397.728	100,17	6.529.475	11.728.097	179,61
11	5.547.827	-	-	4.228.945	-	-	8.199.273	-	-
12	2.463.898	1.002.680	40,69	2.063.489	159.729	7,74	2.729.281	606.494	22,22
13	2.567.882	-	-	2.244.212	-	-	2.801.064	-	-
14	2.914.224	2.000	0,06	2.806.274	1.248	0,04	3.627.725	862	0,02
15	2.233.010	875.000	3,51	1.363.297	164.134	12,03	1.618.004	192.602	11,90

Fonte: Secretaria Geral/MEC - SG/SOF - CODEOR

Questionários.

ORS.: Valores deflacionados pelo IGP-DI médio, a preços de 1983.

Verificou-se, então, que vários índices percentuais de relacionamento foram estabelecidos e em face desta diversidade foram agrupados em três tipos de relação: alta, média e baixa. A alta relação compreende os índices percentuais acima de 50% (cinquenta por cento). A média relação refere-se ao intervalo que vai de 10% a 49% (dez por cento a quarenta e nove por cento). E a baixa relação diz respeito aos índices abaixo de 10% (dez por cento).

Na Tabela 25, observa-se que o exercício de 1983, acusa a ausência de dados quanto ao volume de recursos captados por 4 (quatro) das 14 (quinze) Fundações de Apoio pesquisadas. Das 11 (onze) demais Fundações em que se procede a análise dos dados, verifica-se uma grande diversificação de índices percentuais, que refletem a relação entre os recursos captados por estas Fundações e o total de recursos alocados nas Universidades às quais se vinculam.

O maior índice registrado é de 95,75% (noventa e cinco vírgula setenta e cinco por cento) e o menor é de 0,06% (zero vírgula seis décimos por cento). A média dos índices percentuais relativos aos recursos captados pelas Fundações de Apoio face ao orçamento das Universidades Federais é de 16,96% (dezesseis vírgula noventa e seis por cento).

A variação acentuada quanto à captação de recursos pelas Fundações encontra explicação na estruturação e funcionamento de cada uma, quando reconhece-se não haver um padrão único de captação de recursos assumido pelas Fundações. Variáveis tais como objetivos do órgão, estilo de gerenciamento, exploração de

diferentes mecanismos de captação de recursos, além da imagem da eficiência do seu desempenho, por parte das agências financiadoras, certamente concorrem para que algumas Fundações apresentem maior desenvoltura e melhor performance no papel de mecanismo de captação de recursos.

Um fator interessante a se ressaltar, é que a localização geográfica da Fundação não provoca repercussões quanto ao seu desempenho. Outro aspecto a ser distinguido é a dinamicidade que a Tabela 25 revela, ao indicar mudanças de posicionamento, face aos índices alcançados pelas Fundações. Apenas a Fundação que apresenta o maior índice assume um desempenho constante e crescente no período considerado.

Outro fato a acrescentar diz respeito ao tipo de relação predominante no exercício, ou seja, 6 (seis) Fundações de Apoio apresentam índices percentuais caracterizados como de baixa relação.

O exercício de 1984 registra a participação de 13 (treze) Fundações que apresentam a média de 15,99% (quinze vírgula noventa e nove por cento) dos índices percentuais concernentes à representatividade dos recursos captados pelas Fundações de Apoio, face ao orçamento das Universidades Federais. Novamente repete-se a diversificação de índices percentuais com o maior deles registrando 100,17% (cem vírgula dezessete por cento) e o menor 0,04% (zero vírgula quatro décimos por cento). Para explicar esta variação recorre-se aos argumentos apresentados anteriormente.

Quanto ao tipo de relação predominante neste exercí

cio, 8 (oito) Fundações de Apoio apresentam índices percentuais que o caracterizam como de baixa relação.

No exercício de 1985, mais uma vez 13 (treze) Fundações identificam o volume de recursos por elas captados. Desta forma, obtêm-se os índices percentuais de representatividade destes recursos, face ao orçamento final de OCC das Universidades Federais. O maior índice registra o percentual de 179,61% (cento e setenta e nove vírgula sessenta e um por cento) e o menor 0,04% (zero vírgula quatro décimos por cento). A média final dos índices percentuais é de 21,48% (vinte e um vírgula quarenta e oito por cento) que vem a se constituir na maior média do período considerado.

Com relação ao tipo de relação predominante, 7 (sete) Fundações apresentam índices percentuais que caracterizam o exercício como de baixa relação.

Como nos exercícios anteriores renovam-se as justificativas já apresentadas para explicar a acentuada diversificação dos índices percentuais.

Quanto aos índices de alta relação registrados no período em estudo, deve-se ressaltar que estes são decorrentes principalmente dos altos escores de uma das Fundações envolvidas na pesquisa, cuja atuação é entendida como atípica em confronto com o desempenho das demais. Excluindo-a da análise, observam-se as seguintes médias de relações percentuais de acordo com o exercício considerado: em 1983 a média é de 9,1% (nove vírgula um por cento); em 1984 registra-se a média de 9,0% (nove por cen

to) e em 1985 a média é de 6,6% (seis vírgula seis por cento).

Conclui-se, pois, que o período 1983/85 caracteriza-se como de baixa relação ao se confrontar os recursos alocados em OCC nas Universidades Federais e os valores captados pelas Fundações de Apoio.

4.5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS CAPTADOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO; NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, SEGUNDO AS FUNÇÕES, NO PERÍODO 1983/1985.

A destinação dos recursos captados pelas Fundações de Apoio pesquisadas, no período 1983/1985, é visualizada nas Tabelas 26, 27, 28 e 29 que determinam o comprometimento desses valores, segundo as funções ensino, pesquisa, extensão e administração, assim como os valores significativos dos mesmos diante dos recursos alocados em cada função pelas Universidades Federais.

A Tabela 26 evidenciou que um pequeno número de Fundações de Apoio canaliza recursos, por elas captados, à função ensino. A principal explicação se deve ao fato desta função ser assumida, por excelência, pelas Universidades Federais e onde os recursos destas instituições são preferencialmente aplicados.

Outro aspecto a ser destacado é que, embora muitas fundações não direcionem recursos para atender a função ensino, este item do questionário deixou de ser respondido por outras destas instituições, por razões várias. Dentre as quais, e con

TABELA 26 - RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS APLICADOS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E FUNDAÇÕES DE APOIO NA FUNÇÃO ENSINO, NO PERÍODO - 1983/1985.

Em Cr\$ 1.000,00

IDENT.	1 9 8 3			1 9 8 4			1 9 8 5		
	UFS (A)	FAS (B)	% B/A	UFS (C)	FAS (D)	% D/C	UFS (E)	FAS (F)	% F/G
01	2.362.365	21.390	0,90	2.243.528	2.009	0,08	2.872.289	6.348	0,22
02	1.422.611	70.992	4,99	1.719.300	101.459	5,90	2.404.944	42.481	1,76
03	4.062.249	600	0,01	3.844.022	398	0,010	4.598.901	230	0,005

Fontes: Secretaria Geral/MEC - SG/SOF - CODEBOR

Questionários.

OBS.: Valores deflacionados pelo IGP - DI médio, a preços de 1983.

forme relato de alguns dirigentes, destacam-se a guarda e a organização interna dos dados nas Fundações que, em certos casos, impossibilitaram ou prejudicaram o preenchimento dos quadros constantes do instrumento de pesquisa.

Se a ausência de informações por parte de algumas Fundações de Apoio dificulta uma possível generalização, não impede, todavia, que se obtenha uma tendência do comportamento destas Fundações quanto à aplicação dos seus recursos, tomando como referencial o desempenho daquelas poucas que responderam integralmente o questionário.

Desta forma, embora só conste na Tabela 26 a atuação de 3 (três) Fundações de Apoio quanto à aplicação de recursos na função ensino, a tendência que se percebe é de uma pequena significação ou representatividade dos valores captados pelas Fundações, face ao orçamento final de OCC das Universidades Federais.

Quanto à função pesquisa, a Tabela 27 evidencia o significativo volume de recursos aplicados pelas Fundações de Apoio, face ao orçamento de OCC das Universidades Federais a que estão vinculadas.

Estes resultados reforçam a concepção de que a principal atribuição das Fundações é prestar apoio às atividades de pesquisa e extensão das Universidades, quer pela prestação de serviços técnicos, científicos e administrativos, quer na captação e gerenciamento dos recursos necessários a tais atividades. Através da Tabela 27 percebe-se que é pela atuação das Fundações que as atividades de pesquisa são viabilizadas nas Universidades,

até porque as dotações orçamentárias por elas aportadas a esta função são reconhecidamente diminutas.

Observa-se que no exercício de 1983, um total de 6 (seis) Fundações de Apoio revelam a aplicação de recursos financeiros na função pesquisa. Nos exercícios de 1984 e 1985, eleva-se para 8 (oito) o número de Fundações que alocam valores nesta função.

A Tabela 27 demonstra uma extraordinária variação de índices percentuais em todos os exercícios do período considerado. Esta variação de índices denota: 1) a ausência de aporte significativo de verbas pelas Universidades Federais para a função pesquisa; 2) alta significação do volume de recursos aportados nesta função por algumas das Fundações de Apoio respondentes deste item; e 3) a alta dependência de recursos externos ao desenvolvimento científico na Universidade.

No exercício de 1983 a média dos índices percentuais é de 122,31% (cento e vinte e dois vírgula trinta e um por cento), sendo o maior índice percentual de 357,70% (trezentos e cinquenta e sete vírgula setenta por cento) acompanhado de perto pelo índice de 345,92% (trezentos e quarenta e cinco vírgula noventa e dois por cento). Os demais índices caem bruscamente e a alta média se deve aos dois primeiros índices, naturalmente.

A alta significação do aporte de recursos financeiros na função pesquisa, repete-se no exercício de 1984 por 2 (duas) Fundações de Apoio, com índices percentuais de 1.454,07% (um mil quatrocentos e cinquenta e quatro vírgula sete décimos

TABELA 27 - RELAÇÃO ENTRE RECURSOS APLICADOS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E FUNDAÇÕES DE APOIO NA FUNÇÃO PESQUISA, NO PERÍODO 1983/1985.

Em Cr\$ 1.000,00

IDENT	1 9 8 3			1 9 8 4			1 9 8 5		
	UFS (A)	FAS (B)	% B/A	UFS (C)	FAS (D)	% D/C	UFS (E)	FAS (F)	% F/A
01	95.652	342.148	357,70	48.107	699.507	1.454,07	42.362	231.638	546,80
02	87.814	-	-	87.404	39.208	44,85	57.095	32.583	57,06
03	97.490	1.173	1,20	364.441	1.192	0,32	431.120	1.339	0,31
04	894.403	120.200	13,43	608.023	68.365	11,24	461.258	37.526	8,13
05	64.107	10.000	15,59	35.030	6.420	18,32	78.500	19.164	24,41
06	1.230.508	450	0,036	1.050.778	65	0,006	910.747	124	0,01
07	276.051	954.934	345,92	79.269	798.648	1.007,51	116.989	494.625	422,79
08	173.532	-	-	66.633	37.565	56,37	52.003	150.443	289,29

Fontes: Secretaria Geral/MEC - SG/SOF - CODEOR

Questionários

OBS.: Valores deflacionados pelo IGP-DI médio, a preços de 1983.

por cento) e 1.007,51% (um mil e sete vírgula cinquenta e um por cento). Verifica-se, igualmente, índices percentuais que denotam baixa ou insignificante participação de algumas Fundações de Apoio nesta função específica.

De acordo com os índices percentuais apresentados por 8 (oito) Fundações respondentes deste item, obtém-se a média de 324,08% (trezentos e vinte e quatro vírgula oito décimos por cento), conseqüência dos dois altos índices já comentados.

Para o exercício de 1985, observa-se uma queda de índices percentuais, embora 3 (três) Fundações de Apoio guardem uma alta significação de recursos aportados na função pesquisa. De uma forma geral, constata-se nos demais índices uma pequena variação de um exercício para o outro. A média dos índices percentuais no exercício de 1985 é de 168,60% (cento e sessenta e oito vírgula sessenta por cento).

Um aspecto a ser destacado diz respeito aos equipamentos transferidos pelas Fundações às Universidades. Estes equipamentos, geralmente utilizados em Laboratórios das Universidades, caracterizam-se por serem materiais de alto custo. Os seus valores no entanto não estão expressos nestes resultados.

Com respeito à função extensão, a Tabela 28 aponta a representatividade do volume de recursos aplicados pelas Fundações de Apoio face ao orçamento de OCC das Universidades Federais a que estão vinculadas.

Esta Tabela evidencia um pequeno número de Fundações de Apoio aplicando recursos financeiros na função extensão. A ausência de aporte de verbas pelas demais Fundações, pode ser

**TABELA 28 - RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS APLICADOS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E
FUNÇÕES DE APOIO NA FUNÇÃO EXTENSÃO, NO PERÍODO 1983/1985**

Em Cr\$ 1.000,00

IDENT	1 9 8 3			1 9 8 4			1 9 8 5		
	UFs (A)	FAS (B)	% B/A	UFs (C)	FAS (D)	% D/C	UFs (E)	FAS (F)	% F/E
01	57.068	185.105	324,35	42.783	96.372	225,25	39.319	73.099	185,91
02	116.083	110	0,09	17.723	53	0,29	12.996	115	0,88
03	81.140	88.318	108,84	25.494	79.266	310,92	5.612	82.587	1.471,61
04	121.355	480	0,39	55.823	296	0,53	46.600	293	0,63

Fontes: Secretaria Geral /MEC-SG/SOF- CODEOR

Questionários

OBS.: Valores deflacionados pelo IGP - DI médio, a preços de 1983.

entendida tanto pela não aplicação de valores captados por estas organizações na função em foco, como pela impossibilidade demonstrada por algumas Fundações em resgatar ou identificar alguns dados solicitados no questionário, face à guarda e organização interna de informações existente em cada um desses organismos.

Com relação às Fundações de Apoio respondentes do item, em número de 4 (quatro), verifica-se uma polarização quanto à aplicação dos recursos financeiros: ora diagnostica-se uma significativa participação identificada pelos elevados índices percentuais constantes na Tabela 28, ora constata-se um pequeno ou quase insignificante aporte de recursos na função extensão.

Quanto à função administração, a Tabela 29 revela a representatividade do volume de recursos aplicados pelas Fundações de Apoio, face ao orçamento final de OCC das Universidades a que se vinculam.

Esta Tabela indica a participação de seis (6) Fundações de Apoio no aporte de recursos à administração. Um aspecto que fica bem visualizado na Tabela 29 são os baixos índices percentuais registrados.

No exercício de 1983, o maior índice percentual constatado é de 4,10% (quatro vírgula dez por cento) e o menor apresenta o escore percentual de 0,004% (quatro centésimos por cento).

O exercício de 1984 revela um pequeno, porém crescente aumento de índices percentuais quando se determinam as médias para ambos os exercícios: 1,23% (um vírgula vinte e três por cento) em 1983 e 2,05% (dois vírgula cinco décimos por cento) em 1984.

TABELA 29 - RELAÇÃO ENTRE OS RECURSOS APLICADOS PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E FUNDAÇÕES DE APOIO NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, NO PERÍODO 1983/1985

Em Cr\$ 1.000,00

IDENTI	1 9 8 3			1 9 8 4			1 9 8 5		
	UFS (A)	FAS (B)	% B/A	UFS (C)	FAS (D)	% D/C	UFS (E)	FAS (F)	% F/E
01	851.833	-	-	1.780.054	56.681	3,18	1.841.150	150.535	8,17
02	2.406.060	112	0,004	4.931.973	110	0,002	2.111.514	106	0,005
03	1.644.735	67.582	4,10	1.041.198	36.791	3,53	840.367	55.685	6,62
04	851.091	1.320	0,15	946.187	1.107	0,11	1.007.713	1.513	0,15
05	1.480.808	28.256	1,90	1.021.523	56.032	5,48	972.526	81.085	8,33
06	1.187.201	200	0,01	726.801	125	0,01	889.819	86	0,10

Fonte: Secretaria Geral/MEC - SG/SOF - CODEOR
Questionários

OBS.: Valores deflacionados pelo IGP-DI médio, a preços de 1983.

Para o exercício de 1985, observa-se que 3 (três) Fundações de Apoio apresentam índices percentuais mais expressivos, enquanto outras 3 (três) sofrem o processo invertido, com o registro de índices percentuais decrescentes.

Uma explicação possível à baixa aplicação de recursos captados pelas Fundações de Apoio à função administração, reside no fato de estarem estas Fundações geralmente instaladas e funcionando em próprios pertencentes à Universidade, inclusive utilizando-se dos serviços existentes nestes prédios, tais como: água, energia elétrica, telefones e outros que variam de um órgão para outro, o que traz uma grande economia nas despesas de funcionamento.

Considerando-se de uma maneira geral os dados apresentados, constata-se que é para as funções pesquisa e extensão que as Fundações de Apoio canalizam prioritariamente os recursos por elas captados. A concentração de recursos financeiros aplicados pelas Fundações nestas duas funções, não provoca surpresas até porque estes órgãos foram criados com a intenção de contribuir para o seu desenvolvimento.

Já as funções ensino e administração, de acordo com resultados da pesquisa, revelam-se serem aquinhoadas com aplicações financeiras bem menos significativas por parte das Fundações de Apoio. Contudo, não se pode deixar de observar que estas Fundações, embora em menor vulto, ainda assim participam para o desenvolvimento de tais atividades universitárias.

Diante deste quadro é possível estabelecer-se que às Universidades Federais são reservadas as atribuições necessárias ao desenvolvimento das atividades de ensino e ao atendimento imediato das atividades administrativas. Quanto às Fundações de Apoio, os recursos financeiros por elas captados têm aplicação prioritária nas funções pesquisa e extensão.

Traçando-se um balanço quanto às transferências de recursos entre Universidades e Fundações, verifica-se que estas se complementam: de um lado as Universidades garantem os recursos humanos e instalações físicas necessárias ao funcionamento das Fundações; e de outro este órgãos, em decorrência de sua natureza jurídica, garantem o desenvolvimento das funções universitárias de pesquisa e extensão, ao mesmo tempo que asseguram um espaço autônomo às Universidades.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E IMPLICAÇÕES

O propósito deste capítulo é apresentar as conclusões relativas aos resultados do estudo, oferecer recomendações para futuras pesquisas na área, bem como indicar sugestões para ações que venham a influir na otimização do desempenho das Fundações de Apoio.

5.1. CONCLUSÕES

Este estudo objetivou analisar as Fundações de Apoio como uma das fontes alternativas de captação de recursos às Universidades Federais, no período de 1983 a 1985. Para desenvolver esta análise, também buscou-se identificar as várias fontes de recursos externas às Universidades e que financiam as Fundações de Apoio; analisar a interface existente entre recursos captados pelas Fundações de Apoio e recursos captados pelas Universidades, bem como verificar os procedimentos gerenciais desenvolvidos pelas Fundações de Apoio como gestoras de recursos.

Com base nestes objetivos e de acordo com os dados analisados no Capítulo 4, passa-se a responder as questões de pesquisa que nortearam este trabalho.

19) Quais os tipos de Fundações de Apoio, criadas junto às Universidades Federais, existentes no Brasil?

Preliminarmente, entende-se como Fundações de Apoio aquelas instituídas com o objetivo de apoiar e colaborar em programas de desenvolvimento do ensino e da pesquisa e a prestação de serviços nas Universidades Federais, bem como auxiliá-las na manutenção de suas atividades.

Como esta conceituação é muito abrangente e assim permite a formulação de inúmeras interpretações procurou-se enquadrar as Fundações pesquisadas em tipos que guardassem entre si características comuns.

Com base nos percentuais de respostas das Fundações de Apoio aos seguintes itens: motivos que provocaram o surgimento das Fundações, seus principais instituidores, participação destes instituidores na formação patrimonial das Fundações de Apoio, seus objetivos norteadores e quem os formulou, projetou-se uma tipologia para as Fundações.

Observou-se, no entanto, que embora existam vários tipos destes órgãos, inegavelmente a maioria deles concentra-se em torno de um determinado modelo.

Como tipos de Fundações de Apoio determinados pelos resultados desta pesquisa, apontam-se os seguintes:

- a) Fundações de Apoio como instrumentos viabilizadores das funções da Universidade;
- b) Fundações de Apoio como agentes de articulação entre órgãos financiadores e Universidades;
- c) Fundações de Apoio como agentes de articulação entre Universidades e comunidade;

- d) Fundações de Apoio como agentes de prestação de serviços;
- e) Fundações de Apoio como gestoras de recursos e projetos;
- f) Fundações de Apoio como instrumentos viabilizadores de objetivos empresariais - produtivos.

Há de se ressaltar que as Fundações de Apoio não se enquadram em apenas um único tipo, ou seja, é comum diagnosticar-se mais de um destes tipos, assimilados por uma Fundação. O que vem a ocorrer, na prática, é o destaque que este órgão dispensa a um dos tipos em que está classificada.

Estes resultados vêm inclusive reforçar o que o GT, instituído pela Portaria nº 09/84 - SG/CISET/SESu/MEC, apresentou no documento Ata do 4º Encontro deste GT, no item "O perfil das Fundações", que reconhecendo as variações na tipologia das Fundações de Apoio, decorrentes da gama de objetivos que perseguem, classificou-as em duas grandes categorias:

- 1ª) Fundações com objetivos voltados para o gerenciamento da pesquisa no âmbito das Universidades Federais, com atividade complementar de prestação de serviços;
- 2ª) Fundações com objetivos de natureza empresarial que se qualificam como objetivos empresariais-produtivos e objetivos de prestação de serviços, realizando, complementarmente, gerenciamento de pesquisas.

De acordo com os dados analisados nesta pesquisa, pode-se afirmar que as Fundações de Apoio concentram-se na 1ª categoria apresentada. Esta assertiva é evidenciada pelos resultados indicados no item "Motivos que levaram a criação das Funda

ções de Apoio" onde 73% (setenta e três por cento) dos respondentes apontaram a necessidade da Universidade em atender com maior agilidade e de forma racional seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão. Igualmente o item "Objetivos das Fundações de Apoio, no período 1983/85", reforça esta conclusão, com 43% (quarenta e três por cento) dos respondentes indicando como seu objetivo prioritário, no período em estudo, o apoio às atividades de pesquisa e extensão nas Universidades.

29) Qual a política gerencial que direciona as ações de uma Fundação de Apoio?

De acordo com os resultados da pesquisa, pode-se afirmar que a política gerencial que direciona as ações das Fundações de Apoio está voltada ao desenvolvimento da pesquisa e extensão no âmbito da Universidade, com atividade complementar de prestação de serviços. Observou-se que 67% (sessenta e sete por cento) dos respondentes indicaram esta política gerencial como a assumida pelas Fundações de Apoio.

O estilo gerencial voltado ao cumprimento de objetivos empresariais-produtivos, realizando complementarmente atividades de pesquisa e extensão recebeu a indicação de 13% (treze por cento) das Fundações de Apoio respondentes.

Com base nos dados apresentados nos itens qualificação dos dirigentes das Fundações, motivos concorrentes à sua criação, instituidores de Fundações e objetivos que as nortearam constata-se uma interligação entre estes aspectos e a política de gerenciamento adotada na maioria das Fundações de Apoio. Ex

plica-se esta interligação pelo fato de que 46% (quarenta e seis por cento) dos dirigentes de Fundações portam título de Doutor, o que certamente influencia a assimilação deste estilo de gerenciamento. Do mesmo modo, 73% (setenta e três por cento) dos motivos que levaram a criação das Fundações de Apoio estão centrados na necessidade da Universidade em atender mais eficazmente suas funções.) Como é de domínio comum, o ensino tem sido a função tradicionalmente assistida pelas Universidades. Depreende-se, daí, que às Fundações recaiu a responsabilidade de desenvolver as atividades de pesquisa e extensão. Para a viabilização destas atividades obviamente adotou-se a política gerencial adequada.

Com relação aos instituidores das Fundações, verifica-se que as Universidades Federais são os principais órgãos instituidores com 36% (trinta e seis por cento) de indicações. Além disso, foi o grande responsável pela formação patrimonial das Fundações de Apoio com média de participação de 76% (setenta e seis por cento). Assim, a constatação de serem as Universidades Federais as principais provocadoras do surgimento e operacionalização das Fundações, revela coerência com o estilo ou política de gerenciamento adotado nestes órgãos, direcionado ao atingimento dos interesses de suas respectivas Universidades.

Quanto aos objetivos das Fundações, no período 1983/85, observa-se que 43% (quarenta e três por cento) indicam, como aquele prioritário, o apoio às atividades de pesquisa e extensão nas Universidades. Naturalmente a viabilização deste objetivo provoca repercussão na política de gerenciamento empregada. Desta forma fica mais uma vez explicitada a maioria de indicações para

o estilo de gerenciamento adotado pelas Fundações de Apoio.

3^a) Quais as principais fontes de recursos financeiros utilizadas pelas Fundações de Apoio na captação destes tipos de recorsos?

A análise dos dados demonstra que existe um idêntico posicionamento quanto à utilização das fontes de recursos financeiros, ou seja, as fontes de Recursos Próprios e Recursos Transferidos são utilizadas pelo mesmo número de Fundações de Apoio. Pormenorizando, das 15 (quinze) Fundações de Apoio pesquisadas, 14 (quatorze) delas identificaram ambas estas fontes de recursos como as principais por elas adotadas. Neste estudo os Recursos Próprios são entendidos como aqueles gerados pela própria Fundação sendo os demais caracterizados como Recursos Transferidos.

Esta simultaneidade demonstra a habilidade que estas Fundações exibem em recorrer a diferentes fontes de recursos, uma vez que a utilização de uma delas não exclui a possibilidade de acionar uma outra. Esta habilidade decorre sobremaneira do estilo de gerenciamento, da forma jurídica e do plano contábil de natureza privada adotados pelas Fundações que lhes asseguram agilidade e flexibilidade nas atividades que desempenham. Registra-se inclusive na comunidade universitária o reconhecimento que as Fundações têm se constituído em importantes mecanismos para captação de recursos, principalmente através de projetos de pesquisa e extensão, o que tem oportunizado a integração das Universidades com seu meio-ambiente circundante.

A situação acima comentada evidencia-se na Tabela 23, onde são identificados os principais órgãos financiadores acionados pelas Fundações assim como o caráter público, privado ou externo com os quais se identificam.

O desempenho efetivo e atuante das Fundações de Apoio resulta sobretudo do estilo de gerenciamento adotado por estes organismos que buscam direcioná-lo segundo os procedimentos e características de um órgão eminentemente de apoio às Universidades, complementares a sua estrutura e atuando prioritariamente na gestão da pesquisa e extensão universitárias.

Os resultados auferidos por este item vêm de encontro ao exposto no relatório de trabalho do subgrupo designado na 3ª reunião do GT instituído pela Portaria nº 09/84 - SG/CISET/SESu/MEC, que estabelece serem as Fundações de Apoio mantidas apenas com Recursos Próprios, não dependendo de subvenções ou transferências. Inclusive neste documento já se ressaltou a utilização de outros tipos de recursos, no caso recursos humanos e materiais das Universidades Federais para a realização de pesquisas ou cursos de extensão. Como estes tipos de recursos envolvem, naturalmente, dispêndios financeiros também podem ser enquadrados como uma forma especial de Recursos Transferidos.

De acordo com os resultados da pesquisa, o tipo de Recursos Humanos mais utilizado pelas Fundações de Apoio é os Professores/Pesquisadores, seguindo-se do Pessoal Administrativo e Pessoal Técnico. Estes são utilizados pelas FA, principalmente de duas formas: 1ª) o pessoal fica à disposição da Fundação, com ônus para a Universidade e complementação salarial daquele órgão;

2ª) o pessoal fica à disposição, com ônus para a Universidade, porém sem complementação salarial.

Com relação aos Recursos Físicos e Instalações, todas as FA pesquisadas indicam utilizarem prédios das Universidades, e numa menor escala especificam Laboratórios e Salas de Aula. No caso dos prédios, esta utilização realiza-se, em grande parte, sem encargos para a Fundação e numa menor proporção estes órgãos pagam à Universidade pela utilização dos prédios e instalações, através da prestação de serviços.

Um dado a ser destacado diz respeito ao montante de recursos transferidos pelo INAMPS e gerenciado pelas Fundações. Estes recursos destinam-se basicamente a atender despesas dos Hospitais Universitários e o gerenciamento destas verbas pelas Fundações exprime o reconhecimento que aqueles órgãos públicos creditam à atuação destes mecanismos de apoio às Universidades.

Igualmente merece realce o fato de serem os principais órgãos financiadores caracterizados como instituições que operam com recursos públicos. Esta situação corrobora o que anteriormente foi comentado sobre a eficiência das Fundações de Apoio na viabilização ou aplicação mais racional destes tipos de recursos.

Quanto aos Recursos Materiais e Equipamentos, estes são tipos de recursos das Universidades menos utilizados pelas Fundações de Apoio. A explicação para este caso está contida no Capítulo 4, na análise dos dados do item 4.3.2.2..

Com base nestes resultados revelados pelas respostas

das Fundações de Apoio, conclui-se que a Fonte de Recursos Transferidos assume vital importância para a operacionalização das Fundações de Apoio.

4^a) Que mecanismos são empregados pelas Fundações de Apoio para captarem recursos financeiros?

De acordo com os resultados da pesquisa pode-se afirmar que são vários os mecanismos empregados pelas Fundações de Apoio, para operacionalizar suas fontes de recursos financeiros. Contudo, alguns deles ocupam posições de destaque ora em face do número de Fundações que os utilizam, ora em razão do volume de recursos financeiros por eles captados, nos exercícios de 1983, 1984 e 1985.

Segundo o número de respostas, os mecanismos mais utilizados foram os Convênios, Contratos e as Taxas de Administração, todos eles apontados por 13 (treze) das Fundações envolvidas na pesquisa. Em seguida, com a indicação de 9 (nove) e de 7 (sete) Fundações de Apoio respectivamente, observam-se os mecanismos Aplicação em Investimentos de Capital e Prestação de Serviços de Consultoria. Os demais mecanismos são apontados numa menor escala e de acordo com o número de indicações que recebem - podem ser visualizadas na Tabela 20 - são identificados como Acordos, Doações e Legados, Exploração em Empreendimentos Agrícolas e Exploração em Empreendimentos Comerciais, Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância, Arrendamento de Terrenos, Aluguel de Imóveis, Exploração em Empreendimentos Industriais, Prestação

de Serviços de Computação e Subvenções Sociais.

Quanto aos recursos financeiros captados por estes mecanismos, no período de 1983/85, verifica-se que são os Convênios, Contratos, Acordos e Ajustes aqueles que apresentam a maior concentração de valores nos três exercícios analisados. Dos demais mecanismos utilizados pelas Fundações e que apresentam valores financeiros significativos, alguns revelam variações quanto à captação destes recursos, fato esse que se diagnostica em 1983/84. No período 1984/85, o comportamento dos mecanismos revela-se estável, isto é, não há registro de inversão de posicionamento quanto à captação de recursos.

Se há estabilidade no ordenamento dos mecanismos face a correspondente captação de recursos, o mesmo não ocorre com os valores financeiros por eles auferidos, que apresentam, de forma geral, uma queda acentuada quanto a sua captação em 1984 e consequente reação em 1985. Entretanto, os valores captados neste último exercício, embora denotem um melhor comportamento que no exercício anterior, em vários mecanismos ainda conservam-se abaixo dos valores registrados em 1983.

Este fato não constitui uma anomalia exclusiva às Fundações de Apoio, mas reproduz o fenômeno recessivo vivenciado pela economia brasileira em 1984/85.

Considerando-se, pois, o conjunto da economia nacional, pode-se afirmar que os mecanismos se comportaram dentro de um padrão de normalidade para a época.

Diante dos dados apresentados, conclui-se que "Convên

nios, Contratos, Acordos e Ajustes", caracterizam-se como os principais mecanismos acionados pelas Fundações de Apoio para viabilizar suas fontes de Recursos.

Por sua vez, para que estes mecanismos se tornassem exeqüíveis, as Fundações empreenderam ações junto aos órgãos financiadores, objetivando assegurar a captação dos recursos. Os resultados da pesquisa apontam que a ação mais utilizada pelas Fundações, para contactar com as agências financiadoras, com o propósito de sensibilizá-las e agilizar a liberação dos recursos foram os Telefonemas que apresentam 59% (cinquenta e nove por cento) das indicações, seguindo-se o Acompanhamento Pessoal indicado por 25% (vinte e cinco por cento) das Fundações analisadas.

Outros resultados da pesquisa que guardam estreito relacionamento com os mecanismos Convênios, Contratos, Acordos e Ajustes, dizem respeito aos principais órgãos financiadores às Fundações de Apoio. De acordo com os dados analisados, o principal órgão financiador é a FINEP que mantém tal posicionamento, no período de 1983/85. Outros importantes agentes financiadores aportam recursos às Fundações e são identificados de acordo com o montante de recursos por eles transferidos: INAMPS, FIPEC e MEC. Há outros órgãos financiadores às Fundações que apresentam menor volume de recursos aportados para estes órgãos e cujo desempenho pode ser visualizado na Tabela 23.

5^a) Qual a relação existente entre volume global de recursos captados pelas Fundações de Apoio e aquele captado pelas Universidades Federais?

De acordo com os resultados da pesquisa pode-se afirmar que não é possível estabelecer ou generalizar um só tipo de relação entre volume global de recursos captados pelas Fundações de Apoio e aqueles captados pelas Universidades Federais.

No exercício de 1983 já visualiza-se a diversificada relação entre os volumes de recursos financeiros captados por Universidades e respectivas Fundações. A mesma situação repete-se nos exercícios de 1983 e 1985.

Para melhor caracterizar os diversos relacionamentos existentes entre volumes de recursos financeiros captados pelos dois órgãos foram eles agrupados em alta, média e baixa relação.

Na alta relação há um significativo volume de recursos financeiros captados pelas Fundações, face à sua respectiva Universidade. Na Tabela 25 observa-se que no exercício de 1983, 1 (uma) Fundação de Apoio se enquadra neste tipo de relação. No exercício de 1984 novamente 1 (uma) Fundação é identificada, enquanto em 1985 mais uma vez 1 (uma) delas conserva este tipo de relação.

A média relação é determinada por um volume de recursos não muito significativo, comparando-se ao tipo anterior, mas representativo quanto ao funcionamento da Fundação. No exercício de 1983, verifica-se que 4 (quatro) Fundações enquadram-se neste tipo de relação. Para os anos subsequentes, ou seja, 1984 e 1985 distingue-se, respectivamente, 4 (quatro) e 5 (cinco) Fundações apresentando média relação.

Já a baixa relação é entendida pelo pequeno ou quase nenhum volume significativo de recursos financeiros captados pelas Fundações de Apoio, diante daqueles auferidos pelas Universidades Federais correspondentes.

Observa-se que no exercício de 1983, 6 (seis) Fundações de Apoio são identificadas como de baixa relação, enquanto em 1984 este número sobe para 8 (oito) e, em 1985, são encontradas 7 (sete) Fundações com este tipo de relação. Estes dados inclusive evidenciam a instabilidade que as Fundações apresentaram, quanto à captação de recursos, algumas se enquadrando-dependendo do exercício considerado - em alta, média ou baixa relação.

Ao se somar os escores das Fundações com alta e média relação, verifica-se que estas se aproximam do total de Fundações identificadas como de baixa relação. Isto é, em 1983 existem 5 (cinco) Fundações de Apoio com alta e média relação para 6 (seis) Fundações de baixa relação; em 1984 verifica-se que, mais uma vez, 5 (cinco) Fundações de Apoio apresentam alta e média relação para 8 (oito) Fundações com baixa relação e, finalmente, em 1985 observa-se que para 6 (seis) Fundações de Apoio com alta e média relação existem 7 (sete) Fundações com baixa relação.

Faz-se necessário, porém, observar que os dados analisados neste item não consideraram os recursos transferidos indiretamente pelas Fundações às Universidades Federais. Conforme já anteriormente assinalado, tais recursos são difíceis de identificação, porém assumem valores elevados.

Considerando-se estes resultados constata-se que a baixa relação foi o tipo predominante ao se relacionar o volume global de recursos captados pelas Fundações de Apoio com aquele captado pelas Universidades Federais, em que pese a relevância dos valores totais registrados, no período considerado, pela alta e média relação.

Respondidas as questões de pesquisa, retoma-se o problema central que orientou esta pesquisa.

- Têm as Fundações de Apoio desempenhado a função de mecanismo captador de recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão das Universidades Federais brasileiras?

As conclusões aqui formuladas não remetem a generalizações sobre o desempenho das Fundações de Apoio como mecanismo alternativo de financiamento às atividades de pesquisa e extensão das Universidades Federais brasileiras, uma vez que algumas das Fundações envolvidas na pesquisa se abstiveram de informar os recursos por elas aplicados em ambas as funções. Contudo, este fato não impede que se trace uma tendência do desempenho das Fundações de Apoio quanto à aplicação dos seus recursos a partir dos dados obtidos neste estudo.

Na realidade, as Fundações de Apoio não têm como único objetivo a alcançar, a captação de recursos financeiros. Porém, dentre vários papéis a elas atribuídos, procurou-se analisar a eficácia destes órgãos na identificação e agilização de

recursos financeiros às Universidades Federais, uma das atribuições a eles confiados.

Em relação ao desempenho das Fundações de Apoio como mecanismo alternativo de financiamento às funções pesquisa e extensão das Universidades Federais, verifica-se que inúmeras delas assumem esta postura. Especificamente quanto às atividades de pesquisa, constata-se que é significativo o volume de recursos financeiros aplicados pelas Fundações de Apoio.

A representatividade do volume de recursos financeiros captados pelas Fundações de Apoio é diretamente proporcional à agilidade que estes instrumentos multifuncionais de recursos exibem ao viabilizarem financiamentos que vão implementar as funções universitárias. De acordo com o que foi anteriormente exposto, tal agilidade decorre das suas características de órgãos de natureza privada que provocam repercussões em sua estrutura administrativa e dinâmica operacional reconhecidamente eficientes, eficazes e flexíveis.

Por outro lado, de acordo com resultados da pesquisa, observa-se casos de pequenos aportes, e até mesmo de omissão, das Universidades Federais quanto à aplicação de recursos financeiros na função pesquisa, isto concorrendo para a maior importância das Fundações de Apoio que assumem, em grande escala, a responsabilidade praticamente exclusiva de atender esta função.

Quanto à (função) extensão, constata-se um menor número de Fundações analisadas aportando recursos financeiros nesta função. Em relação àquelas que alocam recursos em extensão, obser

vou-se situações extremas: ora baixo volume de aplicação de re cursos por algumas Fundações, ora volume significativo no aporte de verbas a esta função pelas demais.

Este trabalho aborda a extensão segundo conceituação expressa nos Artigos 1º e 2º da Resolução nº 44/CEPE/87/UFSC que dispõe:

"Art. 1º - A Extensão, entendida como uma das funções básicas da Universidade, é a interação sistematizada desta com a comunidade, através da mútua prestação de serviços, visando contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade e delas buscar conhecimento e experiências para a avaliação e vitalização do ensino e da pesquisa,

Art. 2º - São consideradas formas de Extensão: consultorias, assessorias, cursos, simpósios, conferências, seminários, debates, palestras, atividades assistenciais, artísticas, esportivas, culturais e outras atividades afins, realizadas interna ou externamente à Universidade, podendo ser remuneradas ou não".

De acordo com esta ótica pode-se concluir que atividades da função extensão certamente estão contidas em projetos de pesquisas desenvolvidos pelas Universidades e gerenciados pelas Fundações. Estes projetos geralmente são financiados e os recursos assegurados em Convênios, Acordos e Contratos. Assim a delimitação entre as funções pesquisa e extensão, quer por dificuldades conceituais ou operacionais certamente impossibilitaram uma maior identificação de aporte de verbas, especificamente na extensão, por parte de algumas Fundações.

Desta forma, conclui-se que é principalmente direcionada às atividades de pesquisa e extensão que as Fundações de Apoio tendem a se caracterizar como mecanismo captador de recursos financeiros às Universidades Federais.

Respondidos o problema central de pesquisa e as questões que a nortearam, pode-se inequivocamente afirmar que as Fundações de Apoio constituem uma das fontes alternativas de financiamento às Universidades Federais. É através da sua operacionalização que as funções ensino e extensão são viabilizadas principalmente em face das características destes mecanismos, operacionalmente flexíveis, capazes de constante aperfeiçoamento funcional e dotados de autonomia executiva que lhes possibilitam maior integração com a comunidade, governo e órgãos financiadores.

Finalmente também conclui-se que a importância destes organismos extrapola a questão do financiamento às Universidades, ao fortalecerem o espaço alternativo onde estas instituições de ensino superior podem exercitar sua autonomia.

No atual panorama educacional brasileiro este espaço alternativo só está assegurado na medida em que as Fundações de Apoio exercem sua função de interface entre Universidades e seu meio-ambiente.

5.2. RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Ao se concluir este estudo, verifica-se que alguns aspectos relacionados com o desempenho das Fundações de Apoio deixaram de ser abordados. Tais aspectos, identificados a seguir, estão a merecer análise sistemática e estudos mais aprofundados. Para facilitar esta identificação, os tópicos de pesquisas foram agrupados como se segue:

- Análise do desempenho das Fundações de Apoio vinculadas às demais Universidades Brasileiras. Existe a presença de Fundações de Apoio em Universidades Públicas - Estaduais e Municipais, em Universidades Particulares - inclusive Confessionais, bem como em Escolas Superiores Isoladas. Partindo-se do pressuposto que estas instituições enfrentam, tal como as Universidades Federais, sérios problemas financeiros, sugere-se pesquisar o comportamento das Fundações de Apoio vinculadas a estas instituições, observando sua atuação como mecanismo de captação de recursos e estabelecendo um paralelo com as Fundações de Apoio das Universidades Federais,

- Avaliação da aplicação dos recursos financeiros pelas Fundações de Apoio nas funções universitárias e por área de conhecimento. Análise do desempenho das Fundações de Apoio a partir da distribuição dos recursos captados, segundo as atividades da Universidade, localizando as áreas de conhecimento beneficiadas pela aplicação dos recursos financeiros.

- Relação entre custos decorrentes da operacionalização das Fundações de Apoio e recursos financeiros aplicados nas Universidades Federais. Conforme se observou, as Fundações de Apoio para serem plenamente operacionalizadas, utilizam diversos recursos das Universidades Federais, o que naturalmente envolve dispêndios. Sugere-se que em pesquisas posteriores verifique-se se os recursos das Universidades utilizados pelas Fundações são subsidiados por correspondente contrapartida destes órgãos, quer através de pagamento ou de prestação de serviços.

5.3. IMPLICAÇÕES PARA O FUNCIONAMENTO DAS FUNDAÇÕES DE APOIO.

É inegável que as Fundações de Apoio assumem hoje para as Universidades Federais, um papel de vital importância. Isto fica patenteado pela significativa participação deste órgãos no apoio e desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão universitárias.

Tais funções foram incorporadas formalmente às atribuições universitárias pela Reforma de 1968, sem que a esta tenham se seguido medidas que possibilitassem sua completa implementação.

Desta forma, as Universidades Federais permaneceram identificadas com seu objetivo tradicional de ensino, embora a pesquisa e extensão passassem a ser atendidas por estas insti

tuições como um suporte à atividade principal.

Ao serem atreladas às Universidades, as funções de pesquisa e extensão testemunharam ser estas, um dos poucos órgãos nacionais a ter condições de participar do desenvolvimento tecnológico do País, setor de suprema importância à sua independência, face à disponibilidade instrumental que apresentava e a presença em seus quadros de pessoal qualificado.

No entanto, a organização universitária, sua estrutura, funções e processos não acompanharam o ritmo que o desenvolvimento tecnológico nacional passou a exigir.

Para atender as necessidades reclamadas pelo meio-ambiente ao qual se insere, inclusive através de suas atividades de pesquisa e extensão, foi que as Universidades criaram suas Fundações de Apoio.

Observou-se neste estudo, contudo, que existem Fundações de Apoio cujos objetivos e desempenho comprometem sua identificação como verdadeiras Fundações de Universidades, pois seu funcionamento não apresenta resultados que provoquem repercussões no desenvolvimento ou atingimento das funções universitárias.

Embora se reconheça que a autonomia administrativa e financeira, somada à sua dinâmica empresarial, se constituem em características imprescindíveis do funcionamento das Fundações conferindo-lhes agilidade e flexibilidade, por outro lado não se admite a total independência destes órgãos dos objetivos das Universidades. As Fundações de Apoio só têm razão de existir como tal, na medida em que conjuguem esforços para atender aos objeti

vos fins das Universidades a que se vinculam.

Diante de situações desta natureza, detectadas em algumas Fundações de Apoio em funcionamento, propõe-se inicialmente a retomada, por parte do Governo, do estudo das propostas apresentadas pelo Grupo de Trabalho em forma de "Normas de Gestão Administrativa para as Fundações de Universidades Jurisdicionadas ao Ministério da Educação e Cultura". Concomitantemente, sugere-se a instalação de uma Associação Nacional de Fundações que adote como primeira providência a fixação de critérios que delimitem as características básicas de uma Fundação de Apoio. Não se pode olvidar que foi a inexistência de requisitos estabelecendo o perfil de Fundações de Apoio que possibilitou o surgimento de inúmeros órgãos com características e objetivos distintos, embora adotando a mesma terminologia de Fundações.

Decorre assim a necessidade de se estipular critérios que possibilitem o enquadramento das Fundações e daí possa se identificar aquelas que realmente têm seu funcionamento direcionado aos objetivos fins das Universidades.

Para se proceder este enquadramento, há que anteriormente se promover um levantamento das Fundações de Apoio que estão operando e sua classificação de acordo com os critérios estabelecidos. Isto requer estudo detalhado de cada Fundação, onde devem ser observadas todas as particularidades e características do órgão. Embora se respeitando a autonomia administrativa e financeira destas Fundações, é imprescindível sua vinculação aos interesses das Universidades.

A partir do estudo pormenorizado das Fundações, é possível então se diagnosticar aquelas que atuam como órgãos de apoio ao atingimento dos objetivos fins das Universidades. Às demais, sugere-se estimulá-las a assumir os procedimentos que permitam identificá-las como verdadeiras Fundações de Apoio. Tais estímulos devem ser conduzidos por lideranças capazes de sensibilizá-las a adotarem, a par dos seus objetivos específicos, aqueles de caráter geral e que caracterizam as Fundações de Apoio. A estas lideranças também competirá fiscalizar a adoção e implementação destes objetivos assumidos.

Entretanto, àquelas Fundações refratárias e onde se diagnostique total ausência de intenção em rever seu funcionamento e adequá-lo ao atendimento dos objetivos precípuos das Universidades, propõe-se sua desativação pelo menos no que diz respeito à participação das Universidades em sua operacionalização. Assim os diversos recursos das Universidades utilizados pelas Fundações seriam a elas devolvidos e, conseqüentemente, estas Fundações de Apoio deixariam de desempenhar este papel perante a comunidade universitária, agências financiadoras e órgãos do governo. Concomitantemente, se oportunizaria o surgimento de uma verdadeira Fundação de Apoio, inclusive destinando a esta, os recursos utilizados pelo órgão desativado.

Com este posicionamento, reconhece-se a dependência das Universidades Federais em relação às Fundações de Apoio, até porque as mesmas circunstâncias que provocaram o seu surgimento ainda não vigentes. Isto é, as Universidades permanecem se debatendo entre sua estrutura, métodos e processos tradicionais, bu

rocratizantes e ineficientes, e os reclamos e atribuições impostos por um meio-ambiente dinâmico.

Se as condições atuais vivenciadas pelas Universidades Federais não forem revertidas, se um projeto ou modelo alternativo de Universidade brasileira não for proposto, é impossível se ignorar a importância que as Fundações têm para com as Universidades e a sociedade.

Entretanto, se um novo modelo de atuação para as Universidades for adotado, de tal forma que as autonomias administrativa e financeira possam ser verdadeiramente exercitadas e, concomitantemente, forem redefinidos métodos e processos que imprimam agilidade, flexibilidade e por conseguinte dinâmica necessária ao atendimento das funções pesquisa e extensão, entende-se como salutares e legítimos o comprometimento e a viabilização destas funções pelas Universidades.

Contudo, a grande experiência vivenciada pelas Fundações de Apoio como inter-locutores entre Universidades e seu meio-ambiente e como agentes de captação e gerenciamento de recursos às funções de pesquisa e extensão, as tornam agentes virtuais para desenvolverem uma fase ou etapa mais avançada na relação Universidade e comunidade. Atuando no processo de transferência de conhecimentos e resultados de inovações tecnológicas frutos de pesquisas desenvolvidas nas Universidades, as Fundações de Apoio podem operacionalizar um modelo já adotado em instituições de ensino superior de países desenvolvidos, e que, face a sua aprovação, deve ser adotado nas Universidades brasileiras.

A viabilidade ou importância das Fundações de Apoio se evidencia na presteza e dinamicidade que impõem às funções pesquisa e extensão, atividades que, se operacionalizadas exclusivamente pela atual estrutura organizacional das Universidades, regidas que são por procedimentos de natureza pública, estariam sujeitas a uma estagnação.

As Fundações de Apoio atuando diretamente nas funções pesquisa e extensão, seja na captação de recursos para implementá-las seja no seu gerenciamento, inevitavelmente provoca consequências benéficas na qualidade do ensino universitário. Além do mais, possibilitando o desenvolvimento destas atividades na instituição, oportuniza a permanência de cientistas e pesquisadores no meio acadêmico e que, diante da impossibilidade de desenvolverem tais funções, certamente não permaneceriam nas Universidades.

Recentemente, a comunidade acadêmica foi surpreendida pela publicação do Decreto nº 95.904, de 07/04/88, da Presidência da República, que inviabiliza o funcionamento das Fundações de Apoio. Segundo teor do citado Decreto, a Administração Federal está impedida de manter convênios com pessoas jurídicas criadas junto a seus órgãos ou entidades - o que ocorre com estas Fundações - assim como proíbe a participação de funcionários federais - professores e pesquisadores, por exemplo - em órgãos de direção, fiscalização ou execução destas pessoas jurídicas.

Entretanto, o principal impacto causado pela publicação deste Decreto, localiza-se nas funções pesquisa e extensão, que diante do impedimento de atuação das Fundações de Apoio, te

rão suas atividades desaquecidas ou mesmo encerradas, uma vez que estas funções são quase que totalmente desenvolvidas pelas Fundações.

Além do mais, não foram criadas soluções alternativas para compensar a ação de desserviço caracterizada no referido documento legal. Persistindo este como publicado, os grandes prejudicados serão as Universidades, seus professores e pesquisadores, estudantes, comunidade em geral, agências de fomento, e consequentemente o próprio País, pois a desativação de um volume significativo de pesquisas nas Universidades fatalmente repercutirá no desenvolvimento da ciência e tecnologia e, em decorrência, na independência brasileira nesta área.

Finalizando, cumpre ressaltar que esta opção será um ônus muito alto a ser pago por uma Nação ainda tão incipiente na criação e aplicação de conhecimentos.

A N E X O S

ANEXO I

S I G L A S

- 01) FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos.
- 02) INAMPS - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.
- 03) FINEP - Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica.
- 04) MEC - Ministério da Educação.
- 05) CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- 06) EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações.
- 07) IBM - International Business Machines.
- 08) CEME - Central de Medicamentos.
- 09) BNB - Banco do Nordeste do Brasil.
- 10) EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos.
- 11) OMS - Organização Mundial da Saúde.
- 12) SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.
- 13) CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- 14) CONDER - Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo.
- 15) SEE/MG - Secretaria Estadual de Educação.
- 16) STI/MIC - Secretaria de Tecnologia Industrial.
- 17) SEPLAN/MG - Secretaria Estadual de Planejamento.
- 18) CIRM - Centro Internacional Radiomédico.
- 19) INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

A N E X O I I

**NORMAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
PARA AS FUNDAÇÕES DE UNIVERSIDADES
JURISDICIONADAS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA**

Projeto elaborado pelo Grupo de Trabalho
constituído pela Portaria SE-CISET- SESu/
MEC - nº 009, de 29.11.84.

S U M Á R I O

01. OBJETIVOS
02. ORGANIZAÇÃO INTERNA
03. RELACIONAMENTO FUNDAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR
04. ORÇAMENTO
05. FINANÇAS
06. CONTABILIDADE
07. PESSOAL
08. SERVIÇOS GERAIS

01. OBJETIVOS

1.1. As Fundações alcançarão seus objetivos gerais e específicos diretamente ou através de convênios, acordos e contratos com os órgãos governamentais, entidades congêneres ou educacionais e instituições privadas, devendo ainda manter permanente e ativo intercâmbio de experiência no país e no exterior.

1.2. Constituem objetivos gerais das Fundações:

a) prestar apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão das instituições de ensino superior (IES);

b) prestar serviço técnico, científico e administrativo às IES e à comunidade;

c) viabilizar recursos técnicos, gerenciais e financeiros para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão das IES;

d) exercer outras atividades que signifiquem apoio ao desenvolvimento técnico, científico e cultural.

1.3. Poderão as Fundações elaborar objetivos específicos que atendam às suas peculiaridades, observando sempre os objetivos gerais.

1.4. Entre os objetivos específicos poderão consignar o gerenciamento de programas e projetos de produção e de comercialização de interesse das IES.

02. ORGANIZAÇÃO INTERNA

- 2.1. A organização interna das Fundações deverá se processar em estrito respeito ao princípio da sua autonomia administrativa e financeira.
- 2.2. Sua estrutura conterà pelo menos os seguintes órgãos de administração e de deliberação:
- a) Órgão de administração superior, com caráter deliberativo, consultivo e de direção superior;
 - b) Órgãos de direção executiva, responsável pela gerência das atividades; e
 - c) Conselho Curador, responsável pela fiscalização da gestão administrativa.
- 2.3. A denominação, exceto do Conselho Curador, o funcionamento e a composição desses órgãos, observarão as peculiaridades de cada fundação.
- 2.4. O órgão de administração superior e o Conselho Curador incluirão em sua composição, na medida do possível, representante das instituições, dos mantenedores e da comunidade universitária.
- 2.5. Do Conselho Curador poderá, ainda, fazer parte um representante indicado pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA.

03. RELACIONAMENTO FUNDAÇÕES E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

3.1. O relacionamento das Fundações com as IES desenvolver-se-á com a observância dos seguintes pressupostos:

- a) formalidade;
- b) integração.

3.2. Nenhum ato jurídico que implicar a utilização de pessoal, bens, material ou equipamentos das IES poderá ser praticado sem estar devidamente formalizado, entendendo-se por essa expressão, não só assinatura de instrumento jurídico pertinente, mas sua aprovação pelos órgãos competentes, sua publicidade e demais procedimentos cabíveis. A realização de licitação para a prática desse ato jurídico é dispensável nos termos do § 2, Art. 126, do DL. 200/67.

3.3. A integração deve ocorrer pelo menos através de:

- a) criação de mecanismos permanentes que permitam aos órgãos fundacionais desenvolverem sua ação em consonância com as normas e diretrizes estabelecidas para o cumprimento dos objetivos das IES, evitando-se a superposição de tarefas e instrumentos, sem excluir as necessárias independência e flexibilidade daqueles órgãos;
- b) admissão nos órgãos de administração e de deliberação superior das Fundações de representantes das IES;

- c) regulamentação da utilização de material, equipamento e espaço físico, estabelecendo critérios para essa utilização dentre os quais a forma de manutenção e conservação desses bens;
- d) regulamentação da cessão de pessoal docente e técnico-administrativo das IES, mediante a definição de critérios que incluam a autorização dos órgãos das IES aos quais esse pessoal esteja subordinado;
- e) regulamentação das relações contratuais entre as Fundações e as IES, de sorte a assegurar sua comutatividade, especialmente quanto à remuneração dos serviços prestados e à utilização dos recursos humanos e materiais;
- f) definição do fluxo de tramitação dos projetos de pesquisa e extensão com o respectivo processo decisório;
- g) apoio aos programas e projetos de pesquisa e extensão das IES, através de alocação ou captação de recursos e seu gerenciamento;
- h) gestão de programas e projetos de produção e comercialização, de patentes e transferência de tecnologia de interesse das IES; e
- i) gerenciamento de serviços técnico-administrativos de interesse das IES, objetivando a redução dos seus custos e maior produtividade.

04. ORÇAMENTO

- 4.1. A gestão financeira das Fundações será fundamentada em orçamento anual que consigne a previsão das receitas e a fixação das despesas e dos investimentos, devidamente aprovado pelo seu órgão de administração superior, até 30 dias antes do início do exercício financeiro.
- 4.2. Este orçamento deverá expressar financeiramente seu plano geral de ação e seu programa de trabalho e possibilitar o controle da execução de suas atividades, de acordo com o Plano de Contas adotado.
- 4.3. Periodicamente serão submetidos à apreciação do órgão de administração superior das Fundações, relatórios de acompanhamento de desempenho orçamentário, bem como eventuais proposições de reformulação do orçamento.

05. FINANÇAS

- 5.1. Os recursos financeiros serão recebidos através da rede bancária ou via Tesouraria, em espécie ou mediante cheque nominativo à Fundação.
- 5.2. Os recursos arrecadados através da Tesouraria serão depositados em conta bancária, até o primeiro dia útil subsequente, salvo casos excepcionais devidamente nor

matizados pelo órgão de administração superior.

5.3. As contas bancárias da Fundação, sempre que possível, serão abertas em bancos oficiais. Essas contas por sua natureza e finalidade distinguem-se em:

a) contas movimento, em nome da Fundação;

b) contas vinculadas, com a denominação da Fundação, seguida da discriminação do convênio ou projeto.

5.4. A movimentação das contas bancárias exigirá a assinatura de duas pessoas devidamente autorizadas.

5.5. A todo pagamento deverá corresponder comprovante hábil que certifique a realização do dispêndio e confira condições de ser aceito e contabilizado.

5.6. Os pagamentos serão realizados mediante cheques nominativos aos respectivos favorecidos ou a Bancos, caso em que deverá ser declarado, no verso, o fim a que se destinam.

5.7. A concessão de adiantamentos para a realização de despesas e investimentos à conta de recursos próprios ou de convênios, contratos e acordos, será feita na forma das normas estabelecidas pelo órgão de administração superior, as quais deverão conter obrigatoriamente:

a) critérios que resguardem a aplicação, conforme o objetivo do adiantamento;

b) limites dos valores de concessão;

c) prazos e condições de aplicação dos recursos;

- d) prazos e critérios de prestação de contas; e
- e) penalidades pelo descumprimento.

- 5.8. Nas despesas e nos investimentos realizados através de adiantamentos, serão observados rigorosamente os limites de licitação fixados para as compras, obras e serviços.
- 5.9. Para fins de controle e contabilização, os comprovantes dos recebimentos e pagamentos serão consignados em Boletins de Caixa e Extra-Caixa.

06. CONTABILIDADE

6.1. Plano de Contas.

- 6.1.1. O registro contábil das atividades das Fundações obedecerá ao Plano de Contas devidamente aprovado por seu órgão de administração superior, após parecer do Conselho Curador.
- 6.1.2. O Plano de Contas adotará a estrutura básica e os procedimentos definidos pela Lei nº 6.404/76, ajustados aos objetivos específicos e às peculiaridades operacionais das Fundações.

6.2. Contabilização

6.2.1. As Fundações expedirão instruções definindo os requisitos intrínsecos e formais a serem observados no preparo e apresentação da documentação de natureza contábil.

6.2.2. A documentação financeira será remetida à contabilidade, acompanhada de boletins próprios, para fins de controle e verificação.

6.2.3. Após a conferência, a documentação recebida será numerada, observando a ordem cronológica, e classificada segundo a sua natureza, para fins de registro contábil.

6.2.4. Os convênios, contratos e acordos serão registrados analítica e individualmente na contabilidade. Estes instrumentos serão também objeto de controle e prestação de contas, de conformidade com normas específicas.

6.3. Arquivamento dos Comprovantes.

6.3.1. Os comprovantes contábeis serão mantidos em pastas próprias por ordem de numeração, pelos prazos previstos na legislação vigente.

6.3.2. Os documentos contábeis permanecerão sob a guarda e responsabilidade da contabilidade.

6.4. Demonstrativos Contábeis

6.4.1. Para o acompanhamento da situação econômico-financeira, deverão ser apresentados ao órgão de administração

ção superior, com parecer do Conselho Curador, balances periódicos e demonstrativos analíticos pertinentes.

- 6.4.2. Deverá ser apresentado ao órgão de administração superior até 90 dias após o encerramento do exercício financeiro com o competente parecer do Conselho Curador, o Balanço Geral da entidade, compreendendo, no mínimo, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e a Demonstração dos Resultados do Exercício.

07. PESSOAL

- 7.1. As Fundações deverão manter Tabela de Empregos e Salários devidamente aprovados pelo seu órgão de administração superior.
- 7.2. As diárias, ajudas de custo e quaisquer vantagens serão objeto de normas próprias, aprovadas pelo órgão de administração superior, as quais estabelecerão os critérios e condições de concessão e os respectivos valores.

08. SERVIÇOS GERAIS

8.1. Compras, Obras, Serviços e Alienações

8.1.1. As compras, obras, serviços e alienações efetuar-se-ão em obediência aos ditames básicos da competição licitatória, especialmente no que diz respeito aos princípios da isonomia e da moralidade administrativa, substanciados em normas compatíveis com as peculiaridades e objetivos de cada Fundação, aprovados pelo órgão de administração superior.

8.1.2. Essas normas de licitação deverão contar, dentre outros, os seguintes requisitos.

- a) modalidades licitatórias, com respectivos valores limites;
- b) publicidade;
- c) processo e forma de julgamento;
- d) forma de contratação; e
- e) casos de dispensa de licitação.

8.2. Administração de Material

8.2.1. O recebimento, guarda, distribuição e utilização de materiais serão objeto de normas próprias aprovadas pelo órgão de administração superior.

8.2.2. As normas a que se refere o item anterior estabelece
rão os mecanismos de controle físico-financeiro e de
finirão as responsabilidades funcionais, com o objeu
tivo de resguardar a integridade daqueles bens e de
possibilitar o fornecimento de informações gerenciais
contábeis.

A N E X O III

Florianópolis, 28 de maio de 1987.

Prezado Senhor,

Estou me dirigindo a V.Sa. na condição de aluna do Curso de Mestrado em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Atualmente elaboro minha dissertação de Mestrado, cujo objetivo é analisar o papel das Fundações de Apoio como um dos mecanismos alternativos de financiamento das Universidades Federais.

Como é do conhecimento de V.Sa., poucos trabalhos acadêmicos, num nível de investigação mais profunda, têm sido produzidos sobre estes organismos de apoio às Universidades. Resulta daí uma crescente necessidade de se preencher esta coluna através da produção científica nesta área.

A fim de poder desenvolver meu trabalho, necessitarei contar com a indispensável colaboração das várias Fundações de Apoio atualmente em funcionamento no Brasil e vinculadas às Universidades Federais. Para tanto enviaria, oportunamente, questionário a ser preenchido por essa Fundação quando buscar-se-ia verificar, dentre outros aspectos, as fontes de captação e formas de aplicação dos recursos obtidos no período 1983-1985.

Com o objetivo de sensibilizar e, finalmente, obter a concordância dessa Fundação em participar deste estudo, solicitaria a V.Sa. o preenchimento da parte picotada abaixo e sua posterior devolução à signatária desta. Para facilitar este trabalho, encaminho, em anexo, envelope selado.

Esperando poder contar com a colaboração dessa Fundação, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Mestranda Maria Elizabeth Batista Pimenta

Curso de Pós-Graduação em Administração
Centro Sócio-Econômico
Universidade Federal de Santa Catarina
88.049 - Florianópolis - SC

.....
NOME DA FUNDAÇÃO :
.....
ENDEREÇO:
.....
TELEFONE (S):
TELEX :
NOME DO DIRIGENTE:
.....

A N E X O I V

Florianópolis, 28 de maio de 1987.

Prezado Senhor,

Estou me dirigindo a V.Sa. na condição de aluna do Curso de Mestrado em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina.

Atualmente elaboro minha dissertação de Mestrado, cujo objetivo é analisar o papel das Fundações de Apoio como um dos mecanismos alternativos de financiamento das Universidades Federais.

A fim de testar o questionário a ser aplicado às Fundações de Apoio, selecionei algumas delas objetivando o aperfeiçoamento do instrumento.

Desta forma, gostaria de contar com a colaboração dessa Fundação ao responder o questionário anexo, complementando com observações e comentários que V.Sa. julgar necessários.

Agradecendo desde já a colaboração que V.Sa. venha a dispensar a este trabalho subscrevo-me:

Atenciosamente,

Mestranda Maria Elizabeth Batista Pimenta

Curso de Pós-Graduação em Administração
Centro Sócio-Econômico
Universidade Federal de Santa Catarina
88.049 - Florianópolis - SC.

A N E X O V

Florianópolis, 20 de outubro de 1987.

Prezado Senhor,

Tendo em vista a concordância desse órgão em participar da pesquisa que ora desenvolvo e que tem como objetivo analisar o papel das Fundações de Apoio como mecanismo alternativo de financiamento às Universidades Federais, no período 1983/85, estou enviando, em anexo, questionário a ser preenchido por essa Fundação.

Em razão de haver um cronograma a ser cumprido na referente pesquisa, solicitaria a V.Sa. a fineza de devolver o instrumento em tempo hábil, ou seja, até o dia 17 de novembro do corrente ano.

Agradecendo desde já a colaboração que V.Sa. venha a dispensar ao presente, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Mestranda Maria Elizabeth Batista Pimenta
Curso de Pós-Graduação em Administração
Universidade Federal de Santa Catarina

Obs.: Diante de alguma dúvida com relação ao preenchimento do questionário, coloco-me à disposição de V.Sa. para esclarecimentos através de contato telefônico (a cobrar).

Número: (0482) 33-7932

A N E X O VI

FUNDAÇÕES DE APOIO COMO MECANISMO
DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS

I - IDENTIFICAÇÃO

1.1. DA FUNDAÇÃO

- 1.1.1. Denominação:
-
- 1.1.2. Data de criação:
- 1.1.3. Universidade Federal a que está vinculada:
-

1.2. DO DIRIGENTE: (responsável pelas informações)

- 1.2.1. Nome:
- 1.2.2. Sexo: () Masculino () Feminino
- 1.2.3. Cargo que ocupa:
- 1.2.3. Tempo de serviço no cargo:
- 1.2.5. Já ocupou cargo de Direção anteriormente?
- () Sim () Não
- 1.2.6. Formação Profissional:
- 1.2.7. Titulação:
- () Graduação
- () Aperfeiçoamento/Especialização
- () Mestrado
- () Doutorado
- () Pós-Doutorado
- 1.2.8. Área de concentração (se houver Pós-Graduação):
-

II - OBJETIVOS DA FUNDAÇÃO

2.1. Indique, segundo ordem de prioridade, os motivos que concorreram para a criação da Fundação:

OBS: O nº 1 indica o motivo mais importante, o nº 2 indica o segundo motivo mais importante e, assim, sucessivamente.

A - () Necessidade da Universidade para atender com maior agilidade e de forma racional seus objetivos de ensino, pesquisa e extensão;

B - () Necessidade de maior articulação entre a Universidade e as agências de financiamento técnico, científico e cultural do país;

C - () Viabilização de um maior entrosamento entre a Universidade, Setor Produtivo e Órgãos Governamentais na geração, desenvolvimento e transferência de conhecimentos técnicos e científicos;

D - () Necessidade de maior integração entre a Universidade e a comunidade;

E - () Outros; Especificar.

.....

2.2. Identifique os instituidores da Fundação:

A - () Universidade Federal;

B - () Professores;

C - () Empresa Privada;

D - () Outros; Especificar.

.....

.....

.....

.....

.....

2.3. Aponte, em percentuais, a participação de cada instituidor na formação do patrimônio da Fundação:

.....

.....

.....

.....

.....

2.4. Quais foram os objetivos da Fundação, no período 1983/1985? Indique-os, segundo ordem de prioridade:

OBS.: O nº 1 indica o objetivo mais importante, o nº 2 indica o segundo objetivo mais importante e assim sucessivamente.

A - () Apoiar as atividades de pesquisa e extensão, através da prestação de serviço técnico, científico e administrativo à Universidade;

B - () Viabilizar recursos financeiros para atender o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de extensão da Universidade;

C - () Atuar como instrumento de gestão de pesquisa e extensão da Universidade;

D - () Outros; Especificar.

.....

2.5. A priorização dos objetivos da Fundação, no período 1983/1985, foi determinada por:

OBS.: Pode ser assinalada mais de uma alternativa

A - () Instituidores;

B - () Universidade que a Fundação está vinculada;

C - () Direção da Fundação;

D - () Agentes Financeiros;

E - () Outros; Especificar.

.....

III - O FUNCIONAMENTO DA FUNDAÇÃO

3.1. A Fundação vem adotando estilo de gerenciamento:

OBS.: Assinalar apenas uma alternativa.

- A - () Voltado ao desenvolvimento da pesquisa e exten
são no âmbito da Universidade, com complementar
atividade de prestação de serviço;
- B - () Voltado ao cumprimento de objetivos empresa
riais-produtivos, realizando complementarmente
atividades de pesquisa e extensão;
- C - () Voltado exclusivamente para o desenvolvimento
das atividades de pesquisa da Universidade;
- D - () Voltado exclusivamente para o atendimento de
atividades de extensão da Universidade;
- E - () Voltado exclusivamente para a operacionalização
das atividades de prestação de serviços;
- F - () Outros; Especificar.

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

3.2. Que recursos da Universidade a que está vinculada, uti
lizou-se a Fundação?

OBS.: Pode ser assinalada mais de uma alternativa.

RECURSOS HUMANOS

A - () Professores/Pesquisadores;

B - () Pessoal Técnico;

C - () Pessoal Administrativo;

D - () Outros; Especificar.

.....
.....
.....

RECURSOS FÍSICOS E INSTALAÇÕES

E - () Prédios;

F - () Laboratórios;

G - () Salas de Aula;

H - () Outros; Especificar.

.....
.....
.....

RECURSOS MATERIAIS

I - () Máquinas de escritório;

J - () Material de expediente;

L - () Material de Limpeza;

M - () Outros; Especificar.

.....
.....
.....

EQUIPAMENTOS

- N - () Veículos;
- O - () Computadores;
- P - () Outros; Especificar.

.....

.....

.....

3.3. Caracterização do uso de recursos da Universidade pela Fundação:

OBS.: Pode ser assinalada mais de uma alternativa

RECURSOS HUMANOS

- A - () Pessoal posto à disposição, com ônus para a Universidade e complementação salarial da Fundação;
- B - () Pessoal posto à disposição, sem ônus para a Universidade e pago pela Fundação;
- C - () Pessoal posto à disposição, com ônus para a Universidade e sem complementação salarial;
- D - () Outros; Especificar.

.....

.....

.....

RECURSOS FÍSICOS E INSTALAÇÕES

- E - () Aluguel dos prédios;
- F - () Utilização das edificações sem encargos para a Fundação;

G - () Pagamento à Universidade pela utilização dos prédios e instalações, através da prestação de serviços;

H - () Outros; Especificar.

.....
.....
.....

EQUIPAMENTOS E RECURSOS MATERIAIS

I - () Aluguel de equipamentos;

J - () Transferência dos bens para patrimônio da Fundação;

L - () Remuneração pelo uso dos recursos materiais através da prestação de serviços;

M - () Outros; Especificar.

.....
.....
.....

3.4. A integração da Fundação com a Universidade tem se efetuado através da:

OBS.: Pode ser assinalada mais de uma alternativa

A - () Participação de representantes da Universidade em órgãos de direção da Fundação;

A - () Aprovação pelos Departamentos da Universidade das pesquisas gerenciadas pela Fundação;

C - () Formalização do uso de qualquer tipo de recurso da Universidade pela Fundação;

D - () Indicação de Dirigente da Fundação pelo Reitor;

E - () Outra; Especificar.

.....
.....
.....

IV - A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

4.01. As fontes de recursos utilizadas pelas Fundações, no período 1983/1985, caracterizaram-se como:

A - () Recursos Próprios; (recursos gerados pela aplicação do patrimônio próprio. Ex.: taxa de administração, aluguel e outros);

B - () Recursos Transferidos;

C - () Recursos Subvencionados;

D - () Outras; Especificar.

.....
.....
.....

4.02. Os mecanismos acionados pela Fundação para viabilizar a(s) referida (s) fonte (s) de recursos foram:

A - () Convênios;

B - () Contratos;

C - () Acordos;

D - () Taxa de Administração;

E - () Arrendamento de Terrenos;

F - () Aluguel de Imóveis;

- G - () Aplicação em Investimentos de Capital;
- H - () Exploração em empreendimentos Industriais;
- I - () Exploração em empreendimentos agrícolas;
- J - () Exploração em empreendimentos comerciais;
- L - () Exploração em empreendimentos turísticos;
- M - () Prestação de Serviços de Computação;
- N - () Prestação de Serviços de Limpeza e Vigilância;
- O - () Prestação de Serviços de Consultoria;
- P - () Subvenção Social;
- Q - () Subvenção Educacional;
- R - () Doações e Legados;
- S - () Transferência da União;
- T - () Transferência de Estados;
- U - () Transferência de Municípios;
- V - () Outros; Especificar.
-
-

4.03. Dos mecanismos assinalados no item 4.02 indique os principais utilizados pela Fundação para captar recursos, no período 1983/85, e os seus respectivos valores, em milhares de cruzeiros.

Em Cr\$ 1.000,00

M E C A N I S M O S	1983	1984	1985
1.
2.
3.
4.
5.

4.04. Segundo sua eficácia, identifique as ações empreendidas pela Fundação junto aos órgãos financiadores, objetivando a captação de recursos:

OBS.: O nº 1 indica o tipo de ação mais eficaz, o nº 2 indica o segundo tipo de ação mais eficaz e assim sucessivamente.

A - () Acompanhamento pessoal;

B - () Lobby;

C - () Acompanhamento através de representação;

D - () Telefonemas;

E - () Outras; Especificar.

.....

4.05. Das alternativas acima, indique a ação mais utilizada:

.....

4.06. Identifique os principais órgãos financiadores acionados pela Fundação e os valores (Cr\$ 1.000,00) junto a eles captados, no período 1983/85.

Em Cr\$ 1.000,00

ÓRGÃOS FINANCIADORES	1983	1984	1985
1.
2.
3.
4.
5.

4.07. Especifique a quantidade de projetos elaborados e de projetos aprovados da Fundação, no período 1983/85:

A N O S	Nº DE PROJETOS	
	ELABORADOS	APROVADOS
1983
1984
1985

4.08. De acordo com as fontes de recursos utilizadas pela Fundação, especifique (Cr\$ 1.000,00) o valor total aplicado nos anos de 1983, 1984 e 1985, na função ENSINO:

APLICAÇÃO DOS RECURSOS, SEGUNDO AS FONTES, NA FUNÇÃO ENSINO - 1983/85.

Fontes de Recursos	Em Cr\$ 1.000,00		
	E N S I N O		
	1983	1984	1985
. Recursos Próprios			
. Recursos Transferidos			
. Recursos Subvencionados			
. Outros			

4.09. De acordo com as fontes de recursos utilizadas pela Fundação, especifique (Cr\$ 1.000,00) o valor total aplicado nos anos de 1983, 1984 e 1985, na função PESQUISA:

APLICAÇÃO DOS RECURSOS, SEGUNDO AS FONTES, NA FUNÇÃO PESQUISA - 1983/85.

Em Cr\$ 1.000,00

Fontes de Recursos	P E S Q U I S A		
	1983	1984	1985
. Recursos Próprios			
. Recursos Transferidos			
. Recursos Subvencionados			
. Outros			

4.10. De acordo com as fontes de recursos utilizadas pela Fundação, especifique (Cr\$ 1.000,00) o valor total aplicado nos anos de 1983, 1984 e 1985, na função EXTENSÃO:

APLICAÇÃO DOS RECURSOS, SEGUNDO AS FONTES, NA FUNÇÃO EXTENSÃO - 1983/85

Em Cr\$ 1.000,00

Fontes de Recursos	E X T E N S Ã O		
	1983	1984	1985
. Recursos Próprios			
. Recursos Transferidos			
. Recursos Subvencionados			
. Outros			

4.11. De acordo com as fontes de recursos utilizadas pela Fundação especifique (Cr\$ 1.000,00) o valor total aplicado nos anos 1983, 1984 e 1985, na ADMINISTRAÇÃO:

APLICAÇÃO DOS RECURSOS, SEGUNDO AS FONTES, NA ADMINISTRAÇÃO - 1983/85.

Em Cr\$ 1.000,00

Aplicação dos Recursos Fontes de Recursos	A D M I N I S T R A Ç Ã O		
	1983	1984	1985
. Recursos Próprios			
. Recursos Transferidos			
. Recursos Subvencionados			
. Outros			

4.12. Registre, de acordo com a área de conhecimento, em ordem cronológica, os valores aplicados (Cr\$ 1.000,00) em ENSINO:

RECURSOS APLICADOS EM ENSINO POR ÁREA DE CONHECIMENTO - 1983/1985.

Em Cr\$ 1.000,00

Aplicação dos Recursos Área de Conhecimento	E N S I N O		
	1983	1984	1985
. Ciências Humanas e Sociais			
. Ciências Físicas e Matemáticas			
. Ciências Biológicas e da Saúde			

4.13. Registre, de acordo com a área de conhecimento, em ordem cronológica, os valores aplicados (Cr\$ 1.000,00) em PESQUISA:

RECURSOS APLICADOS EM PESQUISA POR ÁREA DE CONHECIMENTO
- 1983/1985.

Aplicação dos Recursos Área de Conhecimento		Em Cr\$ 1.000,00		
		P E S Q U I S A		
		1983	1984	1985
. Ciências Humanas e Sociais				
. Ciências Físicas e Matemáticas				
. Ciências Biológicas e da Saúde				

4.14. Registre de acordo com a área de conhecimento, em ordem cronológica, os valores aplicados (Cr\$ 1.000,00) em EXTENSÃO:

RECURSOS APLICADOS EM EXTENSÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO
- 1983/1985.

Aplicação dos Recursos Área de Conhecimento		Em Cr\$ 1.000,00		
		E X T E N S Ã O		
		1983	1984	1985
. Ciências Humanas e Sociais				
. Ciências Físicas e Matemáticas				
. Ciências Biológicas e da Saúde				

4.15. Indique, segundo ordem cronológica, a aplicação realizada na ADMINISTRAÇÃO:

RECURSOS APLICADOS NA ADMINISTRAÇÃO - 1983/1985.

Em Cr\$ 1.000,00

Aplicação de Recursos	A D M I N I S T R A Ç Ã O		
	1983	1984	1985
Especificação . Pessoal . Serviços . Material de Consumo . Material Permanente . Equipamento . Prédios/Instalações			

V - OBSERVAÇÕES QUE JULGAR NECESSÁRIAS:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . AMERICANO, Jorge. Autonomia Universitária. In: Estudos e Debates, Brasília, (3):13-21, jun.1980. (2.ed.p.23-33, jan. 1987).
- . ASSOCIAÇÃO Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES). A questão das verbas e o financiamento da universidade. 1º Seminário Nacional sobre Financiamento da Universidade. Juiz de Fora, 1987.
- . —————. Boletim da ANDES, Encarte Especial
- . ASSOCIAÇÃO dos Professores da Universidade Federal do Paraná. (APUFPr). A fundação em questão. Curitiba, 1987. 37p. (mimeo).
- . ATAS dos 1º, 2º, 3º e 4º Encontros do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 09/84 - SG/CISET/SESu/MEC, realizado em Brasília, de 12 a 14 de dezembro de 1984; Rio de Janeiro, de 09 a 11 de janeiro de 1985; Florianópolis, de 23 a 25 de janeiro de 1985; Brasília, de 27 de fevereiro a 01 de março de 1985, respectivamente.
- . BLAU, Peter & SCOTT, W. Richard. Organizações formais; uma abordagem comparativa. São Paulo, Atlas, 1970.
- . BRAGA, Ronald. O ensino superior no Brasil: presente e futuro. In: Estudos e Debates, Brasília, (2):12-37, jan. 1979.
- . BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Consultoria Jurídica. Parecer nº 06/85. Consulta sobre a participação de instituições de ensino superior jurisdicionadas ao MEC na condição de instituidores ou instituídas na criação de Fundações. Brasília, 1985.
- . —————. Ministério da Educação. Consultoria Jurídica. Parecer nº 45/86. Organização básica da Administração Federal e as Entidades Educacionais. Brasília, 1986.
- . —————. Consultoria Jurídica. Parecer nº 57/86. Fundações instituídas ou co-instituídas pelas Instituições de Ensino Superior. Brasília, 1986.
- . BRUYNE, Paul de. Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

- . CASTRO, Cláudio de. A prática da pesquisa. São Paulo, Mc-Graw-Hill do Brasil, 1978.
- . ————. Ciência e universidade. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.
- . COELHO, Edmundo C. Ensino e Pesquisa; um casamento (ainda) possível. In: Schwartzman et alii. Pesquisa universitária em questão. São Paulo, Ícone, Editora da UNICAMP, CNPq, 1986, p.99. 232p.
- . CONSELHO de Reitores das Universidades Brasileiras. CRUB. Projeto do Seminário sobre Fundações de incentivo à pesquisa ; Ajuste III/79. CRUB/CNPq., Brasília, 1979.
- . COUTINHO, Afrânio. Universidade, instituição crítica. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977.
- . FERNANDES, Florestan. Universidade brasileira; reforma ou revolução? São Paulo, Alfa-Omega, 1975.
- . GUIMARÃES, Jorge. Autonomia universitária e estrutura de poder. In: Estudos e Debates. Brasília, (3):94-97, jun.1980. (2.ed.p.145-49, jan.1987).
- . GÜNTHER, Raul. Verbas para a universidade. Florianópolis , APUFSC, 1987. (mimeo).
- . MAIA, Nelly A. Educação superior no Brasil: uma política necessária. In: Estudos e Debates, Brasília, (2)77-103, jan. 1979.
- . MARTINS FILHO, Antonio. Autonomia das universidades federais. Fortaleza, Imprensa Universitária do Ceará, 1964.
- . MATOS, Pedro L.C.L. Autonomia e desenvolvimento da universidade brasileira. In: Estudos e Debates, Brasília, (3) 97-123, jun. 1980. (2.ed. p.151-87, jan.1987).
- . MENEZES NETO, Paulo E. de. Universidade; ação e reflexão. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará, 1983.
- . MEYER JR., Victor. Financiamento do ensino superior; reflexões sobre fontes alternativas de recursos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA, Florianópolis, 11 a 16 de junho de 1986. (mimeo).
- . OLIVEIRA, José A. A universidade como autarquia de regime especial. João Pessoa, Editora Universitária, 1977.
- . OLIVEIRA, João Batista de A. A organização da universidade para a pesquisa. In: Schwartzman et alii. Pesquisa universitária em questão. São Paulo, Ícone, Editora da UNICAMP, CNPq, 1986, p.57. 232p.

- . OLIVEIRA, José A. & OLIVEIRA, Abdias B. A crise das universidades brasileiras; a autonomia didático-científica. In: Educação Brasileira. Brasília, 2(4):197-214, 1ª Sem., 1980.
- . PIMENTA, Aluísio. Universidade; a destruição de uma experiência democrática. Petrópolis, Vozes, 1985.
- . PONTES, Hélio. O orçamento das universidades federais para 1987. In: Reunião Plenária, 44, Fortaleza, 1987. Brasília, CRUB, 1987.
- . QUEIROZ, Antonio D. Captação e administração de recursos financeiros pela universidade. In: Estudos e Debates, Brasília, (12) 15:22, jul. 1986.
- . ————. A interação universidade, fundações, empresas e governo. In: Encontro Nacional de Fundações de Universidades, 2. Vitória, 10 a 13 de setembro de 1985. (mimeo).
- . ————. Política de pesquisa e extensão nas universidades e sua interrelação com as fundações de apoio. In: Seminário de áreas técnicas das fundações de apoio às universidades, Belo Horizonte, 20 a 22 de maio de 1987. (mimeo).
- . RAMOS, José F. Participação da comunidade universitária na escolha dos seus dirigentes. In: Estudos e Debates, Brasília, (3):190-95, jun. 1980. (2.ed. p.307-16, jan.1987).
- . REBOLLEDO, Patrício A. A educação em um contexto de recessão econômica. In: Administração universitária em tempos de crise; perspectivas para o ano 2000. Trabalho apresentado no CONGRESSO DA ORGANIZAÇÃO UNIVERSITÁRIA, 3, Salvador, 4-8, abril, 1983. Salvador, Gráfica Universitária da UFBA, 1983, p.110-143, 632p.
- . RELATÓRIO e normas de gestão administrativa. Brasília, Grupo de Trabalho, instituído pela portaria nº 09/84 -SG/CISET / SESu/MEC, 1985. 80p.
- . RIBEIRO, Darcy. A universidade necessária. 4.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- . RIBEIRO, Sérgio C. Ensino e/ou Pesquisa - a teoria na prática é outra. In: Ciência Hoje, 4(22): jan/fev, 1986.
- . RUDIO, Franz V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis, Vozes, 1983.
- . SCHWARTZMAN, Simon et alii. Pesquisa universitária em questão. São Paulo, Ícone, Editora da UNICAMP, CNPq, 1986.
- . SELLTIZ, Claire et alii. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo, Herder, 1967.

- . SOUZA, Alberto de M. Considerações sobre o financiamento do ensino superior. In: Liderança e administração na universidade. Trabalho apresentado no SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE LIDERANÇA E ADMINISTRAÇÃO NA UNIVERSIDADE, 1, Florianópolis, 9-11, dez, 1986. Florianópolis, UFSC/ OEA, 1987.
- . TRIPODI, Tony et alii. The assessment of social research. 2.ed. Itasca, Illinois, F.E. Peacock Publishers, 1983.
- . VIEIRA, Sofia L. O (dis)curso da (re) forma universitária. Fortaleza, Edições Universidade Federal do Ceará/PROED, 1982.
- . WANDERLEY, Luis Eduardo. Autonomia universitária e responsabilidade. F. de São Paulo. São Paulo, 12 maio 1986. A-3.
- . WOLINEC, Elisa. Dotação orçamentária de universidades. In: Cadernos da ANDES. Juiz de Fora, (30/35), abr, 1987.